

Relatório Anual 2009

Banco Interamericano de Desenvolvimento



Resenha do Ano



SUMÁRIO FINANCEIRO 2005–2009

CAPITAL ORDINÁRIO

(Em milhões de dólares dos Estados Unidos)

	2009	2008	2007	2006	2005
Destaques operacionais					
Empréstimos e garantias aprovados ^{1,2}	\$ 15.278	\$ 11.085	\$ 8.577	\$ 5.632	\$ 6.448
Desembolsos de empréstimos	11.424	7.149	6.725	6.088	4.899
Amortizações de empréstimos	4.542	4.740	5.265	8.615	5.224
Dados do balanço patrimonial					
Caixa e investimentos, líquidos, depois dos swaps	\$ 20.204	\$ 16.371	\$ 16.301	\$ 16.051	\$ 13.717
Saldo de empréstimos	58.049	51.173	47.954	45.932	48.135
Parcela dos empréstimos aprovados a desembolsar	21.555	19.820	16.428	16.080	17.000
Total do ativo	84.006	72.510	69.907	66.475	65.382
Saldo de captações, depois dos swaps	57.697	47.779	45.036	43.550	43.988
Patrimônio líquido	20.674	19.444	20.353	19.808	18.727
Dados da demonstração do resultado					
Lucro de empréstimos, depois dos swaps	\$ 2.002	\$ 2.355	\$ 2.436	\$ 2.466	\$ 2.413
Lucro (prejuízo) de investimentos	831	(973)	487	619	403
Despesas de captação, depois dos swaps	951	1.764	2.135	2.070	1.733
Lucro (prejuízo) operacional	1,294	(972)	283	627	712
Relação					
Entre patrimônio total e empréstimos (TELR)	34,2%	35,3%	40,2%	40,8%	37,3%

FUNDO PARA OPERAÇÕES ESPECIAIS

(Em milhões de dólares dos Estados Unidos)

	2009	2008	2007	2006	2005
Destaques operacionais					
Empréstimos e garantias aprovados	\$ 228	\$ 138	\$ 152	\$ 605	\$ 410
Desembolsos de empréstimos	414	415	393	398	424
Amortizações de empréstimos	220	229	275	290	301
Dados do balanço patrimonial					
Caixa e investimentos, líquidos	\$ 1.410	\$ 1.355	\$ 1.565	\$ 1.592	\$ 1.564
Saldo de empréstimos, líquido ³	4.317	4.101	3.966	3.733	6.878
Parcela dos empréstimos aprovados a desembolsar	1.290	1.502	1.783	2.229	2.051
Total do ativo	6.449	6.289	6.305	6.148	9.391
Saldo do Fundo	5.907	5.786	5.878	5.758	9.046
Dados da demonstração do resultado					
Lucro de empréstimos	\$ 83	\$ 91	\$ 90	\$ 152	\$ 149
Despesa com cooperação técnica	23	33	23	19	28
Despesa com alívio da dívida	(3)	—	—	(3.306)	1
Transferências para a Reserva Geral	122	50	50	61	62
Lucro (prejuízo) líquido	(14)	(72)	9	(3.267)	10

¹ Exclui garantias aprovadas no âmbito do Programa de Facilitação do Financiamento do Comércio (TFFP).

² Em 2009, inclui US\$800 milhões em aprovações de empréstimos canceladas durante o ano.

³ Entre 2005 e 2008, líquido de provisão para alívio da dívida.

Carta de apresentação

Conforme estabelecem os regulamentos do Banco Interamericano de Desenvolvimento, a Diretoria Executiva submete à Assembleia de Governadores o Relatório Anual do Banco referente a 2009. O relatório, em dois volumes, contém uma descrição das atividades do Banco em 2009 (empréstimos,

garantias e operações não reembolsáveis) e, em volume separado, Discussão e Análise da Administração; Capital Ordinário; as demonstrações contábeis do Banco; e os apêndices gerais.

10 de fevereiro de 2010



Um parceiro para a América Latina e o Caribe

Relatório Anual **2009**

Resenha do Ano

O Grupo do BID

O Grupo do BID compreende o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), a Corporação Interamericana de Investimentos (CII) e o Fundo Multilateral de Investimentos (Fumin).

O BID, o maior e mais antigo banco de desenvolvimento multilateral regional do mundo, é a principal fonte de financiamento multilateral para o desenvolvimento econômico, social e institucional na América Latina e no Caribe.

A CII concentra-se no apoio a empresas de pequeno e médio porte, enquanto o Fumin promove o crescimento do setor privado com financiamentos não reembolsáveis e investimentos.

Os empréstimos e financiamentos não reembolsáveis do Grupo do BID ajudam a financiar projetos de desenvolvimento e prestam apoio a estratégias em áreas vitais: redução da pobreza; expansão do crescimento; promoção da energia sustentável e mitigação do impacto da mudança climática; maior investimento em água e saneamento, infraestrutura e educação; e desenvolvimento do setor privado.

No fim de 2009, o BID tinha aprovado US\$ 183 bilhões em empréstimos e garantias para financiar projetos com investimentos totais superiores a US\$ 402 bilhões, bem como US\$ 3,1 bilhões em financiamentos não reembolsáveis e de cooperação técnica com recuperação contínua.

Os recursos financeiros provêm de seus 48 países membros, de captações nos mercados financeiros e dos fundos fiduciários que administra, além de operações de cofinanciamento. A classificação da dívida do BID é a mais alta que existe: AAA.

O BID tem sede em Washington, capital dos Estados Unidos, e conta com Representações em todos os 26 países membros da América Latina e do Caribe, além de escritórios em Paris e Tóquio.

Países membros

Alemanha	Coreia, República da	Haiti	Portugal
Argentina	Costa Rica	Honduras	Reino Unido
Áustria	Croácia	Israel	República
Bahamas	Dinamarca	Itália	Dominicana
Barbados	El Salvador	Jamaica	Suécia
Bélgica	Equador	Japão	Suíça
Belize	Eslovênia	México	Suriname
Bolívia	Espanha	Nicarágua	Trinidad e Tobago
Brasil	Estados Unidos	Noruega	Uruguai
Canadá	Finlândia	Países Baixos	Venezuela
Chile	França	Panamá	
China	Guatemala	Paraguai	
Colômbia	Guiana	Peru	

CAPA: A iniciativa *Oportunidades*, no México, tem como objetivo romper o ciclo de transmissão da pobreza de geração para geração, realçando o capital humano com investimentos na saúde, nutrição e educação.

Fotografia cortesia de Coordinación Nacional del Programa de Desarrollo Humano Oportunidades



SUMÁRIO

Mensagem do Presidente	1
O BID: cinquenta anos de progresso	3
Diretoria Executiva.	4
O BID em 2009.	7
Proposta de Aumento Geral de Capital	9

Áreas prioritárias

Redução da pobreza	11
Energia sustentável e mudança climática	13
Água e saneamento	15
Infraestrutura	17
Educação e inovação.	18
Oportunidades para a Maioria.	21

Outras áreas vitais

Desenvolvimento do setor privado	23
Capacidade institucional e finanças	25
Integração regional	27
Gestão de riscos	31
Eficiência no desenvolvimento.	33
Integridade	35
Auditoria e avaliação.	36
Consultas públicas e a sociedade civil	38
Recursos humanos.	38
Conhecimento e aprendizagem	39

As operações no ano

Empréstimos e garantias.	41
Custo total dos projetos.	41
Desembolsos	41
Amortizações.	41
Financiamentos não reembolsáveis	42

Cofinanciamentos	42
Instantâneo	43
Destaques financeiros	
Capital Ordinário	53
Fundo para Operações Especiais	56
Fatos importantes em 2009	57
Demonstrações contábeis básicas	
Capital Ordinário	62
Fundo para Operações Especiais	65
Mecanismo de Financiamento Intermediário	68
Fundo Não Reembolsável do BID	69
Figuras	
1 • Empréstimos por setor, 2009	43
2 • Empréstimos por setor, 1961-2009	43
3 • Empréstimos e desembolsos, 2000-2009	43
4 • Financiamentos não reembolsáveis por setor, 2009	43
5 • Captações em 2009, antes dos swaps	54
Quadros	
I • Distribuição de empréstimos e garantias por setor	44
II • Empréstimos e desembolsos no ano (2009) e acumulados (1961-2009)	45
III • Lista de operações aprovadas (acima de US\$ 2 milhões), 2009	46
IV • Financiamentos não reembolsáveis por país	49
V • Cofinanciamentos em 2009	50
VI • Fundos em administração ativos, 2009	51
VII • Captação de recursos, exercício de 2009	55
VIII • Saldo de captações por moeda em 31 de dezembro de 2009	57
IX • Carteira de investimentos de curto prazo em 31 de dezembro de 2009 e 2008	58
X • Demonstrativo dos saldos de empréstimos em 31 de dezembro de 2009	59
XI • Subscrições do capital, cotas de contribuição e poder de voto em 31 de dezembro de 2009	61
XII • Despesas administrativas consolidadas	70
XIII • Estrutura salarial do pessoal do Banco Interamericano de Desenvolvimento (Washington, D.C.) em 31 de dezembro de 2009	70
XIV • Dez anos de operações do BID, 2000-2009	71

Nota: este é o primeiro de dois volumes que constituem o Relatório Anual do Banco Interamericano de Desenvolvimento. O conjunto completo da Análise e Discussão da Administração, das demonstrações contábeis auditadas (somente as versões em inglês e espanhol são auditadas) e dos apêndices está publicado em um volume separado, intitulado *Relatório Anual do BID: Demonstrações Contábeis e Apêndices Gerais*. O Relatório Anual também está disponível no site do Banco na Internet, em www.iadb.org.

MENSAGEM DO PRESIDENTE



Luis Alberto Moreno, Presidente do BID, em visita ao Haiti após o devastador terremoto de janeiro.

Um ano atrás, neste espaço, sugerimos que 2009 seria um ano em que a relevância do BID para a América Latina e o Caribe seria testada. Era uma previsão segura. À medida que a crise financeira global espalhou-se pela Região, nossos 26 países membros mutuários perderam o acesso aos mercados de crédito a termos acessíveis. A demanda por nossos produtos de empréstimo já havia ultrapassado todos os níveis registrados no passado. Na Reunião Anual em março último, os Governadores do Banco autorizaram a avaliação imediata da necessidade do primeiro aumento de capital do Banco em 15 anos.

Mas por trás do desafio havia uma pergunta sem resposta: poderíamos estruturar um programa que fosse operacional, mas que também tivesse componentes não financeiros, e que fosse proporcional a essa necessidade sem precedentes? Tínhamos motivos para estar confiantes de que nossa oferta ampliada de produtos de empréstimo e conhecimento atenderia bem a nossos clientes. Até o ano passado, o Banco passara por um processo de mudança profunda e difícil em certos aspectos. Mesmo assim, tínhamos aprovado um volume recorde de empréstimos em 2008, US\$ 11,2 bilhões, em parte como resultado da rápida ratificação, pelos Governadores, de um novo mecanismo de emergência: o Programa de Liquidez para Sustentabilidade do Crescimento. Hoje, um ano depois, graças em parte à rapidez de nossa reação, preservaram-se muitos dos ganhos alcançados nos últimos anos, e há uma recuperação em curso na Região. Ademais, há indícios claros de que a brevidade da desaceleração, em comparação com outras regiões do mundo, deveu-se em grande medida às políticas macroeconômicas adotadas durante toda a década passada.

Em retrospecto, a resposta à pergunta acerca de nossa capacidade para oferecer um apoio anticíclico significativo a nossos países durante a crise econômica e financeira é um “sim” inequív-

voco. Sim, nossos produtos e processos estavam alinhados com a demanda regional. As reformas que se enraizaram na última década ajudaram a ampliar o impacto de nossos empréstimos. Com os olhos voltados para um horizonte mais distante, também começamos a fazer preparativos imediatos para ajudar nossos países a atender às crescentes necessidades estruturais que já começavam a se acumular antes da chegada da crise.

Em fins de dezembro comemoramos o 50º aniversário do Banco. Um pouco antes, em Madri, os Governadores haviam concordado que se tentaria chegar a um acordo sobre o aumento de capital antes da Reunião Anual a ser realizada em Cancun, em março. O ano de 2009 foi extraordinário, mas 2010 será igualmente decisivo. Um aumento substancial dos recursos do Banco, acompanhado de mandatos referentes a questões que abrangem desde a direção de nossos empréstimos para o setor privado até nossa arquitetura financeira e questões essenciais de governança e transparência, determinará nossa relevância e impacto na Região durante muitos anos.

Em 2009, níveis inéditos de desembolsos (US\$ 11,9 bilhões, 33% mais do que em qualquer ano anterior) e aprovações de empréstimos (US\$ 15,5 bilhões, 38% mais do que em 2008) voltaram a colocar-nos na liderança como fonte de financiamento para o desenvolvimento na Região. Com o aumento de capital, refletindo o consenso entre os membros mutuários e não mutuários acerca do tipo de Banco que seremos, e de que tamanho, embarcaremos em uma trajetória que se estenderá por boa parte da próxima geração.

Agora enfrentamos outro teste decisivo no Haiti, onde o terremoto devastador de 12 de janeiro criou uma tragédia humana de enormes proporções. Não obstante a perda do edifício que abrigava nossa Representação e as dificuldades pessoais enfrentadas por nossa equipe, podemos todos ter orgulho da ação firme e vigorosa do BID em resposta a esse desastre sem precedentes. Nossos corajosos colegas começaram a trabalhar literalmente antes de a poeira assentar, organizando uma nova presença no terreno e assumindo o papel indispensável que caberá ao Banco durante muitos anos na reconstrução da infraestrutura de nosso país membro.

Ao considerar o ano vindouro, com seus vários desafios e oportunidades, gostaria de expressar minha profunda gratidão e admiração pela dedicação de nossos funcionários, da Assembleia de Governadores e da Diretoria Executiva. Sua orientação conjunta foi essencial durante estes meses agitados, mas históricos. Juntos podemos enfrentar o futuro com confiança.



Luis Alberto Moreno

Presidente

Banco Interamericano de Desenvolvimento



O BID: CINQUENTA ANOS DE PROGRESSO

Em 30 de dezembro de 1959, o último dos 20 países membros originais do BID ratificou o convênio constitutivo. Em fevereiro de 1960, na sua primeira Reunião Anual, a Assembleia de Governadores do BID elegeu Felipe Herrera, do Chile, primeiro presidente do BID. O BID abriu suas portas para os negócios em outubro desse ano e, em fevereiro de 1961, o Peru tornou-se o primeiro país a contrair um empréstimo, que financiou a estação de tratamento de água de La Tomilla, perto de Arequipa.

De 1961 até o fim de 2009, o BID aprovou US\$ 183 bilhões em empréstimos e garantias para investimentos em infraestrutura, desenvolvimento social e outros projetos destinados a melhorar a qualidade de vida e criar mais oportunidades para milhões de pessoas na América Latina e no Caribe. A entrada do Canadá (1972), Japão (1976), Israel e a maioria dos países da Europa Ocidental (1976, 1977, 1986), República da Coreia (2006) e China (2009) como acionistas representou uma mudança importante na estrutura de governança original do BID, mas os mutuários continuaram a ser os subscritores majoritários do capital ordinário do Banco. O realinhamento interno do BID, que ocorreu de 2006 a 2008, ocasionou uma expansão das operações do Grupo do BID. As aprovações de recursos para as operações do BID, da Corporação Interoamericana de Investimentos (CII) e do Fundo Multilateral de Investimentos (Fumin), que visam a promover o desenvolvimento sob a liderança tanto do setor público como do privado, subiram do valor combinado de US\$ 7 bilhões em 2006 para US\$ 9,6 bilhões em 2007, US\$ 11,6 bilhões em 2008 e o recorde de US\$ 16,4 bilhões em 2009.

Para a menina ou o menino que hoje cresce em Kingston, na Jamaica, ou em Valparaíso, no Chile, só é possível imaginar o que eram suas adjacências 50 anos atrás, quando seus avós tinham sua idade. A população da Região era de 218 milhões em 1960; em 2011 chegará a cerca de 580 milhões. Uma criança nascida na Região hoje tem uma expectativa de vida mais de 17 anos maior, em média, do que 50 anos atrás, e as taxas de mortalidade entre crianças com menos de cinco anos de idade caiu de 150 para 28 por 1.000.

O papel desempenhado pelo Grupo do BID nesse desenvolvimento teve o relevo que os recursos ao seu dispor permitiam? Suspeitamos que a resposta seja: “Relevante, mas não o suficiente.”

Temos motivo de orgulho pelo que os países da Região conseguiram realizar com a ajuda de financiamentos do BID. Mas, quando quase um terço da população vive na pobreza e apenas 12% das águas residuais são tratadas na Região, sabemos que ainda há muito por fazer.

Agora, no 51º ano do Banco, devemos dobrar os esforços para alcançar os objetivos de desenvolvimento da Região e melhorar a qualidade de vida das pessoas.

DIRETORIA EXECUTIVA



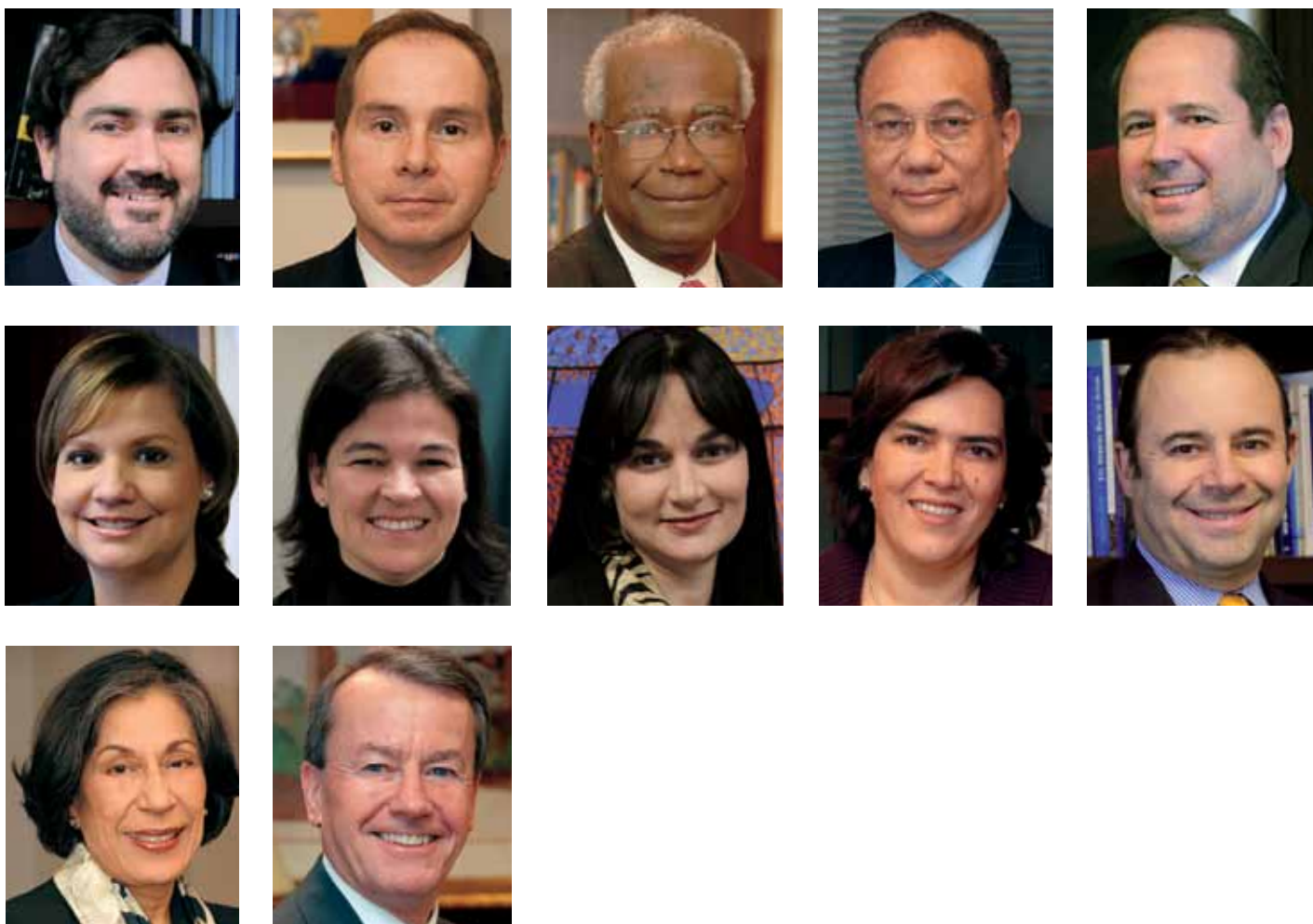
Diretores Executivos, nesta página, da esquerda para a direita:

Primeira fileira: Marc-Olivier Strauss-Kahn, Elisabeth Gruber, Adina Bastidas, Antonio De Roux e Eugenio Díaz-Bonilla

Segunda fileira: Martín Bès, José Carlos Miranda, Sérgio Portugal, Yasusuke Tsukagoshi e Gerry Duffy

Terceira fileira: Gustavo Arnavat, Hernando Larrazábal, Marcelo Bisogno, Hans Hammann e Francesca Manno (um lugar estava vago)

Os acionistas do BID – os 48 países membros – são representados pela Assembleia de Governadores, autoridade máxima do Banco. Os Governadores delegam boa parte de seus poderes à Diretoria Executiva, cujos 14 membros elegem ou nomeiam com mandatos de três anos. Os Diretores Executivos representantes dos Estados Unidos e Canadá representam apenas seus próprios países; todos os outros representam grupos de países. A Diretoria Executiva também conta com 14 suplentes, que detêm poder de decisão total na ausência do titular.



Diretores Executivos, *nesta página, da esquerda para a direita:*

Primeira fileira: Alex Foxley, Xavier Santillán, Winston A. Cox, Richard Bernal e Manuel Coronel Novoa

Segunda fileira: Carmen María Madriz, Cecilia Ramos, Muriel Alfonseca, Verónica Zavala e Luis Guillermo Echeverri

Terceira fileira: Vinita Watson e Peter Cameron

A Diretoria Executiva é responsável pelas operações do dia a dia do Banco. Estabelece as políticas da instituição, aprova projetos, determina as taxas de juros dos empréstimos do Banco, autoriza captações nos mercados de capital e aprova o orçamento administrativo da instituição. O trabalho da Diretoria Executiva é guiado por seu Regulamento e seu Código de Ética. As pautas e atas das reuniões da Diretoria Executiva são documentos públicos, assim como o seu programa anual de trabalho.



Competitividade e sustentabilidade

O projeto de CT financiado pelo Fumin, *Impulsando la Competitividad de las Empresas Forestales Comunitarias*, apoia o desenvolvimento de cooperativas rurais na América Central; os membros ganham seu sustento com atividades relacionadas à silvicultura sustentável.

O BID EM 2009

Após cinco anos de avanços constantes, o crescimento econômico caiu na América Latina e no Caribe em 2009. A crise financeira e econômica que se deflagrou fora da Região veio a afetá-la. As políticas macroeconômicas prudentes adotadas no decorrer de mais de uma década amorteceram os efeitos em comparação com outras partes do mundo, mas os indicadores sofreram. Houve uma queda brusca nas exportações, e a criação de empregos perdeu vigor. Dos cerca de 125 milhões de pessoas que vivem com menos de dois dólares por dia na Região, diminuiu o número dos que conseguiram sair da pobreza em comparação com o ano anterior.

Diante dessas difíceis condições, em que tanto mutuários soberanos como o setor privado encontraram dificuldades de acesso aos mercados de capitais, o BID aceitou o desafio e deu uma resposta anticíclica de proporções sem precedentes. Os US\$ 15,5 bilhões aprovados em empréstimos e garantias foram 38% superiores ao respectivo valor registrado em 2008, um recorde na época. Os empréstimos concedidos à Bolívia, Guiana, Honduras e Nicarágua, os quatro países qualificados para acessar os recursos concessionais do Fundo para Operações Especiais (FOE) aumentaram para mais de US\$ 400 milhões. Um dado ainda mais relevante é o desembolso combinado de empréstimos do Capital Ordinário (CO) e FOE, que subiu 56% em relação ao ano anterior, alcançando um recorde de US\$ 11,8 bilhões e gerando um fluxo financeiro líquido positivo de US\$ 7 bilhões para os países da Região. Os financiamentos não reembolsáveis direcionados para o Haiti (que tem recebido apenas financiamentos dessa natureza desde 2007) chegaram a US\$ 154 milhões, outro valor recorde. No total, as aprovações de financiamentos não reembolsáveis, inclusive para assistência técnica e investimento, somaram US\$ 480 milhões em 462 operações. As aprovações de empréstimos na CII totalizaram US\$ 294 milhões, e as operações autorizadas pelo Fumin alcançaram US\$ 116 milhões.

Os volumes recordes de desembolsos e aprovações do Banco foram viabilizados pelos esforços feitos para utilizar os valores máximos autorizados ao abrigo do Novo Quadro Creditício para 2009-2012. Ademais, a Assembleia de Governadores aprovou a transferência, para as operações regulares de empréstimo do Banco, de US\$ 3 bilhões do Mecanismo de Empréstimos de Emergência, que financiou o Programa de Liquidez para Sustentabilidade do Crescimento aprovado em 2008. Para ampliar o volume de recursos disponíveis para empréstimos de curto prazo do CO, o Banco aceitou a oferta do Canadá, de acrescentar temporariamente US\$ 4 bilhões a seu capital exigível. Assim, aumentou-se a capacidade de captação (e, portanto, a capacidade de empréstimo) pela mesma margem, em conformidade com as políticas vigentes.

Na 50ª Reunião Anual do Banco, ocorrida em março em Medellín, na Colômbia, a Assembleia de Governadores determinou que a Administração começasse imediatamente a avaliar a necessidade de um nono aumento geral do capital ordinário do Banco e de repor os recursos do FOE. Como se explica em maiores detalhes a seguir, as reuniões dos Governadores em julho e outubro levaram à definição de um cronograma para as negociações entre os países membros dos termos do aumento de capital, que seriam concluídas até a Reunião Anual de 2010, a ser realizada em Cancún, no México. Dependendo do volume aprovado pelos Governadores, os recursos provenientes do aumento de capital permitiriam que o Banco mantenha, em 2011 e anos posteriores, os níveis de empréstimo alcançados nos últimos dois anos; sem o aumento, a capacidade de empréstimo voltaria aos níveis pré-2008.

Os ajustes expeditos e oportunos às normas que regulam a capacidade creditícia não foram os únicos aspectos da forte resposta anticíclica do Banco às necessidades dos 26 países membros da América Latina e do Caribe. Da mesma forma, o volume de aprovações por si só não constitui uma medida da influência do Banco na promoção do desenvolvimento na Região: o BID conseguiu viabilizar um recorde de 165 novos projetos de empréstimo, parcialmente como resultado das mudanças promovidas pelo realinhamento de 2007. Essas mudanças foram consolidadas durante o ano, acompanhadas de um ritmo crescente de avaliações de diligência devida durante o ciclo de um projeto e medidas mais rigorosas de gestão de riscos e eficácia no desenvolvimento.

A composição da carteira de projetos aprovados em 2009 seguiu a tendência dos anos anteriores, com cerca de 15% do volume direcionados para o setor energético, 12,8% para água e saneamento, 10,9% para transportes, 9,4% para mercados de capitais e 8,7% para a reforma e modernização do Estado. As aprovações de empréstimos no subsetor de projetos de investimento social aumentaram de 12,4% do programa de empréstimo, em 2008, para 18,2% em 2009.

As aprovações de Operações sem Garantia Soberana (SGS) foram marcadas por uma expansão contínua do Programa de Facilitação do Financiamento ao Comércio e um aumento nas aprovações de empréstimos para os países mais pobres dos grupos C e D. A iniciativa Oportunidades para a Maioria (OM) acelerou-se durante o ano, com nove operações novas, em contraste às quatro de 2008. Classificados por tipo de instrumento, houve um aumento tanto nos empréstimos para investimentos como nos de apoio a políticas; também foram aprovados projetos multifásicos, empréstimos condicionados ao desempenho e mecanismos setoriais. Os consórcios de “empréstimos B” vinculados a empréstimos SGS totalizaram US\$ 729 milhões.

Em junho, o Haiti concluiu o processo de obtenção de alívio da dívida junto a credores multilaterais e bilaterais, acessando um valor total superior a US\$ 1 bilhão, do qual US\$ 511 milhões vieram do BID. Os financiamentos destinados ao Haiti no âmbito do Fundo Não Reembolsável do BID, um fundo específico, somaram US\$ 122 milhões, dos quais US\$ 25 milhões foram desembolsados com rapidez para apoiar o orçamento. Um financiamento não reembolsável de grande porte teve como objetivo limitar a inundação de três grandes bacias hidrográficas, beneficiando cerca de 360.000 pessoas. O terceiro de quatro financiamentos não reembolsáveis planejados para a recuperação de estradas concentrou-se nos departamentos de Nippes, Grand Anse e Sud; entre outros projetos destacam-se US\$ 20,5 milhões destinados à reconstrução de escolas e US\$ 39 milhões para água e saneamento, sendo que este foi cofinanciado pelo Banco e o Governo da Espanha. Os saldos não desembolsados dessas e outras operações, acrescidos à nova capacidade de concessão de US\$ 128 milhões em financiamentos não reembolsáveis em 2010, estarão disponíveis como fonte inicial de recursos do Banco para ajudar o Haiti a tomar medidas imediatas de assistência e proceder à reconstrução a longo prazo após o catastrófico terremoto de 12 de janeiro de 2010.

Como parte dos esforços para produzir novos produtos financeiros baseados no mercado, o Banco fez a Oferta de Conversão em 2009, o maior exercício de gestão de passivos já oferecido pelo Banco a seus acionistas mutuários. A oferta permitiu que os mutuários do Banco transferissem saldos de empréstimos no valor de US\$ 26,3 bilhões (um pouco mais do que a metade da carteira de empréstimos do Banco) para taxas de juro com base de custo fixa, em grande medida, e dolarizassem os empréstimos no âmbito do Sistema do Fundo Comum de Moedas.

Em dezembro, a Diretoria Executiva aprovou uma nova Política de Liquidez e Autoridade de Investimento para o Banco. No fim do ano, a nova Política de Adequação de Capital foi distribuída à Diretoria para consideração no início de 2010. Com essas medidas, o Banco deu passos importantes para melhorar seu quadro de gestão de riscos. Além disso, o Banco realizou uma revisão de suas diretrizes de investimento com o objetivo de evitar riscos de concentração do tipo que resultou em perdas baseadas na marcação a mercado em classes específicas de ativos, sobretudo títulos lastreados em ativos e títulos lastreados em hipotecas, que sofreram especial impacto da crise financeira.

Com a recuperação da Região e as previsões iniciais de crescimento do PIB sugerindo um avanço geral de 3% em 2010 (mas com disparidades entre as sub-regiões), o BID, como sempre, procurará não apenas acompanhar o ritmo, mas demonstrar liderança e inovação. Com o avanço do exercício de aumento de capital para a fase final, as áreas institucional e operacional terão suas próprias ênfases. No aspecto institucional, será necessário aperfeiçoar as iniciativas de medição da eficácia no desenvolvimento e combate à corrupção, que já estão em curso. Na área operacional, a utilização de sistemas nacionais (fiduciários e não fiduciários), a avaliação por um Grupo de Assessoramento Externo sobre a Sustentabilidade da Política do Meio Ambiente e Observância de Salvaguardas de 2006 e questões afins, assim como a criação de uma Plataforma para Produtos de Conhecimento e Capacitação (PCC), já indicam uma pauta plena e ambiciosa.

PROPOSTA DE AUMENTO GERAL DE CAPITAL

Na Reunião Anual do Banco em março de 2009, a Assembleia de Governadores iniciou uma avaliação da necessidade de um aumento geral do Capital Ordinário (CO) e de repor os recursos do FOE. A fase inicial da avaliação, discutida pela Assembleia de Governadores em Santiago, no Chile, em julho, tratou de uma série de questões, inclusive a elaboração de uma nova estratégia institucional, a análise da natureza e escala da demanda de apoio do BID e avanços na implementação de iniciativas destinadas a aumentar a eficiência e eficácia do Banco no desenvolvimento, conhecidas como a agenda Banco Melhor. Em sua reunião de outubro, realizada em Madri, a Comissão da Assembleia de Governadores avaliou os cenários financeiros para o CO e o FOE e uma nova estratégia proposta para o setor privado, concordando em chegar a uma decisão sobre os parâmetros do Nono Aumento Geral de Capital (AGC-9) até a Reunião Anual do Banco a se realizar em Cancun em março de 2010.

A estratégia institucional do Banco visa a tratar das duas principais restrições estruturais à redução da pobreza: a falta de igualdade de oportunidade e a disparidade de crescimento na própria Região e com outras regiões. Estas restrições terão de ser resolvidas no contexto da sustentabilidade ambiental global. As prioridades institucionais propostas para o Banco no âmbito do AGC-9 são: (i) uma **política social voltada à equidade e produtividade**, que inclua redes de segurança para os pobres, as quais sejam compatíveis com a sua inserção produtiva nos mercados de trabalho, o aumento da qualidade da educação, a promoção da equidade nos resultados da saúde e o confronto de disparidades observadas nos resultados em decorrência de questões de gênero e diversidade; (ii) **infraestrutura para competitividade e bem-estar social**, inclusive o acesso a água e saneamento, transportes e investimento em energia renovável e eficiência energética; (iii) **instituições voltadas ao crescimento e o bem-estar social**, concentradas em melhorar os mercados de crédito, a eficiência fiscal e a sustentabilidade, assim como a segurança dos cidadãos; (iv) **integração regional e global competitiva**; e (v) **proteção do meio ambiente, para responder à mudança climática e garantir a segurança alimentar**, concentrando-se na adaptação à mudança climática e sua mitigação, na energia renovável e na produtividade agrícola.

O Aumento de Capital enquadra-se nesses desafios e prioridades e nas vantagens comparativas do Banco em relação a outras instituições financeiras e parceiros de desenvolvimento internacionais que trabalham na Região: (i) participação majoritária dos países membros regionais; (ii) enfoque no país, com Representações em todos os 26 países membros mutuários; (iii) capacidade de articular operações para os setores público e privado; (iv) diversificação de produtos financeiros e não financeiros; e (v) capacidade e conhecimento para apoiar o comércio e a integração regional.

O Banco realizou extensas consultas públicas, recebendo opiniões e recomendações da sociedade civil sobre os três pilares do Aumento de Capital: (i) as prioridades institucionais do Banco; (ii) as vantagens comparativas do Banco; e (iii) a agenda Banco Melhor. O Banco realizou consultas à sociedade civil em 11 países da Região entre outubro e novembro. O site do Banco ficou disponível de outubro de 2009 a 9 de janeiro de 2010 para receber comentários sobre esses três pilares. Um relatório com todos os comentários da sociedade civil, elaborado por uma organização sem fins lucrativos contratada pelo Banco, foi entregue diretamente à Assembleia de Governadores com o fim de contribuir para suas deliberações sobre a forma final do Aumento de Capital.

“ Não nos devemos limitar a proteger os avanços do passado. Nosso objetivo deve ser um crescimento mais ambicioso, sustentável e inclusivo ”

Luis Alberto Moreno, Presidente do BID

– Pronunciamento feito na reunião de fim de ano da Diretoria Executiva, 2009.

ÁREAS PRIORITÁRIAS

Redução da pobreza

O desafio principal que o BID encontrou em 2009 em suas ações de combate à pobreza foi prestar apoio oportuno a seus clientes para aliviar o impacto negativo da crise econômica global sobre os mais carentes e, ao mesmo tempo, manter o compromisso de aumentar sua capacidade de derivar benefícios uma vez retomado o crescimento econômico.

Para enfrentá-lo, o Banco aprovou US\$ 2,5 bilhões (em 15 operações de empréstimo) e desembolsou US\$ 2,4 bilhões nas áreas de proteção social e saúde. Uma parcela considerável desses recursos foi direcionada para apoiar e aperfeiçoar os mecanismos utilizados pelos programas de transferência condicional de renda (TCR) para proteger os meios de vida de lares carentes e seus investimentos na nutrição, saúde e educação dos filhos. Na Bolívia, por exemplo, o Banco está ajudando a reduzir a mortalidade materna e infantil nos municípios rurais de população predominantemente indígena, que se beneficiam da TCR por meio da promoção de serviços de saúde com sensibilidade cultural. Na República Dominicana, está viabilizando o desenvolvimento de



O Fumin apoia a semi-urbana Zona da Mata de Pernambuco, no Brasil, em nível municipal e regional, para melhorar os serviços básicos, a proteção e gestão ambiental, o apoio à microempresa não agrícola, a infraestrutura e o saneamento.



O Fumin realça o impacto de remessas no desenvolvimento, facilitando o acesso a hipotecas para indivíduos de origem mexicana que vivem nos Estados Unidos, para que possam comprar casas no México.

ferramentas de gestão e incentivos financeiros que promovam a coordenação entre múltiplas agências para maximizar o impacto das TCRs. Também continuou a prestar apoio ao programa de TCR *Oportunidades*, no México, que tem sido essencial para proteger a população extremamente pobre durante a crise.

Em 2009, o Banco desembolsou US\$ 85 milhões em empréstimos relacionados ao mercado de trabalho, apoiando os esforços envidados para reagir à contração do emprego na Região. A recém-criada Unidade de Mercados de Trabalho estruturou um novo empréstimo para o treinamento e a colocação de trabalhadores desempregados no México e também reformulou um empréstimo voltado à criação de empregos na República Dominicana, para aumentar a eficácia da reação do país à crise de emprego.

O Fundo de Saúde para a Mesoamérica (FSM), criado em 2009, é o componente operacional da Iniciativa de Saúde para a Mesoamérica, uma parceria forjada entre entidades dos setores público e privado para melhorar a saúde dos pobres na Mesoamérica. O FSM é um destaque dos esforços envidados pelo Banco para apoiar a Região no cumprimento dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODMs). O FSM visa a acelerar o progresso no cumprimento da ODM de saúde na Mesoamérica com investimentos direcionados e condicionados ao desempenho, que aumentem a cobertura das intervenções de saúde comprovadamente eficazes ou promissoras para as populações mais carentes.

O BID continuou a desenvolver e disseminar conhecimentos que melhoram políticas e programas de redução da pobreza, ampliando a pesquisa nas áreas essenciais de serviços de produtividade e emprego, serviços financeiros para os pobres, gestão de doenças crônicas e gravidez na adolescência.

Energia sustentável e mudança climática

Durante 2009, o BID aprovou oito operações de empréstimo na Argentina, Bolívia, Brasil, Nicarágua, Panamá, Peru e Venezuela, totalizando US\$ 1,7 milhões, e 28 operações não reembolsáveis de assistência técnica, no valor total de US\$ 18 milhões, em Energia Renovável, Eficiência Energética, Bioenergia e Capacidade Institucional. Com essas operações, o BID tem sido um dos principais proponentes de mudança da matriz energética de países da América Latina e do Caribe, reforçando a infraestrutura de transmissão e distribuição e apoiando as fontes indígenas de geração renovável. A Cooperação Técnica (CT) e os empréstimos têm feito contribuições significativas a novas tecnologias, com as quais os recursos de energia renovável conseguem saltar à frente das matrizes energéticas tradicionais da Região.

Para fazer frente à mudança climática, o BID ajuda seus países membros latino-americanos e caribenhos a adotar medidas de mitigação e adaptação, aderindo aos esforços empreendidos pela comunidade mundial para definir políticas e mobilizar novas fontes de financiamento. A Iniciativa de Energia Sustentável e Mudança Climática (SECCI) do BID promoverá fontes de energia renovável, tecnologias e práticas de eficiência energética e financiamento de carbono, além de promover e financiar estratégias de adaptação que reduzam a vulnerabilidade climática da Região. Por meio de diálogos de política, empréstimos de apoio a políticas referentes à mudança



O BID aprovou US\$ 102 milhões em financiamentos parciais para dois projetos de energia eólica no Estado de Oaxaca, no México, que gerarão um total de 318 megawatts de energia renovável limpa para empresas privadas, assim como empregos e pagamentos para comunidades rurais de baixa renda.



Trabalhando com o Governo de Barbados, o BID apoia iniciativas voltadas a melhorar a gestão do litoral. Os componentes do projeto são: estabilização da linha costeira, recuperação de ecossistemas costeiros, melhoria do acesso ao litoral e desenvolvimento institucional.

climática, CT e financiamentos não reembolsáveis para investimentos, o BID trabalha com ministérios das finanças no sentido de definir as prioridades de ação nacional.

Nos últimos dois anos, o BID aprovou dois empréstimos de apoio a políticas no valor total de US\$ 850 milhões, financiando um programa de US\$ 600 milhões para o México e outro de US\$ 250 milhões para a Colômbia. Paralelamente, a SECCI aprovou mais de 60 projetos de CT, totalizando US\$ 34,7 milhões, e três financiamentos não reembolsáveis para investimentos no valor total de US\$ 2,25 milhões. A SECCI tem ajudado a integrar a iniciativa de mudança climática aos programas de investimento do Banco para diferentes setores. Também é responsável pelo desenvolvimento de produtos não financeiros, como a Tabela de Pontuação de Sustentabilidade em Biocombustíveis do BID, agora em sua segunda versão, e PCCs em mudança climática.

Em nível internacional, o BID assumiu um papel integral como agência implementadora dos Fundos de Investimento Climático (FIC) financiados por múltiplos doadores e administrados pelo Banco Mundial. O Plano de Investimento do México, elaborado conjuntamente pelo BID, o Banco Mundial e a Corporação Financeira Internacional (CFI), foi o primeiro plano proposto ao Fundo de Tecnologia Limpa do FIC. Dos US\$ 500 milhões aprovados, o BID acessará US\$ 200 milhões para apoiar programas de energia renovável e eficiência energética por meio de entidades dos setores público e privado. Esses programas se basearão nos atuais financiamentos e assistência técnica prestada pelo BID ao México, inclusive o empréstimo de apoio a políticas mencionado anteriormente.

Água e saneamento

Para corrigir as deficiências em serviços de água e saneamento no futuro próximo, o BID lançou sua Iniciativa de Água e Saneamento em 2007, com produtos financeiros especiais para apoiar soluções ajustadas às necessidades de cada país.

Em 2009, o BID aprovou mais de US\$ 1,8 bilhão em empréstimos e mais de US\$ 15 milhões em financiamentos de CT para projetos de água e saneamento. Destacam-se o terceiro estágio do Programa de Despoluição do Rio Tietê em São Paulo (que envolveu US\$ 600 milhões em recursos do BID, o maior empréstimo da história do Banco nesse setor); US\$ 200 milhões para melhorar e ampliar o abastecimento de água e a infraestrutura de saneamento da região metropolitana de Buenos Aires; e US\$ 450 milhões para o Programa de Saneamento do Rio Medellín, com o qual a cidade de Medellín, na Colômbia, pôde ampliar significativamente a cobertura do tratamento de águas residuais. Outro projeto, o Segundo Programa de Apoio à Consolidação das Reformas do Setor de Água e Saneamento na Colômbia, é um empréstimo de apoio a políticas, no valor de US\$ 250 milhões, que visa a desenvolver instrumentos jurídicos, regulamentares e institucionais para utilização pelos municípios que prestam serviços de abastecimento de água e saneamento.



O BID apoia programas que aumentam acesso a água potável e amplia a cobertura do fornecimento.



Como parte de um projeto de prestação de serviços, investimentos e planos de negócios para agricultores na Argentina, o BID financia projetos de irrigação e drenagem no âmbito de uma política de gestão sustentável de recursos hídricos.

O BID também alavancou uma série de parcerias com doadores e organizações como o Fundo Espanhol de Cooperação para Água e Saneamento na América Latina e no Caribe. Por meio dessa parceria estratégica com o Governo espanhol, o BID recebeu mais de US\$ 450 milhões para investir em projetos de água e saneamento, sobretudo em zonas rurais e periurbanas. Em 2009 o Banco aprovou quatro projetos dessa natureza, somando quase US\$ 250 milhões. Também continuou a desenvolver o programa de Parceria entre Operadores de Água com a Organização das Nações Unidas.

No fim de 2009, o Banco havia aprovado projetos em 112 cidades incluídas no programa 100 Cidades, criado para fornecer água e saneamento em cidades com mais de 50.000 habitantes e em 1.500 comunidades rurais como parte do programa Comunidades Rurais, que visa a alcançar 3.000 locais. No âmbito do programa Defensores da Água, o Banco financiou a gestão de 21 microbacias hidrográficas prioritárias e apoiou 62 serviços de água e saneamento dentro de seu programa Empresas Eficientes e Transparentes.

Infraestrutura

O BID apoia o acesso a infraestrutura de alta qualidade para aumentar a competitividade de cada um dos países e da Região como um todo. O apoio é proporcionado por meio de empréstimos a entidades públicas e privadas, com ou sem garantias soberanas. O BID proporciona apoio analítico e liderança intelectual para ajudar os países a encontrar soluções inovadoras para suas necessidades de infraestrutura. O Setor de Infraestrutura e Meio Ambiente é o principal departamento no BID trabalha com outros setores do Banco. Ao todo, o BID aprovou US\$ 7,1 bilhões em 2009 em empréstimos para infraestrutura (inclusive água e saneamento e SECCI): US\$ 6,5 bilhões em empréstimos com garantia soberana (GS) e mais de US\$ 600 milhões em empréstimos SGS.

Durante 2009, o BID desenvolveu um programa amplo e diversificado para ajudar os países clientes no atendimento a suas necessidades de transporte. Foram aprovadas vinte operações de empréstimo, totalizando mais de US\$ 1,2 bilhão, principalmente no melhoramento da malha viária, para promover o crescimento econômico e aumentar a acessibilidade nas áreas urbanas. O BID também assumiu uma posição de liderança em três áreas consideradas críticas para o desenvolvimento futuro do setor de transportes: segurança das estradas, logística e transportes sustentáveis.



A nova rota alternativa de 45,6 km entre as localidades de San Francisco e Mocoa, financiada pelo BID, contribuirá para o desenvolvimento econômico e social do sul da Colômbia e para sua integração com os países vizinhos, aumentando a segurança e eficiência do corredor.



Oportunidades Produtivas para Microempreendedores Rurais, um projeto do Fumin, ajuda a melhorar a qualidade de vida de famílias que vivem em zonas rurais em El Salvador.

No setor agrícola, o BID iniciou uma série de estudos destinados a apoiar o diálogo regional sobre a política agrícola. Esses diálogos fazem parte de uma tentativa de ajudar e enfocar operações futuras na direção de uma inclusão social maior para pequenos produtores, utilização mais eficiente de recursos públicos para a agricultura e maiores retornos econômicos sobre investimentos produtivos. No setor de turismo, o BID consolidou seu papel de liderança na América Latina e no Caribe, prestando um importante apoio técnico e financeiro aos produtos de turismo. O BID está apoiando o Programa Nacional de Desenvolvimento do Turismo no Brasil, uma iniciativa essencial nos preparativos para a Copa do Mundo de 2014 e dos Jogos Olímpicos de 2016, que serão realizados no Brasil.

Educação e inovação

A Iniciativa de Educação do Banco atribui prioridade estratégica a três áreas: desenvolvimento da primeira infância (DPI), qualidade dos professores e transição escola-trabalho. Um dos principais objetivos em todas as atividades é melhorar a aprendizagem e reduzir a disparidade de desempenho entre ricos e pobres e entre a Região e outras partes do mundo. Nesse sentido, o Banco aprovou três empréstimos, 16 financiamentos não reembolsáveis para países e outros dois para projetos regionais em educação, em um valor total superior a US\$ 185 milhões.

Na área de DPI, o Programa de Apoio a uma Educação Integrada em Trinidad e Tobago apoia a criação de parcerias público-privadas para melhorar os serviços, sobretudo para crianças carentes. Ademais, o Ministério da Educação trabalhará em parceria com os principais intervenientes para adquirir maior experiência em DPI, utilizando essa experiência para melhorar a qualidade dos serviços oferecidos a todas as crianças.

O Banco continuou a apoiar o grupo de empreendedores sociais que fundou *Enseña Chile*, uma adaptação, ao contexto chileno, do modelo do Teach for America, que visa a colocar professores bem qualificados em escolas carentes. O modelo do *Enseña Chile* agora está sendo repetido no Peru, com o apoio do Banco.

Em 2009 o Banco aprovou o Projeto Regional sobre Indicadores de Resultados no Desenvolvimento Infantil. O projeto proporcionará dados de alta qualidade e relevantes para políticas voltadas para a situação das crianças e suas famílias na Argentina, Costa Rica, Equador, Haiti, Nicarágua, Paraguai e Peru.

Segundo a maioria dos indicadores de ciência, tecnologia e inovação, a Região como um todo continua atrasada em comparação com os países desenvolvidos, e a disparidade continua a alargar-se. Para enfrentar esse desafio, em 2009 o Banco quase dobrou o volume de empréstimos para projetos de tecnologia e inovação em relação aos níveis de 2008, com a aprovação do



A estratégia do BID para a Guiana inclui o investimento no desenvolvimento social. O projeto Gestão do Acesso à Educação Básica financiou a construção e reabilitação de escolas e apoiou a capacitação institucional necessária para sustentar uma cobertura mais ampla no setor.



Na República Dominicana, o Programa de Equidade na Educação Básica, do BID, aumenta a cobertura e qualidade da educação em zonas rurais e periferias urbanas, melhorando o ensino, estendendo o ano escolar e reformando o treinamento de professores.

primeiro empréstimo no âmbito de uma CCLIP de US\$ 750 milhões para a Argentina. Paralelamente, o Banco mobilizou um volume considerável de recursos de CT para projetos de inovação (quase o dobro do nível de 2008) e criou o Fundo para a Economia do Conhecimento, com múltiplos doadores.

Para alavancar os recursos de CT em iniciativas inovadoras, o Banco também desenvolveu parcerias estratégicas com organizações do setor privado e instituições de pesquisa. Alguns exemplos: (i) o Instituto Virtual LACCIR, com a Microsoft Research; (ii) “Cidadão Móvel”, com o apoio de uma rede de parceiros, como Telefonica, Instituto Carso de la Salud e Aliança da Saúde Móvel (mHealth Alliance) da ONU; e (iii) “Um Mundo de Soluções: Inovações para Portadores de Deficiências Físicas”, com o D-Lab do Massachusetts Institute of Technology.

Na área de produtos de conhecimento, o BID está promovendo uma agenda ambiciosa, mas concentrada, em colaboração com outras agências, como a Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico, a Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe, o Centro Internacional de Pesquisas para o Desenvolvimento, a UNU-MERIT e o Banco Mundial.

Oportunidades para a Maioria

A iniciativa Oportunidades para a Maioria (OM), que atua sob a égide da Vice-Presidência do Setor Privado e Operações sem Garantia Soberana, está empenhada em desenvolver soluções inovadoras, baseadas no mercado, para atender às necessidades das populações carentes e de baixa renda da Região.

A fase operacional da OM conta com o apoio de um mecanismo de financiamento no valor de US\$ 250 milhões, que foi aprovado pela Diretoria Executiva. No fim de 2009, a carteira da OM continha um total de 13 projetos que beneficiavam diretamente as comunidades de baixa renda, nove projetos qualificados em processamento e outros em estágios iniciais de elaboração, todos apoiados por uma carteira ativa de projetos de CT.

Esses projetos utilizam novas abordagens para resolver os problemas persistentemente enfrentados pela maioria subatendida da população na Região. Os projetos devem oferecer potencial de expansão e criar grandes impactos sociais. As operações aprovadas demonstram a crescente experiência da OM no desenvolvimento de parcerias público-privadas sustentáveis entre empresas, organizações não governamentais (ONGs), organizações filantrópicas e o governo.



O objetivo do projeto regional *Aliar*, do Fumin, é aumentar a competitividade internacional de pequenas e médias empresas nos países participantes por meio da formação de alianças empresariais.



Na região de Atacama, no Chile, o Programa Multifásico do BID para o Desenvolvimento Abrangente de Comunidades Indígenas ajuda a aumentar a produção agrícola por meio da irrigação, drenagem e melhor gestão da pecuária, além de promover o fortalecimento comunitário.

Em maio, a OM organizou uma reunião dos Parceiros Estratégicos com representantes de 18 organizações de desenvolvimento. O evento serviu como plataforma para apoiar o Fundo Temático Estratégico Soluções de Mercado para Mobilizar a Mudança, que conta com múltiplos doadores e está mobilizando contribuições financeiras e não financeiras por intermédio de parcerias com doadores e investidores, dando ao Banco a oportunidade de atuar como central de conhecimentos sobre o que funciona para a maioria em termos de soluções baseadas no mercado. O Fundo recebeu um empenho inicial de €1 milhão do Governo da Áustria. A OM está convidando outros doadores bilaterais a participar do Fundo em 2010.

A OM continua a aumentar sua capacidade de desenvolver e disseminar informações, transformando-se, para o Banco e os setores econômicos, em fonte de conhecimentos sobre estratégias eficazes, baseadas no mercado, para combater a pobreza. A OM continua a ter como objetivo central a promoção de projetos que demonstrem como o Banco e outras instituições financiadoras podem investir efetivamente em mercados subatendidos. Cada novo projeto da OM contribui com novas lições para aumentar o conhecimento institucional do Banco e dos parceiros e clientes da OM.

OUTRAS ÁREAS VITAIS

Desenvolvimento do setor privado

O Grupo do BID consiste em três entidades que coordenam suas atividades em estreita colaboração para o desenvolvimento do setor privado: o BID, a CII e o Fumin. O BID e a CII são organizações internacionais distintas, com estruturas de governança e ativos próprios. O Fumin é um fundo fiduciário administrado pelo BID. Além da OM, a Vice-Presidência do Setor Privado e Operações sem Garantia Soberana do BID abrange também o Departamento de Financiamento Estruturado e Corporativo (SCF) do BID e o Fumin.

Financiamento estruturado e corporativo

O programa operacional do SCF para 2009 incluiu operações em 17 países que representam as quatro sub-regiões – Caribe, México e América Central, Região Andina e Cone Sul –, totalizando US\$ 919 milhões. Aproximadamente 35% do volume aprovado e cerca de 50% das operações ocorreram em países C e D. O SCF manteve seu enfoque na criação de soluções inovadoras de financiamento para suas áreas tradicionais de operação – desenvolvimento de infraestrutura e mercados financeiros e de capitais, entre outros – e, ao mesmo tempo, priorizou os investimentos “verdes”. Entre estes figuram o financiamento de usinas de biocombustíveis, a implementação de programas de eficiência energética e o financiamento de setores relacionados à produção de equipamentos para a geração de energia renovável. O enfoque do SCF nessa área ajuda o setor privado a combater a mudança climática, investindo em energia renovável, eficiência energética e projetos de reciclagem, criando um efeito demonstrativo para outros investidores e promovendo a sustentabilidade de projetos e setores.

Em 2009, o SCF continuou a explorar formas de ampliar sua atuação e o impacto de suas intervenções sobre o desenvolvimento. Foram acrescentados dois produtos novos à caixa de ferramentas em 2009: a Tabela de Pontuação do Turismo, criada para garantir que os investimentos do BID em projetos de turismo do setor privado maximizem os benefícios sociais, econômicos, culturais e ambientais para as comunidades locais e os destinos; e a iniciativa *beyondBanking*, que visa a promover princípios de sustentabilidade social e ambiental e boa governança empresarial nas instituições financeiras de toda a Região e ampliar o potencial valor agregado às operações do SCF no segmento de mercados financeiros.

Fundo Multilateral de Investimentos

Em 2009, o Fumin aprovou US\$ 115,7 milhões em financiamentos para 134 operações. Destes, 114 foram financiamentos não reembolsáveis e 20 constituíram investimentos. Com recursos de homólogos locais, o Fumin mobilizou US\$ 497 milhões na Região. O Fumin liderou o trabalho do Fundo para o Crescimento com Microfinanciamento, que conta com recursos no valor de US\$ 200 milhões e com o apoio da Corporação para Investimentos Privados Internacionais, CII e outras instituições. Durante o ano, 43% das operações aprovadas pelo Fumin concentraram-se nos países menores e relativamente mais pobres dos grupos C e D. O valor total das operações em curso diminuiu 8%, enquanto o número de operações aumentou 18%, indicando uma tendência de redução do tamanho médio dos projetos.

O Fumin organizou várias conferências importantes em 2009: o XII Fórum Interamericano da Microempresa, em Arequipa, no Peru; a VII Conferência Interamericana sobre Responsabilidade Social Empresarial, em Punta del Este, no Uruguai; e uma conferência sobre as lições



O programa Aprendendo com Alianças Empresariais, financiado pelo Fumin na América Central, promove a formação e o fortalecimento de alianças empresariais entre PMEs dos países membros participantes, para aumentar a competitividade e para aprender e disseminar as melhores práticas.

extraídas das parcerias público-privadas espanholas em infraestrutura, em Madri. O Fumin determinou o desenvolvimento do Infrascopes, uma ferramenta destinada a analisar a prontidão dos países para as parcerias público-privadas, e do Microscópio Global sobre o Ambiente de Negócios para as Microfinanças, que foi produzido pelo Fumin e a Economist Intelligence Unit e ampliado em 2009 com a inclusão de 55 países (21 na América Latina e no Caribe). O Fumin, em colaboração com a National Geographic Society e a Ashoka (uma associação de empreendedores sociais), participou da organização da competição "Power of Place" no Desafio Geoturismo 2009 do Changemakers, que ofereceu cofinanciamentos para iniciativas seletas de pequena escala em geoturismo. Dando as boas-vindas a um novo Gerente Geral em 2009, o Fumin começou a concentrar-se na questão do acesso, um tema abrangente que estará no cerne das ações do Fumin no futuro.

Corporação Interamericana de Investimentos

A missão da CII é fomentar o desenvolvimento econômico de seus países membros na América Latina e no Caribe. A CII concede empréstimos diretos e indiretos, por meio de intermediários financeiros, a empresas de pequeno e médio porte (PMEs), e mobiliza recursos não reembolsáveis na forma de programas e assistência técnica direta.

Os projetos da CII devem promover o desenvolvimento sustentável. O novo sistema de análise, monitoramento e avaliação criado em 2007 oferece uma forma abrangente, mas simples,

de medir até que ponto a CII está cumprindo seu mandato desenvolvimentista. No fim de 2009, esse banco de dados de desenvolvimento incluía todos os projetos aprovados desde 2005.

Durante o ano, a CII aprovou 40 projetos, mediante os quais canalizará US\$ 300 milhões para PMEs na Região, elevando o valor total dos financiamentos aprovados para US\$ 3,6 bilhões desde a sua criação. O ano de 2009 marcou o sétimo ano consecutivo em que a Corporação produziu lucros, o que é digno de nota no contexto da irregularidade e ocasional dificuldade das condições econômicas globais que afetam o setor na Região.

Em 2009, a Diretoria Executiva da CII aprovou a criação do Capital para a Unidade de Negócios para PMEs, que retomará as atividades de investimento acionário da Corporação na América Latina e no Caribe. Essa unidade também se empenhará em aplicar US\$ 75 milhões em recursos disponibilizados pela China para o mesmo fim.

Capacidade institucional e finanças

Esse setor compreende as atividades do Banco nas áreas de reforço da capacidade institucional do Estado, mercados de capitais e finanças, política e gestão fiscal, descentralização e desenvolvimento urbano. Medida com base tanto no volume (US\$ 5,5 bilhões) como no número de operações (44), a atuação do Setor de Capacidade Institucional e Finanças foi menos intensa apenas em comparação com o Setor de Infraestrutura na originação de empréstimos em 2009. Durante o ano, o setor foi responsável pela apresentação de três operações à Diretoria Executiva, para a República Dominicana, a Jamaica e o Panamá, totalizando US\$ 1,1 bilhão do Programa de



Ao atrair originadores e beneficiários de remessas para o sistema bancário formal da República Dominicana, o Fumin ajuda a ampliar o alcance e a cobertura do sistema para as zonas rurais, direcionando remessas para projetos voltados à produção, a serem executados sobretudo por mulheres de baixa renda.

Liquidez para Sustentabilidade do Crescimento. Não obstante o cancelamento posterior de dois dos cinco empréstimos de liquidez aprovados desde a criação do programa em outubro de 2008, a própria criação da linha foi um forte sinal para os mercados, de que o Banco estava preparado para aliviar as deficiências de liquidez decorrentes da crise financeira, o que beneficiou tanto os países quanto a Região como um todo.

Os Programas de Crédito Multissetorial, que há muitos anos têm demonstrado sua eficácia na canalização de crédito para bancos e empresas de segunda linha que o setor privado não consegue alcançar por si só, constituíram outra linha importante de negócios para o Banco. Em 2009, o BID aprovou sete empréstimos dessa natureza, totalizando mais de US\$ 2,1 bilhões. Os empréstimos multissetoriais baseados na demanda representaram um exemplo claro do papel anticíclico que o BID procurou desempenhar durante a pior fase da crise financeira: os países procuraram obter recursos do Banco com o objetivo de emprestá-los na moeda local para atividades rentáveis do setor produtivo, aumentando a competitividade de suas economias. Outro produto importante empregado pelo setor em 2009, o primeiro desse tipo, foi um empréstimo contingente de US\$ 100 milhões para a República Dominicana, concedido com recursos provenientes da Linha de Crédito Contingente para Desastres Naturais. Como parte do Enfoque do BID na Gestão de Riscos de Desastre, os empréstimos dessa linha estão condicionados a critérios de qualificação que são indicadores mensuráveis, como a velocidade dos ventos e o volume pluviométrico, nos casos de furacões, ou pontuações na escala Richter, quando se trata de eventos sísmicos.

O ano também foi marcado pelo forte desempenho na concessão de empréstimos a municípios e outros governos subnacionais. Apenas no Brasil, foram emprestados US\$ 273,1 milhões para 11 municípios, como apoio ao desenvolvimento urbano e à gestão fiscal, em uma parceria importante com o país no âmbito dos programas PROCIDADES e PROFISCO. Ademais, o Banco elaborou um novo quadro para prestar apoio aos países na área de segurança dos cidadãos, que é um dos fatores mais relevantes para a coesão social e o desenvolvimento econômico, além de ser uma área na qual o Banco pretende fazer investimentos expressivos nos próximos anos.

A eclosão da crise financeira internacional em 2008 criou desafios fiscais significativos para a Região durante todo o ano de 2009. Com programas financeiros e não financeiros integrados, a estratégia subjacente à resposta do Banco teve duas vertentes: abrir espaço fiscal e promover ajuste fiscal. Na primeira vertente, o Banco apoiou políticas anticíclicas destinadas a sustentar o crescimento econômico, preservar empregos e proteger os pobres. Na segunda, o BID apoiou políticas voltadas a melhorar as receitas, a gestão tributária, a qualidade da despesa pública e a sustentabilidade fiscal a médio e longo prazo. Em complemento a essa estratégia, o Banco continuou a prestar assistência a governos subnacionais nas suas iniciativas de reforçar as políticas orçamentárias, o recolhimento de impostos e a gestão da despesa pública. Nas duas áreas combinadas, o Banco aprovou 13 operações, totalizando US\$ 1,5 bilhão. Seis operações fizeram parte da linha de crédito do PROFISCO no Brasil, em um total aproximado de US\$ 130 milhões. Entre as outras operações destacaram-se um empréstimo de apoio a políticas no valor de US\$ 400 milhões, na Guatemala, três empréstimos programáticos de apoio a políticas, totalizando US\$ 350 milhões, e um empréstimo de emergência fiscal para a República Dominicana, no valor de US\$ 500 milhões.

As cidades abrigam 75% da população da Região e representam 50% do crescimento econômico. Contudo, as cidades também sofrem com a pobreza e a falta de oportunidades de emprego e serviços públicos, decorrentes sobretudo do rápido crescimento populacional: uma entre três pessoas vive em assentamentos informais. Para tratar desses problemas, o Banco aprovou nove operações no valor aproximado de US\$ 400 milhões, inclusive cinco novos empréstimos no âmbito da linha de crédito do PROCIDADES no Brasil, totalizando US\$ 150 milhões, destinados a melhorar os serviços e a infraestrutura dos municípios, o programa “Cidades Bicentenárias”, que visa a reforçar a capacidade de investimento dos governos locais no Chile, dois programas de habitação social no Equador e a segunda fase de um programa de abrigos para a população de baixa renda no Suriname.



Um empréstimo do BID está ajudando a aumentar a cobertura e qualidade da infraestrutura e dos serviços disponíveis para a população rural nas províncias argentinas. Os projetos financiados incluirão eletrificação rural, estradas e infraestruturas de irrigação e drenagem.

Integração regional

O BID continuou a apoiar a integração e o comércio na Região mediante a disponibilização de empréstimos, assistência técnica e PCCs. Estes ajudam os países membros a desenvolver suas capacidades para tirar maior proveito da liberalização do comércio, explorar novas oportunidades, como na expansão do comércio de serviços, e promover uma agenda pró-ativa de integração regional e extra-regional. Destacam-se os empréstimos para a Nicarágua e Argentina, destinados a aumentar suas capacidades para tirar proveito das oportunidades de comércio e investimento. O trabalho de execução dos empréstimos inclui, entre outras ações, promover o comércio e o investimento no Chile, Paraguai, Peru e Uruguai, e capacitar os governos para facilitar as operações comerciais do setor privado em Barbados, Suriname e Trinidad e Tobago. O Peru recebeu amplo apoio na integração do comércio ao desenvolvimento nacional. A CT regional na América Central incluiu projetos como a integração de bolsas de valores, integração de cadeias de valor produtivo e elaboração de políticas de competição regional. Entre os projetos no Cone Sul figuraram a promoção do investimento, o apoio ao Parlamento e à Comissão de Comércio do MERCOSUL, assim como o desenvolvimento do comércio e investimento nas regiões fronteiriças do Brasil.



O BID está financiando a TECSIS, uma das principais produtoras de pás para turbinas eólicas, e prestando cooperação técnica para um estudo de mercado e dos impactos ambientais e sociais da tecnologia de energia eólica no Brasil.

O Banco prestou ampla assistência técnica para as iniciativas do Grupo Pacífico-11 de Países Latino-Americanos da Orla do Pacífico (*Arco del Pacífico Latinoamericano*), criado em 2007 para conectar os acordos comerciais comuns entre esses países, e apoiou os Caminhos para a Prosperidade nas Américas entre uma dúzia de países latino-americanos, os Estados Unidos e Canadá. O Banco também ajudou a Colômbia e o Chile a implementar um novo programa de certificação digital de origem, que acelera dramaticamente as operações comerciais transfronteiriças. Em outubro de 2009, o Banco e o Gabinete do Enviado Especial da ONU ao Haiti organizaram uma Reunião de Trabalho em Porto Príncipe, a maior congregação de empresas nacionais e internacionais na história do país.

O BID tem desempenhado um papel central na iniciativa global Ajuda para o Comércio, liderada pela Organização Mundial do Comércio (OMC), criando um Fundo Temático Estratégico de Ajuda para o Comércio a fim de mobilizar recursos de apoio à implementação da Ajuda para o Comércio na Região. O Banco também faz parte do Roteiro da Ajuda para o Comércio para 2009-2010 (para monitorar a implementação do projeto) e participou de Avaliações da Ajuda para o Comércio, sendo que a mais recente foi realizada no Caribe, em Honduras e , com o apoio do governo suíço, no Peru.

Dando continuidade ao seu extenso trabalho de integração e cooperação regional, o Banco apoiou diálogos sobre políticas, entre eles a II Reunião dos Ministros das Finanças das Américas,

organizada pelo Chile, e a Rede de Comércio do Diálogo Regional de Política. O inovador programa Bens Públicos Regionais aprovou 14 projetos adicionais, elevando o total para US\$ 47,4 milhões dirigidos a 60 projetos. O programa piloto do Banco para redução do custo de trânsito, Trânsito Internacional de Mercadorias na Mesoamérica, foi estendido para todas as fronteiras, do México ao Panamá. Entre outras iniciativas regionais figuraram o apoio a redes de comércio e fóruns privados sobre como promover as exportações e atrair investimentos.

O Banco acentuou sua pauta de trabalho sobre comércio e investimento entre a América Latina/Caribe e a Ásia, oferecendo apoio de várias formas: financiamento de pesquisas sobre políticas de comércio transpacífico, cooperação com o Banco Asiático de Desenvolvimento, assim como estudos técnicos, apresentações e fóruns do setor privado com a Cooperação Econômica Ásia-Pacífico. O Banco também iniciou um projeto de CT para atrair investimentos asiáticos para a América Latina e identificar as exigências de importação de produtos agrícolas para os mercados da Ásia. O ano incluiu ainda a publicação de um relatório sobre a Índia: *Is India the Next Big Thing for Latin America? Opportunities and Challenges for Trade and Investment*.

O Banco também aperfeiçoou sua liderança de opinião sobre comércio com produtos como o livro publicado em conjunto com a OMC, *Regional Rules in the Global Trading System*; um relatório especial sobre as perspectivas de maior convergência entre os acordos comerciais regionais, *Bridging Regional Trade Agreements in the Americas*; e um estudo aprofundado sobre como aumentar a eficácia das agências de promoção das exportações na América Latina e no Caribe, *Evaluating the Impact of Export Promotion Institutions in Latin America and the Caribbean*.



Melhor saneamento

Com sua parceria estratégica com o Fundo Espanhol de Cooperação para Água e Saneamento na América Latina e no Caribe, o BID recebeu quase US\$ 500 milhões para investir em projetos de água e saneamento, sobretudo em zonas rurais e periurbanas.

Gestão de riscos

O BID tomou medidas para solidificar seus sistemas de gestão de riscos financeiros e de outros tipos em várias frentes, após a criação, em 2007, do Departamento de Gestão de Riscos, que se reporta diretamente ao Presidente. No fim de 2009, o Banco estava prestes a implantar uma série de medidas que o alinhariam com outras instituições financeiras multilaterais líderes nessa área essencial. Os aperfeiçoamentos e refinamentos feitos nos sistemas institucionais concentraram-se na execução de iniciativas em três áreas identificadas na estratégia de gestão de riscos financeiros do Banco. Na área de *risco creditício*, a adoção de um novo índice de classificação como parte do processo de aprovação de empréstimos padronizou a avaliação dos riscos associados a operações específicas, segundo o ponto de vista do mutuário, setor, país e tipo de produto. Em 30 de junho, todos os projetos da carteira de SGS foram avaliados com o novo sistema.

Em termos de *risco estratégico*, como se explica mais detalhadamente abaixo, o Banco estava prestes a concluir a avaliação de suas políticas de risco de Adequação de Capital e gestão de ativos/passivos. O Banco também alcançou um estágio bem avançado na implementação do Sistema Integrado de Adequação de Capital e Análise de Carteira, que será o componente central da infraestrutura para medir e monitorar os riscos de crédito e mercado associados à carteira de empréstimos e liquidez do Banco.

A Administração reavaliou a Estratégia de Investimento do Banco e apresentou-a à Diretoria Executiva. A reavaliação definiu uma série de ações específicas destinadas a melhorar a gestão e avaliação da carteira de investimentos, na terceira rubrica de *risco de tesouraria*. Também delineou um processo de Alocação Estratégica de Ativos pelo qual o Comitê de Gestão de Ativos e Passivos do Banco determinará novas metas de alocação. O novo processo servirá como base para a análise comparativa de riscos e benefícios e a realização de ajustes na carteira de acordo com as necessidades de liquidez.

Aquisição, administração financeira e monitoramento da carteira

Nas áreas de responsabilidade da Divisão de Aquisições para Projetos, Administração Financeira e Monitoramento da Carteira da Vice-Presidência para Países, uma realização de monta foi a aprovação, pela Diretoria Executiva, de elementos importantes de uma nova estratégia para a utilização de sistemas nacionais, divididos em dois tipos: *fiduciários* e *não fiduciários*. Os primeiros incluem normas para aquisições e contratação pública, bem como a administração financeira. Nos sistemas não fiduciários utilizam-se as leis e os regulamentos nacionais para medir a eficácia no desenvolvimento e as normas e salvaguardas ambientais.

Em virtude da complexidade e amplitude da necessidade de conciliar os sistemas atuais do Banco com as melhores práticas emergentes e estabelecidas nos países membros mutuários, a Diretoria e a Administração concentraram-se em uma estratégia que desse ênfase às necessidades dos clientes. Será implementada gradualmente, de acordo com as necessidades dos países, identificadas nos documentos de Estratégia de País e atendidas com a disponibilização de recursos e assistência técnica do Banco. O trabalho sobre a utilização dos sistemas de aquisição dos países continuará em 2010.

A nova Política de Administração Financeira e as novas Diretrizes Operacionais de Administração Financeira e Aquisição, aprovadas em 2009, estão sendo implantadas gradualmente. As novas abordagens promovem: (i) maior utilização do discernimento profissional; (ii) melhor atendimento do cliente, com menores custos de transação; (iii) gestão baseada em riscos e resultados; (iv) atividades fiduciárias integradas como parte dos ciclos de programação e projeto; (v) utilização mais ampla e reforço dos sistemas nacionais; e (vi) aplicação padronizada, e com alta qualidade, das políticas e dos princípios fiduciários.

No decorrer do ano, o Banco desenvolveu e iniciou uma nova abordagem para monitorar a carteira, que inclui indicadores e relatórios padronizados de desempenho da carteira. Essa nova abordagem abrangente ajuda a facilitar a administração ativa da carteira, integrando medidas relacionadas com alocação de recursos, desembolsos, desempenho, supervisão e dados produzidos na execução.

A utilização de sistemas de aquisição governamental eletrônica foi o tema de uma importante conferência organizada pelo Banco em 2009, a primeira em três anos, na qual as autoridades responsáveis pela aquisição pública em cerca de 95 países examinaram as perspectivas de harmonização das normas.

Salvaguardas ambientais

Em 2009, a Iniciativa de Sustentabilidade do BID foi integrada ao orçamento operacional do Banco com quatro PCCs: instrumentos e ferramentas operacionais para a gestão de riscos ambientais e sociais; treinamento e conhecimento; relatório de sustentabilidade; e análises ambientais do país.

O Banco contratou mais oito especialistas em salvaguardas ambientais (SAs), elevando o número total desses técnicos para 21. Especialistas em SAs estão sendo designados para uma quantidade cada vez maior de projetos em processamento e em carteira, oferecendo conheci-



Um projeto do Fumin na Costa Rica ajuda PMEs a desenvolver sua capacidade de acesso a mercados internacionais para produtos cultivados com métodos ecológicos. O programa será implementado pelo Centro Agrônomo Tropical de Investigação e Ensino (CATIE).

mentos aprofundados para assegurar a sustentabilidade social e ambiental. Os especialistas em SAs são membros das equipes de mais de 370 operações, o que representa um aumento, em 2009, de 50% nas operações em estágio de elaboração e 20% nas operações em execução. Além disso, as SAs têm sido utilizadas para avaliar mais de 800 operações de empréstimo e do Fumin, bem como operações não reembolsáveis de CT por meio do processo de avaliação ambiental e social. Desenvolveu-se um sistema de monitoramento de salvaguardas para aumentar o acesso à documentação dos aspectos ambientais e sociais das operações do BID.

Em apoio à Política do Meio Ambiente e Observância de Salvaguardas, a Unidade de Salvaguardas Ambientais começou a elaborar critérios claros para reduzir os impactos climáticos de projetos financiados pelo BID em áreas como as de manufatura, agricultura, petróleo e gás, barragens hidrelétricas e cimento. O primeiro é as Diretrizes para Usinas Energéticas a Carvão, elaboradas em coordenação com a Divisão de Energia do Banco e a SECCI: o BID financiará apenas projetos que utilizem as melhores tecnologias para reduzir as emissões de gases do efeito estufa e outros poluentes.

Em maio de 2009, o Banco convidou um grupo de nove peritos em política ambiental e desenvolvimento sustentável, o Grupo de Assessoramento Externo sobre a Sustentabilidade, para avaliar a implementação da Política do Meio Ambiente e Observância de Salvaguardas. O Grupo de Assessoramento deverá oferecer conselhos e fazer recomendações sobre a implementação da política e o cumprimento dos objetivos. Também atuará como parte dos preparativos do Banco para o Nono Aumento Geral de Capital. Especificamente, solicita-se que o Grupo de Assessoramento ofereça recomendações sobre: (i) os esforços e desempenho do BID no encaminhamento das questões ambientais críticas que afetam a Região; (ii) aperfeiçoamentos para a Política do Meio Ambiente e os melhores processos de implementação para que o BID possa lidar com as questões ambientais críticas; (iii) questões emergentes de sustentabilidade na Região e como o Banco poderia resolvê-las efetivamente no contexto da agenda Banco Melhor; e (iv) o papel do Banco na liderança da sustentabilidade na Região.

Eficácia no desenvolvimento

Em outubro de 2008, a Diretoria Executiva aprovou o Quadro de Eficácia no Desenvolvimento (QED). O QED enquadra as atividades do Banco em uma nova lógica – um enfoque maior nos resultados, baseados em evidências empíricas, e um esforço de melhor qualidade – que alinha as partes constituintes do Banco na mesma direção básica. Melhora a prestação de contas do Banco sobre os resultados, favorecendo a tomada de decisões com base em evidências, e cria um ambiente de aprendizagem para compreender o que funciona e por quê. O QED propôs que a avaliabilidade – a possibilidade de avaliar uma atividade ou um programa com fiabilidade e credibilidade – de todos os produtos de desenvolvimento da instituição seja medida com uniformidade e abrangência no recebimento (antes da aprovação). O instrumento utilizado para medir a avaliabilidade consiste em uma série de matrizes de eficácia no desenvolvimento, cada uma concebida para um tipo específico de intervenção de desenvolvimento (estratégias do país, operações do setor público ou privado). Desde 2009, todas as propostas de empréstimo distribuídas para aprovação da Diretoria incluem uma classificação de sua avaliabilidade.

Além disso, o Banco identificou projetos aprovados em 2008 e 2009, que incluem metodologias de avaliação experimentais ou semi-experimentais em sua concepção e que tentam examinar os aspectos desfavoráveis das intervenções do projeto; ou seja, permitem o cálculo do impacto efetivo do projeto sobre os beneficiários, não apenas os melhoramentos conceituais. O Banco acompanhará esses projetos e prestará apoio técnico para garantir a execução contínua e rigorosa das avaliações de impacto das intervenções.

Em setembro de 2009, o acompanhamento da implementação de operações do setor público passou a ser feito com uma abordagem quantitativa que monitora a consecução dos resultados

e produtos de cada programa em relação aos parâmetros previstos de cronograma e custo. Os relatórios de dados começarão a ser gerados pelo novo sistema no primeiro trimestre de 2010 para todas as operações SG da carteira. Além disso, o relatório dos resultados finais foi alterado com a implementação do QED. Anteriormente, apenas 30% das operações SG plenamente desembolsadas produziam Relatórios de Conclusão de Projeto, mas, a partir de 2009, observou-se um aumento na taxa de observância do requisito de elaboração desses relatórios. A observância chegou a 83% na data limite designada: 30 de junho de 2009. Os resultados comunicados nos relatórios de conclusão das operações SG foram validados pelo Escritório de Avaliação e Supervisão (OVE) – o escritório de avaliação independente do Banco – no fim de 2009. Ademais, até essa data, o OVE também tinha validado os resultados das operações SGS concluídas em 2008.

No início de 2010, o Banco publicará o Panorama de Eficácia no Desenvolvimento (PED). O PED avaliará: (i) o avanço do Banco na implementação de sua nova política de eficácia no desenvolvimento; (ii) as evidências empíricas disponíveis sobre a eficácia dos programas financiados pelo Banco nos últimos dois anos, desde o realinhamento, e o alinhamento de seus empréstimos com as prioridades institucionais propostas no âmbito do Aumento Geral de Capital; e (iii) uma



Um trabalhador no Peru realiza uma inspeção de pragas em mandarinas. O BID apoia a sanidade e segurança agrícola da região, implementando programas de controle de pragas e reforçando os serviços de sanidade agrícola.



Em Honduras, um empréstimo do Fumin apoia a criação de bancos especializados em microfinanças para ampliar o acesso de microempreendedores a serviços financeiros.

análise da eficácia das políticas apoiadas pelo Banco em uma área específica de desafio para o desenvolvimento da Região, a saber, o incentivo à competitividade e segurança alimentar na produção agrícola.

Integridade

O Escritório de Integridade Institucional (EII) deu continuidade à sua atividade de prevenção e investigação de fraude e corrupção como parte da missão do Grupo do BID no sentido de garantir a elaboração e execução das atividades por ele financiadas segundo os padrões mais rigorosos de integridade.

No início do ano, o EII tinha 69 casos sob investigação; no fim do ano, o escritório havia recebido 163 reclamações e realizado 152 investigações. Além disso, o EII processou 146 consultas no mesmo período. As sanções impostas pelo Banco mediante a constatação de violações de suas políticas anticorrupção foram divulgadas no site do BID.

Na área de prevenção, o escritório respondeu à crescente demanda das agências executoras, unidades operacionais e entidades fiduciárias pela produção de Avaliações de Riscos à Integridade. Essas avaliações identificam os riscos à integridade revelados em casos anteriormente examinados pelo EII e fazem recomendações para reduzir a probabilidade de práticas fraudulentas ou corruptas nas atividades financiadas pelo Grupo do BID. Além disso, o EII continuou a im-

plementar o piloto da Matriz Red Flags, desenvolvida em conjunto com a Vice-Presidência para Países. Essas atividades dependem da assistência do Setor de Conhecimento e Aprendizagem.

O EII também realizou avanços na prevenção de riscos à integridade nas atividades relacionadas com os financiamentos do Banco para o setor privado. Sob a coordenação da Vice-Presidência do Setor Privado e Operações sem Garantia Soberana e em conjunto com o Escritório de Parcerias Estratégicas e o Departamento Jurídico, o EII faz parte do grupo encarregado de revisar e implementar os procedimentos de análise e prevenção dos riscos à integridade nessas operações. O EII também prestou assistência às equipes dos projetos, respondendo a consultas específicas sobre questões de integridade e reputação em operações SGS. O Escritório tomou providências para melhorar a comunicação interna e externa sobre suas atividades e fez avanços na distribuição de informações e harmonização com as melhores práticas observadas nos outros bancos multilaterais de desenvolvimento.

Durante o ano, o Gabinete da Presidência liderou uma equipe incumbida de planejar e implementar as recomendações extraídas da avaliação externa do Quadro Sistemico do Banco contra a Corrupção, feita por um grupo chefiado por Richard Thornburgh, ex-Ministro da Justiça dos Estados Unidos, e Jorge Santistevan, ex-*Ombudsman* do Peru. Adotaram-se mudanças importantes nas políticas e nos procedimentos do Banco em decorrência das recomendações da avaliação, como: maior proteção para denunciante; criação de uma nova Comissão de Sanções (quatro dos sete membros serão de fora do Banco); formação da Comissão de Política Anticorrupção; e alteração do estatuto do EII, transformando-o em uma unidade de assessoramento independente na estrutura básica do Banco.

Um plano de ação de apoio do Banco para as iniciativas nacionais de combate à corrupção e incentivo à transparência, endossado pela Diretoria Executiva, procurou aumentar a capacidade analítica do Banco sobre questões de governança e combate à corrupção nos níveis do país, setor e instituição. O plano de ação, conhecido pela sigla PAACT, em espanhol, pede o apoio do BID para a implementação, pelos países, das convenções internacionais de combate à corrupção e incentiva a participação do setor privado e da sociedade civil no reforço institucional. No âmbito interno, o PAACT recomenda a adoção de uma abordagem sistêmica por diversas unidades em múltiplas áreas de atividade do Banco e durante todo o ciclo de um projeto.

Auditoria e avaliação

Em 2009, o Escritório do Auditor Executivo (AUG) continuou a acompanhar o realinhamento do Programa Optima, uma iniciativa abrangente na área de tecnologia da informação, e das respectivas implementações de projetos e sistemas, e também a avaliar os avanços. Nos departamentos operacionais, o AUG realizou avaliações do ambiente e dos processos de controle de cinco Representações e conduziu mais auditorias funcionais do que em anos anteriores. Nas áreas não operacionais, o AUG realizou auditorias de controles gerais de tecnologia da informação, administração de caixa, processo e execução orçamental, aquisição administrativa, recursos humanos, governança e gestão de riscos. Em nome da Administração e dos auditores externos, o AUG testou os controles que se aplicam a todo o Banco e certos controles essenciais dos processos comerciais, como parte do processo de produção de relatórios anuais da Administração sobre a eficácia dos controles internos aplicados aos relatórios financeiros.

O AUG continuou a aumentar sua eficácia e eficiência, avaliando e aperfeiçoando os procedimentos internos e ferramentas que ajudam a melhorar a qualidade geral e o valor dos serviços de auditoria. O escritório desenvolveu ou aprimorou os indicadores de desempenho utilizados para monitorar as principais fases do ciclo de auditoria.

Os vários tipos de risco são avaliados e administrados em diversas áreas do BID. O Escritório de Avaliação e Supervisão (OVE) tem a preocupação fundamental de avaliar o “risco à missão”, que é o risco de as intervenções do Banco não produzirem os resultados previstos para o



Um projeto regional do Fumin apoia cafeicultores em cinco países centro-americanos e os ajuda a aumentar sua competitividade no mercado internacional, desenvolvendo ferramentas destinadas a diferenciar seu café com base na qualidade.

desenvolvimento. O OVE avalia o risco à missão em vários níveis: as avaliações dos programas dos países examinam os resultados obtidos nas atividades do Banco em um determinado país no decorrer de um período plurianual; as análises posteriores de projetos avaliam o impacto de intervenções específicas; as análises prévias de avaliabilidade examinam a concepção tanto de projetos quanto de programas dos países no tocante a sua capacidade de demonstrar resultados; e estudos de supervisão examinam as ferramentas de que o Banco dispõe para acompanhar e supervisionar a implementação de projetos. Além de informações sobre o risco à missão, o trabalho do OVE também oferece conclusões extraídas da atividade de supervisão no tocante à avaliação e mitigação de riscos fiduciários e operacionais.

Em 2009, o OVE realizou 11 avaliações de programas dos países e 34 avaliações aprofundadas de impacto de projetos, além das análises de avaliabilidade para cada projeto e cada programa do país apresentado para a aprovação da Diretoria. Os estudos de supervisão pertinentes ao risco fiduciário e operacional em 2009 também incluíram: uma avaliação das políticas de investimento do Banco por um painel independente de peritos; uma avaliação conjunta com o Auditor Geral do Banco sobre questões de gestão de riscos decorrentes de um empréstimo con-

cedido pelo Banco ao setor privado, o qual registrou prejuízo; e uma avaliação de como o Banco administra e supervisiona o substancial programa de atividades de CT. Em 2009, o OVE também iniciou uma avaliação da abordagem empregada pelo Banco para administrar riscos creditícios, assim como uma análise do processo de originação de operações de empréstimo para o setor privado. Está prevista para 2010 a avaliação da metodologia de gestão de riscos de desastre utilizada no Banco.

Consultas públicas e a sociedade civil

Após a adoção do Roteiro na VIII Reunião do BID com a Sociedade Civil, realizada em outubro de 2008 em Montevideu, no Uruguai, o Banco tomou medidas para ampliar e aprofundar seu engajamento com ONGs e outras organizações da sociedade civil (OSCs) durante todo o ano. Na IX Reunião do BID com a Sociedade Civil, realizada em novembro em Guadalajara, no México, o Banco e as OSCs examinaram os avanços obtidos na consecução dos compromissos enumerados no roteiro de Montevideu. A análise culminou na emissão de um segundo Roteiro, no qual o BID articulou dez outros compromissos pertinentes às relações gerais entre o Banco e a sociedade civil, à política de divulgação de informações, ao Mecanismo Independente de Consulta e Investigação proposto, ao BID e a juventude, assim como consultas sobre o Nono Aumento Geral de Capital e a proposta de uma Política de Igualdade de Gênero. No fim do ano, a Assessoria de Relações Externas estava preparando o primeiro relatório anual sobre o engajamento e as atividades do Banco com a sociedade civil, a ser publicado em março.

No segundo semestre do ano, o Banco realizou vários eventos formais de consulta pública. O primeiro concentrou-se na proposta de criação de um Mecanismo Independente de Consulta e Investigação e incluiu reuniões em Brasília, Lima, Paris, Santo Domingo e Washington, além de videoconferências em Bogotá, Buenos Aires, La Paz, Cidade do México e Porto de Espanha. Como parte do componente online da consulta, foram apresentados mais de 250 comentários por escrito. A segunda consulta pública referiu-se à minuta da Política Operacional sobre Igualdade de Gênero no Desenvolvimento. A fase informativa com duração de 30 dias foi concluída em novembro, e a segunda fase, de 90 dias, começou em dezembro e transcorrerá até meados de março.

O cerne de vários dos eventos e das consultas foi a avaliação da abrangência e dos mandatos do que até agora se denominou Conselhos Assessores da Sociedade Civil (CASC) e que se propõe reconstituir como Grupos Consultivos da Sociedade Civil (ConSOCs) em cada um dos 26 países membros mutuários do Banco. A proposta de criação de 26 ConSOCs em 2010 baseou-se em uma série de diretrizes para sua formação e operação, dando-lhes flexibilidade para adaptar-se às necessidades singulares do Banco e da sociedade civil em cada país e, ao mesmo tempo, reconhecendo as características que são comuns a todos.

Recursos humanos

O ano de 2009 demonstrou ser outro período de recrutamento intenso para o Banco, com mais de 150 novas contratações, sendo 33% delas para as Representações. Para complementar a procura dos melhores talentos para o BID, elaborou-se uma estratégia de contratação compatível com a melhor prática do mercado. O escopo das missões de recrutamento foi consideravelmente ampliado com várias iniciativas de divulgação nos países sub-representados, concentrando-se, inclusive, em pessoas de etnia indígena. Além disso, o DRH trabalhou no planejamento e na implementação de um novo sistema eletrônico a ser lançado em 2010 para agilizar os processos de recrutamento e contratação.

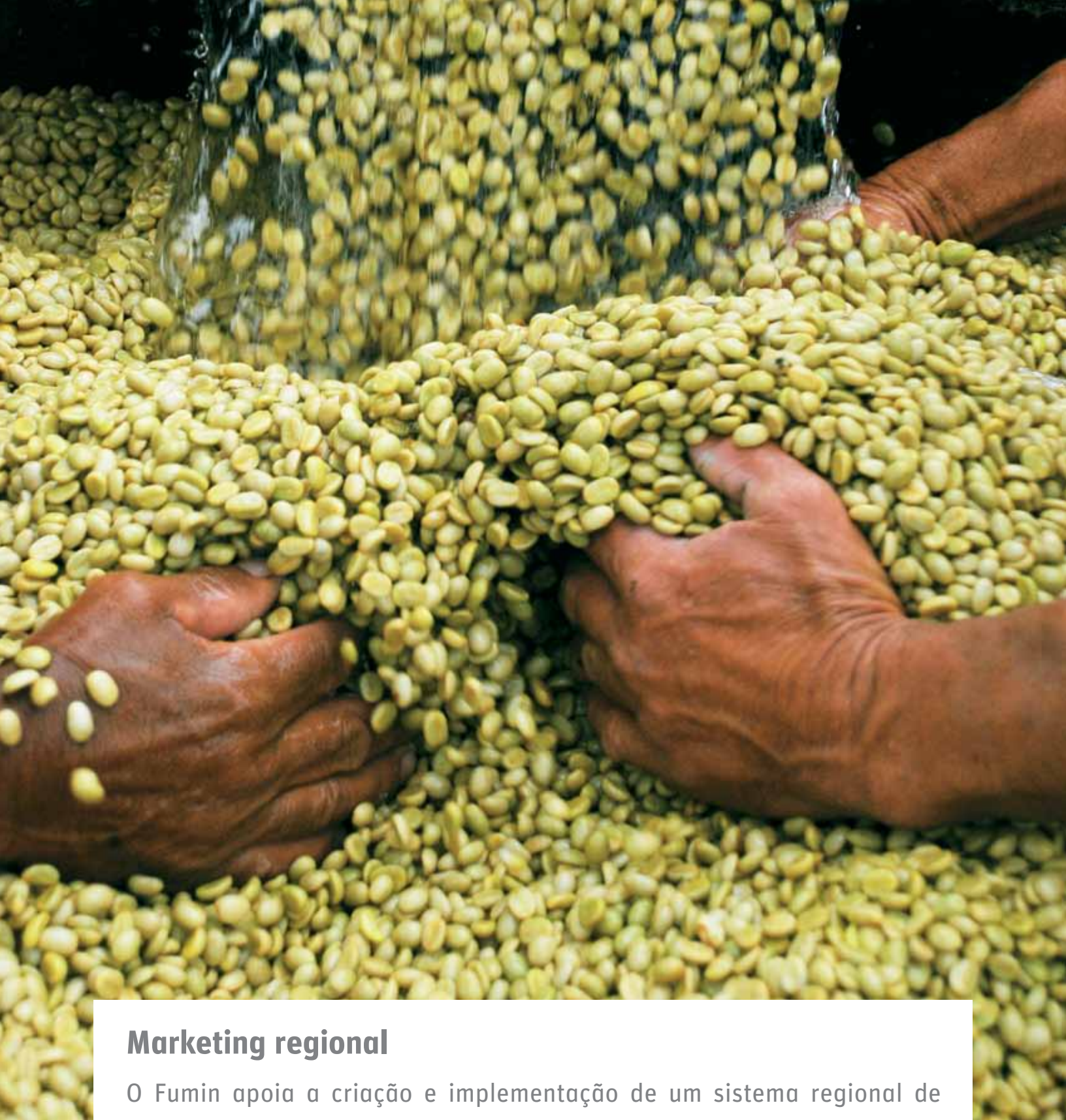
O Programa de Mentores para Profissionais Jovens, criado em fevereiro de 2009, deu a jovens profissionais a oportunidade de ampliar suas redes e desenvolver relacionamentos, com mentores que se tornam parceiros essenciais de aprendizagem para a organização.

Outra área importante de concentração em 2009 foi a concepção e o desenvolvimento de um novo modelo de desenvolvimento de carreira para a organização. Esse projeto incluiu um processo consultivo que abrangeu todo o Banco e a avaliação das políticas de pessoal do Banco no tocante a questões de recrutamento e desenvolvimento de carreira. Será apresentado para aprovação final no início de 2010.

Sob a liderança do recém-contratado Assessor de Diversidade, o Banco organizou e realizou sua primeira Conferência de Diversidade, com 13 mesas-redondas temáticas, que renderam mais de 100 recomendações. A Administração selecionou dez recomendações para implementação.

Conhecimento e aprendizagem

Em 2009, o Banco continuou a implementar a Estratégia Institucional de Conhecimento e Aprendizagem para 2008-2010, que enfoca: (i) o alinhamento da aprendizagem do pessoal com as prioridades do negócio central do Banco e o enriquecimento da perícia técnica para garantir a disponibilidade dos conhecimentos avançados e das habilidades operacionais necessárias para o Banco cumprir sua missão; e (ii) o melhoramento das condições para a aquisição, criação, disseminação, troca e utilização dos conhecimentos necessários para prestar uma assistência de alta qualidade para o desenvolvimento dos países membros. O programa de trabalho de 2009 concentrou-se em aumentar a eficácia no desenvolvimento das operações do Banco, lidando com as necessidades institucionais de melhores fluxos de informações e melhorando as capacidades de administração da matriz e o atendimento dos clientes. Esse enfoque refletiu uma pauta de propostas para o desenvolvimento do pessoal e de produtos de conhecimento e capacitação para o intercâmbio de conhecimentos pertinentes do Banco com os parceiros na Região. Como resultado, o tempo investido pelo pessoal em atividades de conhecimento e aprendizagem aumentou 57% em relação ao ano anterior, alcançando a média de 9,9 dias para cada funcionário do Banco. O número de horas investidas pelo pessoal nas Representações aumentou 137%, dando apoio à ênfase geral de descentralização do Banco. O BID também intensificou seus esforços voltados a garantir a disponibilidade de conhecimentos relevantes para os clientes estratégicos, aumentando o contato do pessoal com os profissionais da Região e utilizando tecnologias de ponta.



Marketing regional

O Fumin apoia a criação e implementação de um sistema regional de gestão da qualidade do café centro-americano. O programa também desenvolverá mecanismos de mercado para reconhecer a qualidade por meio do preço e aumentar o acesso dos produtores a esses mecanismos.

AS OPERAÇÕES NO ANO

Empréstimos e garantias

Os empréstimos e as garantias aprovados pelo Banco em 2009 e os totais acumulados em 31 de dezembro de 2009, deduzidos os cancelamentos, vieram das seguintes fontes:

- Capital Ordinário (CO): 148 empréstimos, no valor de US\$ 15,3 bilhões, e uma garantia, no montante de US\$ 10 milhões, levaram o total acumulado de empréstimos a 2.225, no montante de US\$ 160,8 bilhões, e o de garantias a 14 operações, no total de US\$ 1,7 bilhão.
- Fundo para Operações Especiais (FOE): 24 empréstimos, no montante de US\$ 228 milhões, levaram o total acumulado de empréstimos a 1.259, no montante de US\$ 18,9 bilhões.
- Outros fundos: foram aprovados dois empréstimos em 2009. Os empréstimos acumulados totalizaram 217, no montante de US\$ 1,8 bilhão.

Custo total dos projetos

Os US\$ 15,5 bilhões em empréstimos e garantias aprovados pelo Banco em 2009 ajudarão a financiar projetos que representam um investimento total aproximado de US\$ 25,5 bilhões. Os empréstimos do Banco cobrem apenas uma parte do custo total dos projetos em execução pelos países mutuários, que contribuem com a maior parte do saldo.

Desembolsos

Os desembolsos do Banco correspondentes aos empréstimos aprovados ascenderam a US\$ 11,9 bilhões em 2009, contra US\$ 7,6 bilhões em 2008. Em 31 de dezembro de 2009, os desembolsos acumulados, incluídos os ajustes de câmbio, totalizavam US\$ 158,6 bilhões, ou 87% do montante dos empréstimos aprovados pelo Banco. Os desembolsos de 2009 e os totais acumulados em 31 de dezembro de 2009, por fonte, foram os seguintes:

- Capital Ordinário: US\$ 11,4 bilhões, elevando o total acumulado a US\$ 139,3 bilhões.
- Fundo para Operações Especiais: US\$ 414 milhões, elevando o total acumulado a US\$ 17,6 bilhões.
- Outros fundos: US\$ 13 milhões, elevando o total acumulado dos fundos administrados pelo Banco a US\$ 1,8 bilhão.

Amortizações

As amortizações de empréstimos alcançaram US\$ 4,8 bilhões em 2009. O montante acumulado das amortizações em 31 de dezembro de 2009 chegou a US\$ 86,1 bilhões. As amortizações recebidas pelo Banco durante o ano e os totais acumulados em 31 de dezembro de 2009 foram:

- Capital Ordinário: US\$ 4,5 bilhões, elevando o total acumulado, antes das amortizações a participantes, a US\$ 81,1 bilhões.
- Fundo para Operações Especiais: US\$ 220 milhões, elevando o total acumulado a US\$ 8,3 bilhões.
- Outros fundos: US\$ 5,0 milhões, elevando o total acumulado a US\$ 1,7 bilhão.

Informações sobre os projetos do BID estão disponíveis em www.iadb.org/projects.

Financiamentos não reembolsáveis

As ações e realizações na área de financiamentos não reembolsáveis em 2009 – CT e investimentos – decorrem da nova política de CT e do quadro aprovado pela Diretoria Executiva em abril de 2008. Por exemplo, para apoiar a descentralização do Banco, foram criados procedimentos para garantir o acesso a financiamentos não reembolsáveis para líderes de equipe baseados tanto na sede como nas Representações. A delegação de autoridade de aprovação de operações de CT ao Presidente e à administração também ajudou a reduzir os respectivos custos de transação. Cinco fundos fiduciários de doadores foram renegociados para alinhar seus termos e condições com a nova política e estrutura de CT. Um resultado foi a aprovação de 462 financiamentos não reembolsáveis em 2009, no valor de US\$ 480 milhões, inclusive três para investimentos em água e saneamento, no valor de US\$ 150 milhões, e cinco para operações no Haiti, no valor de US\$ 122 milhões.

O desempenho na execução em 2009 melhorou em relação a 2008, com um aumento de 21,7% nos desembolsos.

Os países e as instituições multilaterais que contribuem para os fundos fiduciários criados pelo Banco são: Alemanha, Áustria, Canadá, Chile, China, Dinamarca, Espanha, Estados Unidos, Finlândia, França, Itália, Japão, Noruega, Países Baixos, Portugal, Reino Unido, República da Coreia, Suécia, Suíça e União Europeia. Em 2009, recebeu-se um total de US\$ 673,1 milhões em contribuições, sendo que a maior, US\$ 496,5 milhões, veio da Espanha.

Em 2009, o Banco criou três novos fundos de multidoadores: Gênero e Diversidade, Economia do Conhecimento e Soluções de Mercado para Mudança Social. O Fundo de Saúde para a Mesoamérica, um novo instrumento, será financiado tanto por fontes públicas como privadas. A Bill and Melinda Gates Foundation empenhou US\$ 50 milhões e conta-se com outra contribuição de US\$ 50 milhões de uma fonte privada. O ano também incluiu a reposição do Fundo SECCI.

Cofinanciamentos

O Banco intensificou sua mobilização efetiva de recursos por meio de cofinanciamentos em 2009, promovendo a ampliação da capacidade de empréstimo do CO do Banco e criando as condições para a reposição do FOE.

O Banco firmou Memorandos de Entendimento com novas contrapartes de cofinanciamento da Ásia, como o Banco da China, o Banco de Desenvolvimento da China e o Banco de Exportação e Importação da China, além de renovar os vigentes com o Banco Japonês para Cooperação Internacional, a Agência de Cooperação Internacional do Japão, o Banco Europeu de Investimento e o Banco de Exportação e Importação da Coreia, entre outros. Também se enviadaram esforços para ampliar as atuais parcerias de cofinanciamento com instituições como o Fundo da OPEP para o Desenvolvimento Internacional, o *Kreditanstalt für Wiederaufbau* e o *Deutsche Gesellschaft für Technische Zusammenarbeit*, da Alemanha, e outros bancos multilaterais e bilaterais de desenvolvimento.

Além do cofinanciamento tradicional com agências bilaterais e multilaterais de desenvolvimento, o Banco tentou criar conexões entre uma ampla gama de parceiros privados emergentes, não tradicionais, propondo programas de desenvolvimento inovadores, bem estruturados e definidos, que atendam às exigências das agências, às necessidades da Região e às áreas prioritárias do Banco.

Mobilizaram-se quase US\$ 3,4 bilhões provenientes de cofinanciadores públicos e privados sem contar empréstimos consorciados B. Esse montante inclui recursos destinados ao projeto do Canal do Panamá e cerca de US\$ 47 milhões em financiamentos não reembolsáveis para projetos específicos. Também fazem parte do total os US\$ 783 milhões obtidos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) do Brasil e o valor conjunto de US\$ 450 milhões contribuído pelo Banco Mundial e a CFI.

Instantâneo

Figura 1. Empréstimos por setor, 2009

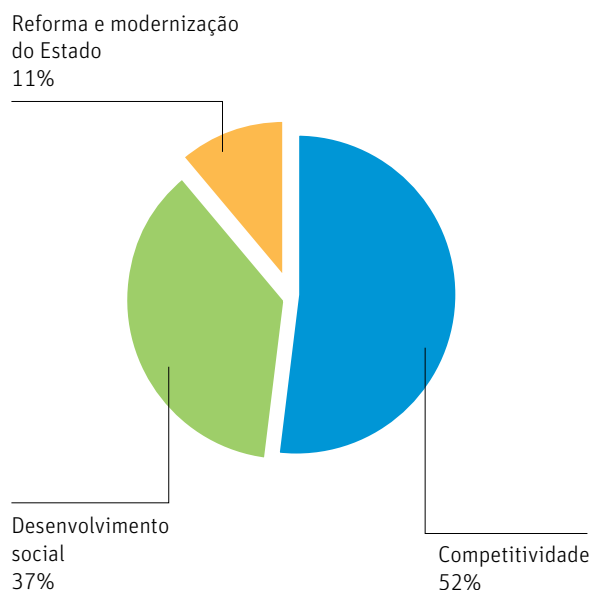


Figura 2. Empréstimos por setor, 1961–2009

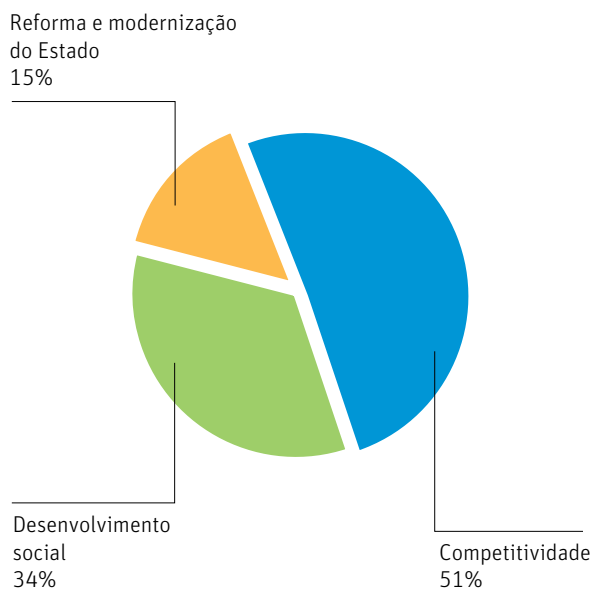


Figura 3. Empréstimos e desembolsos, 2000–2009
(Em milhões de dólares dos Estados Unidos)

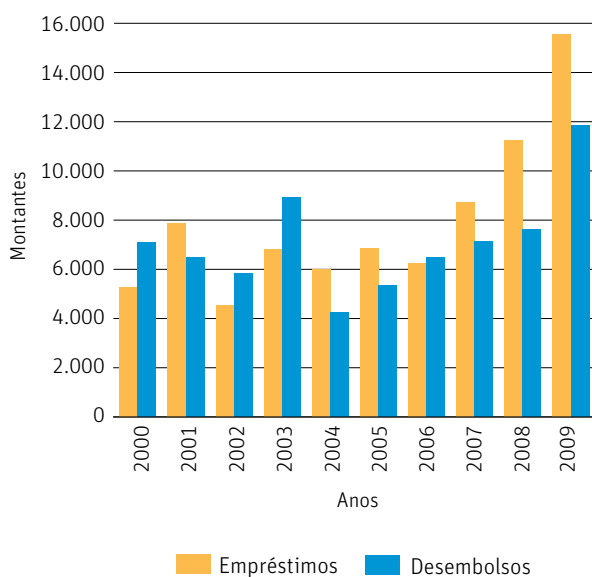
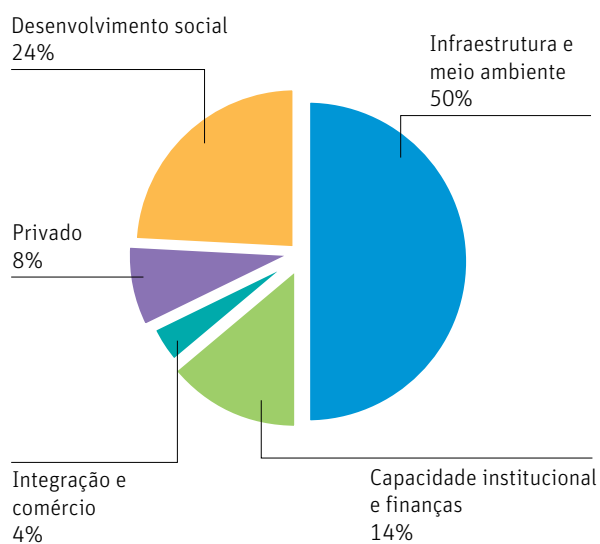


Figura 4. Financiamentos não reembolsáveis por setor, 2009
(Porcentagem do montante total)



Nota: não inclui financiamentos não reembolsáveis para investimentos, cooperação técnica reembolsável nem operações financiadas pelo Fundo Não Reembolsável do BID.

QUADRO I • DISTRIBUIÇÃO DE EMPRÉSTIMOS E GARANTIAS POR SETOR¹*(Em milhões de dólares dos Estados Unidos)*

SETOR	2009	%	1961–2009	%
Competitividade	\$ 7.994,8	51,6	\$ 93.829,10	51,2
Energia	2.096,4	13,5	25.243,58	13,8
Transportes e comunicações	1.450,3	9,4	21.195,93	11,6
Agricultura e pesca	838,6	5,4	15.885,93	8,7
Indústria, mineração e turismo	25,0	0,2	13.580,29	7,4
Crédito multissetorial e pré-investimento	1.055,0	6,8	5.972,11	3,3
Mercados de capital	2.351,5	15,2	3.912,80	2,1
Infraestrutura produtiva	32,0	0,2	2.771,42	1,5
Ciência e tecnologia	100,0	0,6	3.247,63	1,8
Financiamento do comércio	46,0	0,3	2.019,40	1,1
 Desenvolvimento social	 5.792,5	 37,4	 61.447,59	 33,5
Investimento social	2.594,1	16,7	23.572,98	12,9
Água e saneamento	1.808,8	11,7	12.950,19	7,1
Desenvolvimento urbano	389,1	2,5	9.408,30	5,1
Educação	154,8	1,0	6.939,55	3,8
Meio ambiente	741,0	4,8	4.567,57	2,5
Saúde	94,0	0,6	3.488,79	1,9
Microempresas	10,8	0,1	520,21	0,3
 Reforma e modernização do Estado	 1.719,2	 11,1	 27.894,83	 15,2
Reforma e apoio ao setor público	201,1	1,3	12.338,64	6,7
Reforma do setor financeiro	400,0	2,6	8.360,34	4,6
Reforma fiscal	1.096,7	7,1	5.609,78	3,1
Políticas de descentralização	—	0,0	1.131,77	0,6
Modernização e administração da justiça	21,4	0,1	454,30	0,2
TOTAL	\$ 15.506,5		\$ 183.171,53	

¹ Devido ao arredondamento, os totais podem não refletir exatamente a soma das parcelas.

QUADRO II • EMPRÉSTIMOS E DESEMBOLSOS NO ANO (2009) E ACUMULADOS (1961-2009)^{1, 2}
(Em milhões de dólares dos Estados Unidos)

CUSTO TOTAL DOS PROJETOS				EMPRÉSTIMOS E GARANTIAS APROVADOS ³						DESEMBOLSOS ⁴						
País	Montante total		2009 ⁵	Montante total		Ordinário	Fundo para Operações Especiais		Fundos em administração	2009	Montante total		Ordinário	Fundo para Operações Especiais		Fundos em administração
	1961-2009	1961-2009		1961-2009	1961-2009		1961-2009	1961-2009			1961-2009	1961-2009		1961-2009	1961-2009	
Argentina	\$ 1.944,8	\$ 54.044,8	\$ 1.601,0	\$ 28.594,3	\$ 27.900,2	\$ 644,9	\$ 49,2	\$ 49,2	\$ 1.773,4	\$ 24.158,4	\$ 23.464,3	\$ 644,9	\$ 49,2			
Bahamas	92,8	789,5	—	486,6	484,6	—	2,0	2,0	24,6	377,6	375,6	—	2,0			
Barbados	—	830,9	80,0	532,3	471,8	41,5	19,0	19,0	30,4	399,3	338,8	41,5	19,0			
Belize	28,2	227,9	27,5	164,2	164,2	—	—	—	12,9	123,6	123,6	—	—			
Bolívia	210,6	6.567,7	191,0	4.136,6	1.566,9	2.497,4	72,3	72,3	112,0	3.573,5	1.339,0	2.162,2	72,3			
Brasil	8.608,4	108.536,4	2.958,8	37.318,2	35.628,3	1.555,9	134,0	134,0	2.396,5	32.075,5	30.385,6	1.555,9	134,0			
Chile	161,3	15.127,7	66,5	6.401,2	6.151,1	205,5	44,6	44,6	80,2	5.871,8	5.621,7	205,5	44,6			
Colômbia	2.103,5	29.564,2	1.347,2	16.468,3	15.632,9	769,4	66,0	66,0	869,6	15.263,7	14.428,3	769,4	66,0			
Costa Rica	147,0	5.754,7	45,0	3.429,5	2.924,5	367,0	138,0	138,0	41,2	2.584,8	2.079,6	367,0	138,2			
El Salvador	347,0	5.767,6	327,0	3.829,6	2.876,6	805,2	147,8	147,8	488,4	3.781,4	2.828,6	805,2	147,6			
Ecuador	560,3	9.824,2	515,0	5.662,2	4.569,5	997,4	95,3	95,3	261,2	4.966,5	3.885,8	987,9	92,8			
Guatemala	672,0	5.662,1	672,0	4.139,2	3.357,9	711,2	70,1	70,1	377,5	3.216,1	2.448,6	696,8	70,7			
Guiana	37,1	1.376,2	34,8	1.177,7	177,2	993,6	6,9	6,9	66,2	982,7	134,1	841,7	6,9			
Haiti	—	1.774,4	—	1.304,9	—	1.298,6	6,3	6,3	91,5	1.118,8	—	1.112,5	6,3			
Honduras	98,0	4.922,7	71,0	3.170,1	793,3	2.308,9	67,9	67,9	50,5	2.677,6	608,8	2.003,0	65,8			
Jamaica	671,1	3.251,4	401,0	2.464,5	2.091,8	173,8	198,9	198,9	151,5	2.063,1	1.690,4	173,8	198,9			
México	4.000,0	57.149,7	3.126,9	25.407,9	24.786,1	559,0	62,8	62,8	2.696,3	22.908,2	22.289,4	559,0	59,8			
Nicarágua	179,8	4.114,8	173,4	2.849,3	470,9	2.310,6	67,8	67,8	152,6	2.465,6	338,9	2.058,4	68,3			
Panamá	965,9	12.134,6	705,0	3.461,9	3.122,9	296,4	42,6	42,6	242,8	2.520,5	2.181,8	296,4	42,3			
Paraguai	358,0	3.586,5	239,8	2.648,6	1.974,3	661,9	12,4	12,4	91,7	2.062,6	1.421,0	269,2	12,4			
Peru	1.473,3	20.910,9	447,0	9.528,0	8.868,4	438,5	221,1	221,1	516,5	8.737,5	8.077,9	438,5	221,1			
República Dominicana	1.178,2	5.411,9	992,3	3.844,8	2.999,9	756,2	88,7	88,7	485,5	3.232,8	2.387,9	756,2	88,7			
Suriname	15,3	318,8	15,0	203,8	197,4	6,4	—	—	13,5	109,5	107,5	2,0	—			
Trinidad e Tobago	62,5	1.774,2	48,8	1.199,6	1.143,8	30,6	25,2	25,2	26,5	1.053,6	997,8	30,6	25,2			
Uruguai	339,5	6.512,5	325,5	5.112,4	4.966,1	104,5	41,8	41,8	477,3	4.626,3	4.480,0	104,5	41,8			
Venezuela	1.050,0	17.401,2	1.000,0	6.118,9	5.944,6	101,4	72,9	72,9	292,7	4.805,5	4.631,2	101,4	72,9			
Regional	190,0	19.334,3	95,0	3.516,9	3.268,1	234,7	14,1	14,1	27,9	2.860,5	2.611,7	234,8	14,0			
TOTAL	\$25.494,6	\$402.671,8	\$15.506,5	\$183.171,5	\$162.533,3	\$18.870,5	\$1.767,7	\$1.767,7	\$11.850,9	\$158.617,0	\$139.277,9	\$17.578,3	\$1.760,8			

QUADRO III – LISTA DE OPERAÇÕES APROVADAS¹ (ACIMA DE US\$ 2 MILHÕES), 2009

(Em milhões de dólares dos Estados Unidos)

País	Projeto	Fundo	Montante
Argentina	Programa de Apoio ao Sistema de Proteção e Inclusão Social da Argentina – Fase I	CO	850,0
	Financiamento Adicional para o Programa de Transmissão Elétrica do Norte Grande	CO	300,0
	CCLIP: Programa de Água e Saneamento da Região Metropolitana de Buenos Aires	CO	200,0
	Primeiro Programa de Infraestrutura Viária Produtiva	CO	120,0
	CCLIP: Programa de Inovação Tecnológica	CO	100,0
	Programa de Segurança e Inclusão do Cidadão	CO	25,0
	Programa de Promoção de Exportações	CO	6,0
	Criação do Fundo para o Desenvolvimento das Microfinanças Argentinas (FODIMA)	Fumin	4,0
Barbados	Melhora dos Sistemas de Água e Saneamento	CO	50,0
	Programa de Sanidade Agrícola e Controle de Alimentos	CO	20,0
	Programa de Competitividade para Barbados	CO	10,0
Belize	Programa de Apoio à Política Social	CO	15,0
	Programa de Serviços Agropecuários	CO	5,0
	Programa de Emergência para a Reabilitação Viária em Resposta a Inundações Causadas por uma Depressão Tropical	CO	5,0
	Programa de Gestão de Terras III	CO	2,5
Bolívia	Projeto Hidrelétrico de Energia Renovável Misicuni	CO	70,7
	Projeto Hidrelétrico de Energia Renovável Misicuni	FOE	30,3
	Conservação Viária do Corredor Leste-Oeste	CO	17,5
	Apoios Diretos para a Criação de Iniciativas Agroalimentares Rurais	CO	14,0
	Programa Multifásico de Apoio ao Plano de Erradicação da Pobreza Extrema (PEEP)-I	CO	14,0
	Programa de Águas e Esgotos em Áreas Periurbanas Fase I	CO	14,0
	Conservação Viária do Corredor Leste-Oeste	FOE	7,5
	Apoios Diretos para a Criação de Iniciativas Agroalimentares Rurais	FOE	6,0
	Programa Multifásico de Apoio ao Plano de Erradicação da Pobreza Extrema (PEEP)-I	FOE	6,0
	Programa de Águas e Esgotos em Áreas Periurbanas Fase I	FOE	6,0
	Programa de Transparência e Combate à Corrupção	CO	3,5
	Crédito Produtivo Rural e Micropoupança na Bolívia	Fumin	2,0
Brasil	Apoio à Consolidação da ECOFUTURO FFP e seus Serviços Financeiros Rurais	Fumin	2,0
	Programa de Apoio às Micro, Pequenas e Médias Empresas	CO	1.000,0
	Programa de Despoluição do Rio Tietê, Fase III	CO	600,0
	Programa Rodoviário do Estado do Ceará – Ceará III	CO	158,6
	Programa Nacional de Apoio à Modernização Administrativa e Fiscal de Municípios Brasileiros – PNAFM Fase II	CO	150,0
	Projeto da Usina Termelétrica Energia Pécem ²	CO	147,0
	Rodoanel Oeste ²	CO	100,0
	Expansão e Fortalecimento da Atenção Especializada da Saúde do Estado do Ceará	CO	77,0
	Programa Social e Ambiental dos Igarapés de Manaus (PROSAMIM)	CO	77,0
	Programa de Qualificação Urbana com Inclusão Social	CO	59,4
	Melhoria do Acesso Rodoviário a Pequenos Municípios em Minas Gerais – Fase II	CO	50,0
	PROCIDADES: Programa Integrado de Desenvolvimento Social e Urbano do Município de Curitiba	CO	50,0
	Programa Desenvolvimento Urbano e Inclusão Socioambiental de Manaus	CO	50,0
	Programa Rodoviário de Santa Catarina – Etapa V	CO	50,0
	Projeto da Usina Termelétrica TermoMaranhão ²	CO	50,0
	Apoio às Reformas Sociais no Ceará – PROARES Fase II	CO	45,0
	PROFISCO-Minas Gerais: Fortalecimento Institucional para Modernização da Gestão Fiscal	CO	40,0
	Programa Integrado de Políticas Públicas para a Juventude de Fortaleza	CO	33,1
	Programa Integrado de Desenvolvimento Urbano e Inclusão Social de Aracaju	CO	30,3
	PROFISCO-Santa Catarina: Programa de Modernização da Gestão Fiscal, Financeira e Patrimonial da Administração Estadual	CO	30,0
	Programa de Modernização dos Instrumentos e Sistemas de Gestão	CO	28,6
	PROFISCO-Espírito Santo: Plano de Desenvolvimento da Administração Fazendária	CO	22,0
	PROFISCO Pernambuco	CO	15,0
	Programa de Facilitação do Financiamento ao Comércio Regional ²	CO	15,0
	Apoio ao Programa de Desenvolvimento do Turismo Nacional (PRODETUR Nacional)	CO	15,0
	PROCIDADES-Maringá: Programa de Mobilidade Urbana do Município de Maringá	CO	13,0
	Programa de Apoio aos Arranjos Produtivos Locais de Minas Gerais	CO	10,0
	Programa de Inovação e Disseminação para a Competitividade dos Arranjos Produtivos Locais no Estado de Pernambuco	CO	10,0
	Programa de Eletrificação no Noroeste de Minas Gerais	CO	10,0
	Programa de Desenvolvimento Urbano Integrado de Catanduva	CO	8,4
	PROFISCO – Programa de Modernização Fiscal do Estado da Paraíba	CO	7,5
	PROFISCO – Estado do Rio Grande do Norte	CO	7,0
	Parceria entre o Fumin e a Burrill & Company LLC	Fumin	5,0
	Transformação do CEAPE-MA em uma instituição financeira regulamentada pelo Banco Central	Fumin	2,0

(continua na página seguinte)

QUADRO III – LISTA DE OPERAÇÕES APROVADAS¹ (ACIMA DE US\$ 2 MILHÕES), 2009 (continuação)*(Em milhões de dólares dos Estados Unidos)*

País	Projeto	Fundo	Montante
Chile	Programa Cidades Bicentenárias	CO	50,0
	Mecanismo de Risco Compartilhado para o BCI Banca Emergente	CO	10,0
	Usina de Cogeração de Biomassa da Energía Pacífico S.A.	CO	6,5
	Parceria entre o Fumin e a Burrill & Company LLC	Fumin	4,0
	Investimento de Capital no Fundo AgroDesarrollo	Fumin	3,5
Colômbia	Programa de Saneamento do Rio Medellín – Fase II	CO	450,0
	Programa de Apoio ao Desenvolvimento de uma Pauta de Mudança Climática	CO	250,0
	Segundo Programa de Apoio à Consolidação das Reformas do Setor de Água e Saneamento	CO	250,0
	Segundo Empréstimo para Financiamento de Investimentos, Reestruturação e Desenvolvimento Comercial	CO	200,0
	Fundo de Infraestrutura Ashmore Colombia	CO	75,0
	Projeto de Construção da Variante San Francisco-Mocóa – Fase I	CO	53,0
	Programa de Água e Saneamento para o Município de Pasto	CO	27,8
	Projeto de Reforço dos Serviços de Justiça	CO	21,4
	Apoio Institucional ao Sistema Integrado de Transportes Públicos	CO	10,0
	Programa de Financiamento Social EPM-UNE	CO	10,0
Costa Rica	Fundo de Capital de Risco – Progres Capital	Fumin	3,0
	Ampliação do Aeroporto Internacional Juan Santamaría	CO	45,0
El Salvador	Reformulação do Programa de Apoio a Políticas Sociais	CO	300,0
	Mecanismo de Empréstimo para o Banco Agrícola ²	CO	20,0
	FONAVIPO: Acesso a Soluções de Habitação para a Maioria	CO	7,0
Equador	Primeiro Programa de Infraestrutura e Conservação Viária	CO	350,0
	Programa Nacional para a Infraestrutura Habitacional Social	CO	100,0
	Apoio para um Projeto de Pesca Artesanal Costeira	CO	38,1
	Mecanismo de Armazenamento de Instrumentos Hipotecários para a CTH	CO	15,0
	Apoio para um Projeto de Pesca Artesanal Costeira	FOE	9,5
	Apoio para um Projeto de Pesca Artesanal Costeira	CO	2,4
Guatemala	Programa de Reforço das Finanças Públicas	CO	400,0
	Programa de Investimento no Capital Humano	CO	139,0
	Programa de Investimento no Capital Humano	CO	48,8
	Programa de Água e Saneamento para o Desenvolvimento Humano – Fase I	CO	40,0
	Criação de um Cadastro e Reforço da Certeza Jurídica em Áreas Protegidas	CO	17,6
	Programa de Investimento no Capital Humano	FOE	12,2
	Programa de Água e Saneamento para o Desenvolvimento Humano–Fase I	FOE	10,0
Guiana	Criação de um Cadastro e Reforço da Certeza Jurídica em Áreas Protegidas	FOE	4,4
	Programa de Melhoria e Reabilitação Viária	FOE	12,4
	Programa de Melhoria e Reabilitação Viária	CO	12,4
	Expansão e Integração do Programa de Nutrição Básica	FOE	2,5
	Programa de Reforma do Setor Financeiro II	FOE	2,5
	Expansão e Integração do Programa de Nutrição Básica	CO	2,5
Haiti	Programa de Reforma do Setor Financeiro II	CO	2,5
	Programa de Mitigação de Desastres Naturais em Bacias Hidrográficas Prioritárias I	GRF	30,0
	Sustentabilidade Fiscal I	GRF	25,0
	Reabilitação da Infraestrutura Viária ³	GRF	25,0
	Projeto de Apoio à Reconstrução da Infraestrutura Educacional	GRF	20,5
	Água e Saneamento para Cidades Intermediárias II	GRF	19,0
Honduras	Melhoria da Sobrevida Infantil e Apoio às Redes de Proteção Social	CO	3,0
	Melhoria da Sobrevida Infantil e Apoio às Redes de Proteção Social	GRF	2,5
	Programa Viário do Corredor Agrícola Tegucigalpa-Puerto Castilla	CO	35,0
	Programa Viário do Corredor Agrícola Tegucigalpa-Puerto Castilla	FOE	15,0
	Projeto de Prevenção de Risco e Mitigação de Desastres	CO	13,3
	Projeto de Prevenção de Risco e Mitigação de Desastres	FOE	5,7
Jamaica	Competitividade e Segurança Financeira de Cooperativas de Crédito	Fumin	2,1
	Banco Financiera Hondureña ^{2,4}	CO	2,0
	Competitividade e Segurança Financeira de Cooperativas de Crédito	Fumin	2,0
	Programa de Liquidez para a Sustentabilidade do Crescimento	CO	300,0
México	Projeto da Rodovia TransJamaica	CO	70,0
	Programa de Segurança e Justiça para o Cidadão II	CO	21,0
	Programa de Melhoria Viária	CO	10,0
	Programa de Apoio Direto ao Campo	CO	750,0
	Reforço do Programa de Desenvolvimento Humano Oportunidades – Segundo Projeto	CO	600,0
	Segundo Programa Global de Crédito para o Desenvolvimento de Mercados Hipotecários	CO	500,0
	Programa de Apoio à Pauta de Mudança Climática do México – Segunda Operação	CO	400,0

(continua na página seguinte)

QUADRO III – LISTA DE OPERAÇÕES APROVADAS¹ (ACIMA DE US\$ 2 MILHÕES), 2009 (continuação)
(Em milhões de dólares dos Estados Unidos)

País	Projeto	Fundo	Montante
México	Promover o Desenvolvimento de PMEs Fornecedoras e Contratistas para o Setor Nacional do Petróleo	CO	301,0
	Reforço do Programa de Desenvolvimento Humano Oportunidades	CO	200,0
	Empréstimo Complementar para o Programa de Apoio à Capacitação e ao Emprego – Fase II	CO	150,0
	Programa de Formação de Recursos Humanos Baseada em Competências (PROFORHCOM) II	CO	100,0
	Projeto de Energia Eólica de Eurús	CO	50,0
	Mecanismo Financeiro com Fins Ecológicos para o BBVA Bancomer ²	CO	40,0
	Projeto de Energia Eólica de La Ventosa	CO	21,9
	Centro Médico Puerta de Hierro	CO	8,0
	Centro Médico Puerta de Hierro	CO	4,0
	Projeto de Vinculação de Recursos Públicos e Privados para Melhorar a Formação e o Treinamento de Trabalhadores	Fumin	2,0
Nicarágua	Mi Tienda: Rede de Fornecimento Rural	CO	2,0
	Programa Suplementar para a Infraestrutura Viária para a Competitividade	FOE	21,8
	Programa Suplementar para a Infraestrutura Viária para a Competitividade	CO	21,8
	Apoio para Melhorar a Gestão Fiscal e Reformar o Gasto Social II	FOE	20,3
	Apoio para Melhorar a Gestão Fiscal e Reformar o Gasto Social II	CO	20,3
	Programa de Apoio ao Setor de Eletricidade – Terceiro Empréstimo	FOE	10,0
	Programa de Apoio ao Setor de Eletricidade – Terceiro Empréstimo	CO	10,0
	Programa Global de Crédito Multissetorial	FOE	10,0
	Programa Global de Crédito Multissetorial	CO	10,0
	Programa de Bem-Estar Urbano para Crianças que Vivem na Pobreza Extrema – Fase I	FOE	7,5
	Programa de Bem-Estar Urbano para Crianças que Vivem na Pobreza Extrema – Fase I	CO	7,5
	Agricorp	CO	7,0
	Programa de Drenagem Pluvial e Gestão do Desenvolvimento da Sub-Bacia III de Manágua	FOE	6,5
	Programa de Drenagem Pluvial e Gestão do Desenvolvimento da Sub-Bacia III de Manágua	CO	6,5
	Programa de Apoio ao Comércio Internacional	FOE	5,0
Panamá	Programa de Apoio ao Comércio Internacional	CO	5,0
	Agricorp	CO	2,5
	Programa de Liquidez para a Sustentabilidade do Crescimento	CO	500,0
	Programa de Apoio à Consolidação do Setor Energético I	CO	100,0
	Projeto da Usina Hidrelétrica de Pando-Monte Lirio	CO	40,0
	Projeto de Saneamento da Cidade e Baía do Panamá – Financiamento Suplementar	CO	30,0
Paraguai	Mecanismo Financeiro com Fins Ecológicos para o Banco General	CO	20,0
	Mecanismo de Empréstimo para o BBVA Panama	CO	15,0
	Programa de Modernização da Administração Pública	CO	100,0
	Segundo Programa de Financiamento para a Agencia Financiera de Desarrollo	CO	40,0
	Programa Nacional de Estradas Rurais – Fase II	CO	37,6
	Programa Nacional de Estradas Rurais – Fase II	CO	22,4
	Programa de Água e Saneamento para as Comunidades Rurais e Indígenas (PAYSRI)	CO	12,0
	Segundo Programa de Financiamento para a Agencia Financiera de Desarrollo	FOE	10,0
	Programa Nacional de Estradas Rurais – Fase II	FOE	5,6
Peru	Mecanismo de Elaboração e Execução de Projeto: Programa Nacional de Estradas Rurais – Fase II	CO	5,0
	Programa de Desenvolvimento de uma Nova Matriz Energética Sustentável I	CO	150,0
	Programa do Setor de Transportes Rodoviários	CO	150,0
	Programa de Reforma do Setor Social I	CO	50,0
	Projeto de Etanol da Maple	CO	25,0
	Programa de Competitividade Agrícola I	CO	20,0
	Programa de Reforma do Setor de Saneamento III	CO	20,0
	Mibanco – Crecer Mi Negocio	CO	10,0
	Programa de Modernização da Gestão dos Recursos Hídricos	CO	10,0
	Programa de Reforma dos Recursos Hídricos II	CO	10,0
República Dominicana	Reforço do Empreendedorismo Feminino no Peru	Fumin	3,0
	Apoio à Implementação do Programa de Reforma do Setor de Saneamento	CO	2,0
República Dominicana	Programa de Reforço Fiscal	CO	500,0
	Programa de Liquidez para a Sustentabilidade do Crescimento	CO	300,0
	Apoio ao Programa de Proteção Social – Fase I	CO	70,0
	Programa de Apoio a Políticas de Aumento da Produtividade e Competitividade	CO	60,0
	Rodovia com Pedágio Boulevard Turístico del Atlántico	CO	44,8
	Mecanismo de Empréstimo para o Banco BHD	CO	12,5
Suriname	Mecanismo de Empréstimo para o Banco BHD	CO	5,0
	Segundo Programa de Abrigos para Famílias de Baixa Renda	CO	15,0

(continua na página seguinte)

QUADRO III – LISTA DE OPERAÇÕES APROVADAS¹ (ACIMA DE US\$ 2 MILHÕES), 2009 (continuação)*(Em milhões de dólares dos Estados Unidos)*

País	Projeto	Fundo	Montante
Trinidad e Tobago	Programa de Apoio para um Sistema Educacional Funcional	CO	48,8
Uruguai	Modernização do Sistema Tributário e Melhoria da Qualidade do Gasto Público II	CO	285,0
	Financiamento Suplementar para o Programa de Modernização do Porto de Montevideu	CO	20,0
	Programa de Apoio à Administração Pública a Agropecuária	CO	10,5
	Consolidação e Expansão da Conectividade Educacional	CO	6,0
	Programa de Reforço da Superintendência de Serviços Financeiros (SSF)	CO	4,0
Venezuela	Barragem de Manuel Piar (Tocoma) – Financiamento Suplementar	CO	800,0
	Desenvolvimento Institucional Abrangente da CORPOELEC	CO	200,0
Regional	PRODEV Gastos Complementares (Subconta C) ⁵	CO	2,0
	Programa Regional de Açúcar e Bioenergia ²	CO	75,0
	Fundo Regional de Financiamento do Comércio Crecera ^{2,6}	CO	15,0
	Fundo de Crescimento das Microfinanças (MiGroF)	Fumin	10,0
	Fundo de Parcerias Globais para o Investimento Social	CO	5,0
	Programa Regional de Treinamento para o Desenvolvimento Econômico Local Inclusivo	Fumin	3,4
	Fundo DevCap 2007 para PMEs no Caribe	Fumin	3,0
	Apoio à Prevenção e ao Controle da Epidemia da Gripe A(H1N1) e Outras Doenças Infecciosas	CO	3,0
	Melhoria da Qualidade do Software Produzido por PMEs na América Latina e no Caribe	Fumin	2,3

Siglas: CO, Capital Ordinário; FOF, Fundo para Operações Especiais; Fumin, Fundo Multilateral de Investimentos; GRF, Fundo Não Reembolsável do BID.

¹ Não inclui linhas de crédito autorizadas no âmbito do Programa de Facilitação do Financiamento ao Comércio (TFFP).

² Complementado por um empréstimo consorciado B.

³ Aumento na operação aprovado em 2007.

⁴ Aumento na operação aprovado em 2008.

⁵ Aumento na operação aprovado em 2005.

⁶ Aumento na operação aprovado em 2004.

QUADRO IV • FINANCIAMENTOS NÃO REEMBOLSÁVEIS POR PAÍS¹*(Em milhares de dólares dos Estados Unidos)*

País	2009	1961–2009
Argentina	\$ 3.685	\$ 83.727
Bahamas	2.922	22.618
Barbados	2.308	24.154
Belize	3.200	11.919
Bolívia	84.518	177.100
Brasil	26.232	212.088
Chile	2.643	25.938
Colômbia	8.038	96.531
Costa Rica	1.889	60.588
El Salvador	3.100	74.007
Equador	9.095	97.361
Guatemala	56.374	141.677
Guiana	4.095	67.378
Haiti	153.730	321.519
Honduras	1.577	84.383
Jamaica	3.477	47.737
México	10.416	57.711
Nicarágua	4.396	93.038
Panamá	3.946	54.287
Paraguai	8.334	85.004
Peru	8.160	115.135
República Dominicana	6.195	67.709
Suriname	1.428	37.370
Trinidad e Tobago	1.409	22.652
Uruguai	699	44.606
Venezuela	149	13.256
Regional	68.163	991.076
TOTAL	\$ 480.179	\$ 3.130,570

¹ Inclui financiamentos não reembolsáveis para investimentos, além de financiamentos do Fundo Mundial para o Meio Ambiente (GEF) e do Fundo Não Reembolsável do BID. Não inclui pequenos projetos reembolsáveis nem o Fumin.

QUADRO V • COFINANCIAMENTOS EM 2009¹*(Em milhões de dólares dos Estados Unidos)*

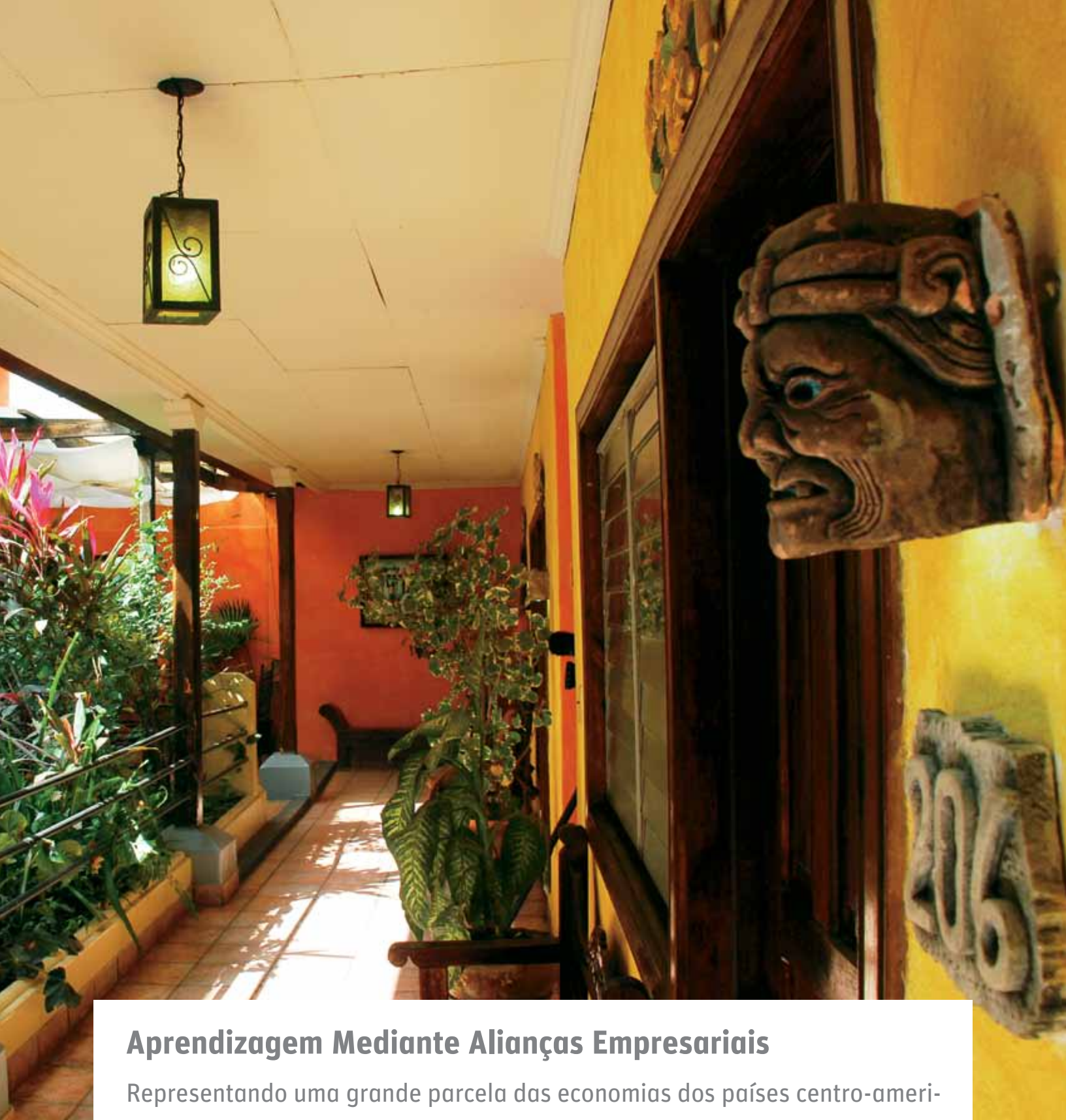
Cofinanciador	Montante
ACCIÓN International	\$ 0,02
AECID	0,21
Agência Canadense de Desenvolvimento Internacional (ACDI)	39,90
Agência Francesa de Desenvolvimento (AFD)	37,50
Alibaba.com	0,92
AVIATUR	0,18
AVINA	0,01
Banco de Seguros del Estado	0,01
Banco Europeu de Investimento (BEI)	565,20
Banco Internacional del Perú S.A.A. (INTERBANK)	0,01
Banco Japonês para Cooperação Internacional (JBIC)	1.000,00
Banco Mundial	150,00
Bill and Melinda Gates Foundation e Sabin	2,50
BNDES	783,00
CABEI	20,40
CEMEX	0,01
CENTRAR	0,04
Compañía Minera Barrick Chile Ltda.	0,01
Construtora Norberto Odebrecht S.A.	0,03
Corporação Andina de Fomento (CAF)	340,02
Corporação Financeira Internacional (CFI)	300,00
Corporação Interamericana de Investimentos (CII)	0,02
Departamento de Desenvolvimento Internacional do Reino Unido (DFID)	0,30
Deutsche Bank	0,01
ECOPETROL	0,03
Edpyme Confianza S.A.	0,01
EZ-MOVIL	0,01
FEMSA Foundation	5,07
FERN Software	0,02
FMO	0,04
FUNDATEL	0,01
Fundo OPEP (OFID)	69,00
Global Alliance for Improved Nutrition (GAIN)	0,07
GTZ/AFI	0,01
GTZ (Agência Alemã de Assistência Internacional)	0,15
Incofin CVSO	0,02
Instituto Mundial de Bancos de Poupança (WSBI)	0,01
Instituto Tecnológico y de Estudios Superiores de Monterrey (ITESM)	4,50
JICA	50,00
Kellogg Foundation	0,10
MAPFRE	0,01
O Boticário Franchising S.A.	0,01
P&G PN	0,01
Países Baixos – NLC	0,20
Proparco	20,00
PTFSA	0,10
responsAbility	0,02
Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE)	0,07
Superintendencia de Banca, Seguros y AFP (SBS)	0,10
SUPERPEN	0,02
TCS Uruguay S.A.	0,01
União Europeia (UE)	1,94
WRAP	0,01
TOTAL DO COFINANCIAMENTO EM 2009	\$ 3.391,80

¹ Esta lista apresenta fundos empenhados pelos doadores em 2009. Inclui cofinanciamentos paralelos e conjuntos.

QUADRO VI • FUNDOS EM ADMINISTRAÇÃO ATIVOS, 2009

País/Instituição	Nome	Contribuições acumuladas ¹ (equivalente em milhões de US\$)
Áustria	AquaFund Multidoadores	1,0
Áustria, Canadá, Noruega e Reino Unido	Fundo Multidoadores para Gênero e Diversidade	5,2
Canadá	Fundo de Comércio BID/Canadá	4,7
Chile	Fundo Fiduciário Chileno para Aprendizado com Melhores Práticas Internacionais	0,5
	Fundo Fiduciário Chileno de Apóio à Inovação Tecnológica na América Central	0,8
China	Fundo Temático de Capacitação Institucional	75,0
Coréia, República da	Fundo Coreano de Parceria para o Conhecimento em Tecnologia e Inovação	41,5
	Fundo da Coréia para Redução da Pobreza	39,1
Dinamarca	Fundo Fiduciário Dinamarquês para Serviços de Consultoria	2,8
Espanha	Fundo Espanhol de cooperação para Água e Saneamento	496,5
	Fundo Fiduciário Espanhol para o Programa de Empreendedorismo Social	5,0
	Fundo Espanhol de Cooperação Geral	41,8
Estados Unidos	Fundo Fiduciário de Progresso Social	525,0
Finlândia	Fundo para a Economia do Conhecimento	2,6
	Programa Finlandês de Assistência Técnica	3,7
França	Fundo Francês de Cooperação Técnica para Atividades de Treinamento e Consultoria	19,5
Gates Foundation	Fundo de Saúde para a Mesoamérica	10,6
Itália	Fundo Fiduciário Italiano para Firms de Consultoria e Instituições Especializadas	14,6
	Fundo Fiduciário Italiano para Preparação de Projetos do Fumin	3,2
	Fundo Fiduciário Italiano para o Desenvolvimento da Microempresa	8,8
	Fundo Fiduciário Italiano de Tecnologia de Informação e Comunicação para o Desenvolvimento	7,0
	Fundo Fiduciário Italiano para Competitividade Regional	6,0
Japão	Fundo Especial do Japão	240,6
	Programa de Bolsas de Estudo de Pós-graduação do BID	38,0
	Fundo Fiduciário do Japão para Serviços de Consultoria	43,8
Japão, República da Coréia, Espanha e Canadá	Fundo Fiduciário Multidoadores para Prevenção de Desastres	9,0
Noruega	Fundo para Atividades Anticorrupção	4,9
	Fundo Fiduciário Norueguês para Serviços de Consultoria	1,0
Países Baixos	Programa de Cooperação BID-Países Baixos para a Gestão de Recursos Hídricos (INWAP)	9,9
Portugal	Fundo Português de Cooperação Técnica	2,3
Reino Unido	Fundo Fiduciário de Mercados e Governança para Redução da Pobreza	6,8
Reino Unido, Espanha, Itália e Alemanha	Fundo Fiduciário Multidoadores para a Iniciativa de Energia Sustentável e Mudança Climática	25,9
Reino Unido e Suíça	Ajuda para o Comércio	1,0
Suécia	Fundo Fiduciário da Suécia para Serviços de Consultoria	3,1
Suíça	Fundo Suíço de Cooperação Técnica para Serviços de Consultoria e Atividades de Treinamento	5,2
Regional	Fundo Indígena	19,5
	Fundo Regional para Tecnologia Agropecuária (Fontagro)	57,6
Banco Mundial	Fundo Fiduciário do BID/Fundo Mundial para o Meio Ambiente	50,3

¹ Os montantes refletem taxas de câmbio históricas e não indicam os saldos disponíveis atualmente.



Aprendizagem Mediante Alianças Empresariais

Representando uma grande parcela das economias dos países centro-americanos, pequenas e médias empresas, inclusive empreendimentos turísticos, como hotéis, são reforçadas por um programa de alianças empresariais do Fumin.

DESTAQUES FINANCEIROS

Capital Ordinário

Em 2009 o Banco aprovou 148 empréstimos, no total de US\$ 15,3 bilhões¹ com recursos do Capital Ordinário, entre os quais quatro empréstimos no montante de US\$ 1,6 bilhão¹ no âmbito dos programas de empréstimo e liquidez de emergência, em comparação com 131 empréstimos, no montante de US\$ 11,1 bilhões, entre os quais dois empréstimos no montante de US\$ 900 milhões no âmbito do programa de liquidez em 2008. O aumento substancial das aprovações de empréstimos em grande medida deveu-se ao aumento da demanda pelos empréstimos do Banco como resultado da atual crise financeira. Além disso, os desembolsos totalizaram US\$ 11,4 bilhões, montante superior aos US\$ 7,1 bilhões desembolsados em 2008. Os empréstimos não desembolsados aumentaram para US\$ 21,6 bilhões no fim de 2009, contra US\$ 19,8 bilhões no fim de 2008.

A carteira de empréstimos sem garantia soberana do Banco cresceu em US\$ 0,5 bilhão em 2009, alcançando um total de US\$ 2,9 bilhões no fim do ano, em comparação com US\$ 2,4 bilhões em 31 de dezembro de 2008. No fim de 2009, as operações sem garantia soberana respondiam por 6,4% do saldo de empréstimos e garantias, não incluídas as operações executadas no âmbito do programa de empréstimos e liquidez de emergência, contra 6,3% no fim do ano anterior.

A exposição de garantias não soberanas diminuiu US\$ 36 milhões, caindo para US\$ 834 milhões, contra US\$ 870 milhões no ano anterior. O Banco aprovou uma garantia não relacionada a comércio e sem contragarantia oficial, no montante de US\$ 10 milhões em 2009, como em 2008. Além disso, dentro do Programa de Facilitação do Financiamento ao Comércio, o Banco emitiu 105 garantias, no montante de US\$ 187 milhões, em comparação com 136 garantias, no montante de US\$ 203 milhões, emitidas em 2008.

Desde o início das operações do Banco, não houve nenhum cancelamento na carteira de empréstimos com garantia soberana, que representavam 95% dos US\$ 58 bilhões em saldos de empréstimos em 31 de dezembro de 2009. Naquela data, todos os empréstimos da carteira eram realizáveis. Empréstimos sem garantia soberana com saldos de US\$ 110 milhões foram classificados como prejudicados em 31 de dezembro de 2009. As provisões para perdas com empréstimos e garantias somaram US\$ 148 milhões, em comparação com US\$ 169 milhões em 2008.

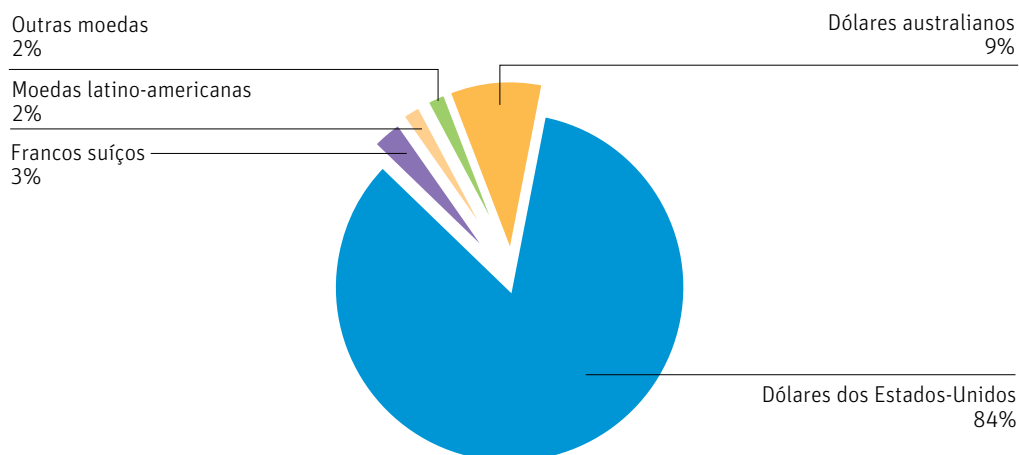
Em 2009 o Banco emitiu obrigações com um valor nominal total equivalente a US\$ 17,9 bilhões (2008 – US\$ 11,1 bilhões), que geraram captações no valor de US\$ 16,2 bilhões (2008 – US\$ 10,7 bilhões), com prazo médio de 4,6 anos (2008 – 4,8 anos). O aumento das captações deveu-se principalmente aos desembolsos líquidos de empréstimos (desembolsos deduzidas as liquidações) no valor de US\$ 6,9 bilhões, em decorrência do aumento da demanda pelos empréstimos do Banco. As captações feitas em um dado ano são usadas para operações gerais, entre elas o desembolso de empréstimos e o refinanciamento de dívidas no vencimento.

Durante o ano o Banco lançou cinco obrigações globais estratégicas de referência denominadas em dólares dos Estados Unidos, entre elas as primeiras obrigações de referência com taxa flutuante de sua história, com prazo de vencimento de dois, três, cinco e dez anos, no valor combinado de US\$ 9,5 bilhões. O Banco transacionou outras obrigações, denominadas em dólares australianos, dólares dos Estados Unidos, dólares neozelandeses, francos suíços, libras turcas, rands sul-africanos, rupias indonésias, além de moedas de alguns países membros mutuários, como indicado a seguir.

As emissões de obrigações denominadas em moedas de países membros mutuários atingiu o total de US\$ 303 milhões (2008 – US\$ 175 milhões), assim discriminadas: reais brasileiros,

¹ Inclui US\$ 800 milhões (duas operações) em empréstimos aprovados no âmbito do Programa de Liquidez e cancelados durante o ano.

Figura 5. Captações em 2009, antes dos swaps



US\$ 246 milhões, colones costa-riquenhos, US\$ 15 milhões, e pesos mexicanos, US\$ 42 milhões (2008 – reais brasileiros, US\$ 127 milhões, e pesos chilenos, US\$ 48 milhões). A emissão de obrigações em moedas de países membros mutuários é feita em função da rentabilidade para o Banco, contribuindo, em parte, para o desenvolvimento dos mercados locais de capitais e ampliando a demanda externa efetiva de moedas locais.

A Figura 5 mostra as emissões de títulos de dívida do Banco em 2009, por moeda. Salvo um montante de US\$ 698 milhões, todas as captações novas com taxa fixa foram inicialmente convertidas por swaps em dólares dos Estados Unidos com taxas flutuantes, com a posterior conversão em taxa fixa e euros e ienes japoneses em conformidade com os requisitos de financiamento. Os Quadros VII e VIII fornecem mais detalhes sobre essas captações, bem como sobre o saldo de captações em 31 de dezembro de 2009, por moeda, antes dos swaps e ajustes de marcação a mercado.

Como vem ocorrendo desde a primeira vez em que foi classificado, em 2009 o Banco recebeu a classificação AAA ou AAA/Aaa dos principais serviços de classificação de crédito.

O resultado operacional em 2009 foi de US\$ 1,294 bilhão, contra a perda operacional de US\$ 972 milhões em 2008. Esse aumento da receita em US\$ 2,266 bilhões deveu-se substancialmente a uma elevação dos rendimentos líquidos de juros no montante de US\$ 2,250 bilhões, decorrente principalmente de um aumento aproximado de US\$ 2,142 bilhões em 2009 na receita líquida da carteira de investimentos de curto prazo do Banco. Para obter mais detalhes sobre os resultados dos investimentos, consulte “Desempenho e exposição da carteira de investimentos de liquidez” em “Fatos importantes em 2009”, abaixo.

No primeiro semestre de 2009 a Diretoria Executiva manteve o mesmo nível de encargos aplicáveis a empréstimos do segundo semestre de 2008, uma margem de juro de 0,30% e uma comissão de crédito de 0,25%, sem taxa de supervisão e inspeção. Para reforçar a capitalização do Banco e preservar a solidez financeira da instituição, a margem de juro foi majorada para 0,95% para o segundo semestre de 2009 e o primeiro semestre de 2010.

A relação total entre patrimônio e empréstimos (TELR) é o parâmetro usado pelo Banco para medir a suficiência do patrimônio para assumir riscos. Em 2009, a TELR caiu para 34,2%, contra 35,3% em 2008, devido a um aumento dos saldos de empréstimos e da exposição líquida a garantias, no montante de US\$ 6,840 bilhões, compensado parcialmente por um aumento do patrimônio de US\$ 1,759 bilhão utilizado na TELR, refletindo em grande medida o resultado operacional de US\$ 1,294 bilhão e o efeito do aumento na posição de financiamento dos planos de pensão e benefícios pós-aposentadoria do Banco, no valor de US\$ 506 milhões. Não obstante a redução, a TELR manteve-se dentro da faixa de política de 32% a 38%.

QUADRO VII • CAPTAÇÃO DE RECURSOS,¹ EXERCÍCIO DE 2009*(Totais em milhões)*

Tipo	Emissão	Montante	Montante (equiv. em US\$)
Colones costa-riquenhos	0,00%, vencimento em 2010 ³	8.513	15
Dólares australianos	5,38%, vencimento em 2014	1.000	\$ 788
	6,00%, vencimento em 2016	300	280
	0,50%, vencimento em 2019	55	36
	6,50%, vencimento em 2019	575	485
Dólares dos Estados Unidos	Reajustável, vencimento em 2010 ⁴	1.250	1.250
	0,70%, vencimento em 2010	100	100
	1,05%, vencimento em 2010	100	100
	Reajustável, vencimento em 2011 ^{5,6}	50	50
	Reajustável, vencimento em 2011 ⁷	1.000	1.000
	1,18%, vencimento em 2011	18	18
	1,50%, vencimento em 2011	1.000	1.000
	Reajustável, vencimento em 2012 ⁷	800	800
	1,75%, vencimento em 2012	2.250	2.250
	Reajustável, vencimento em 2014 ⁸	2.000	2.000
	3,00%, vencimento em 2014	2.500	2.500
	0,00%, vencimento em 2016 ^{3,6}	25	25
	3,88%, vencimento em 2019	1.750	1.748
	0,00%, vencimento em 2039 ³	50	50
	0,00%, vencimento em 2039 ³	52	52
	0,00%, vencimento em 2039 ³	56	56
	0,00%, vencimento em 2039 ³	59	59
	0,00%, vencimento em 2039 ³	142	142
	0,00%, vencimento em 2039 ³	144	144
	0,00%, vencimento em 2039 ³	154	154
	0,00%, vencimento em 2039 ³	170	170
	0,00%, vencimento em 2039 ³	173	173
	0,00%, vencimento em 2039 ³	177	177
	0,00%, vencimento em 2039 ³	178	178
	0,00%, vencimento em 2039 ³	221	221
	0,00%, vencimento em 2039 ³	345	345
	5,00%, vencimento em 2039 ⁹	30	30
	5,14%, vencimento em 2039 ⁹	30	30
	5,15%, vencimento em 2039 ⁹	26	26
	5,17%, vencimento em 2039 ⁹	30	30
	5,25%, vencimento em 2039 ⁹	52	52
	5,30%, vencimento em 2039 ⁹	30	30
	5,38%, vencimento em 2039 ⁹	26	26
	5,42%, vencimento em 2039 ⁹	25	25
Dólares neozelandeses	6,25%, vencimento em 2017	100	65
Francos suíços	2,13%, vencimento em 2016	150	132
	2,75%, vencimento em 2019	400	356

(continua na página seguinte)

QUADRO VII • CAPTAÇÃO DE RECURSOS,¹ EXERCÍCIO DE 2009 *(continuação)**(Totais em milhões)*

Tipo	Emissão	Montante	Montante (equiv. em US\$)
	2,45%, vencimento em 2019	100	94
Novas liras turcas	8,45%, vencimento em 2013	8	5
	0,50%, vencimento em 2014	17	11
	0,50%, vencimento em 2014	152	103
	8,00%, vencimento em 2019	9	5
Pesos mexicanos	6,42%, vencimento em 2013	40	3
	8,00%, vencimento em 2016 ²	500	39
Reais brasileiros	5,05%, vencimento em 2012	8	3
	6,02%, vencimento em 2012	7	3
	7,25%, vencimento em 2012	11	5
	9,00%, vencimento em 2012	325	176
	9,50%, vencimento em 2014 ²	75	43
	0,50%, vencimento em 2015	27	16
Rands sul-africanos	7,02%, vencimento em 2010	480	48
	5,76%, vencimento em 2010	100	10
	6,30%, vencimento em 2012	110	12
	6,31%, vencimento em 2012	19	2
Rupias indonésias	6,70%, vencimento em 2011	471.705	50
	10,00%, vencimento em 2011	600.000	59
	6,75%, vencimento em 2013	110.000	11
	6,25%, vencimento em 2014	52.000	6
	6,67%, vencimento em 2014	130.000	14
CAPTAÇÕES TOTAIS			\$ 17.886

¹ Captações a médio e longo prazos ao valor nominal, antes dos swaps.² Obrigação negociada em dezembro de 2009, mas desembolsada em janeiro de 2010.³ Captações com cupom zero e opções de recompra antecipada pelo emissor, segundo um cronograma.⁴ LIBOR trimestral em US\$, menos 0,03%.⁵ LIBOR trimestral em US\$, menos 0,30%.⁶ Resgate no vencimento vinculado ao desempenho do índice S&P500.⁷ LIBOR trimestral em US\$, mais 0,20%.⁸ LIBOR trimestral em US\$, mais 0,45%.⁹ O emissor tem múltiplas opções de recompra antecipada.

Fundo para Operações Especiais

Em 2009 o Banco aprovou 24 empréstimos paralelos (2008 – 19 empréstimos paralelos), no montante de US\$ 716 milhões, constituídos por US\$ 228 milhões e US\$ 488 milhões em recursos do Fundo para Operações Especiais (FOE) e do Capital Ordinário, respectivamente (2008 – total de US\$ 433 milhões, constituídos por US\$ 138 milhões do FOE e US\$ 295 milhões do Capital Ordinário). Em 31 de dezembro de 2009, o saldo de empréstimos, deduzidas as provisões para alívio da dívida, somava US\$ 4,3 bilhões (2008 – US\$ 4,1 bilhões, líquidos da provisão para alívio da dívida) e se mantinha em grande medida plenamente realizável. As operações do FOE

geraram uma receita, antes da dedução de despesas de cooperação técnica, alívio da dívida e transferências aprovadas pela Assembleia de Governadores, de US\$ 128 milhões, em comparação com US\$ 11 milhões em 2008.

A Assembleia de Governadores aprovou a transferência de US\$ 122 milhões (2008 – US\$50 milhões) do FOE para o Fundo Não Reembolsável do BID (GRF), a fim de proporcionar recursos não reembolsáveis ao Haiti. Em 2009, o Haiti alcançou o Ponto de Conclusão da Iniciativa para os Países Pobres Altamente Endividados (HIPC) Reforçada; o FOE prestou alívio da dívida ao Haiti no âmbito da Iniciativa HIPC Reforçada e da Iniciativa Multilateral de Alívio da Dívida, no montante de US\$ 419 milhões, concluindo a participação do Banco nessas duas iniciativas.

Fatos importantes em 2009

Crise financeira

Em 2009, muitos índices de mercado e indicadores econômicos começaram a mostrar sinais de melhoria. Contudo, o vigor da recuperação das condições nos mercados econômicos e financeiros continua incerto. Assim, não obstante a recuperação dos preços de mercado dos títulos estruturados em comparação com o fim de 2008, os níveis continuam deprimidos.

A liquidez limitada e a alta volatilidade nos mercados continuou a afetar a capacidade do Banco para mitigar seus riscos creditícios mediante a venda ou o hedge de suas exposições. As avaliações continuam a sofrer o impacto de fatores de mercado, como as ações de agências de classificação de risco e os preços das transações reais. O Banco continua a maximizar, quando possível, o uso de informações do mercado na avaliação de seus investimentos, inclusive serviços externos de cálculo de preço, preços de corretores independentes e curvas observáveis de rendimentos de mercado.

O Banco continua a monitorar de perto a qualidade dos ativos de sua carteira de investimentos, analisando e avaliando o valor fundamental de seus títulos, com atenção particular aos títulos lastreados em ativos e hipotecas. Ademais, o Banco tomou medidas importantes para melhorar seu quadro de gestão de riscos, entre elas a revisão de suas diretrizes de investimento, visando a evitar riscos de concentração do tipo que resultou em perdas baseadas na marcação a mercado nas classes específicas de ativos que sofreram especial impacto da crise financeira.

Desempenho e exposição da carteira de investimentos de liquidez

A carteira de investimentos de liquidez começou a recuperar-se da crise financeira no segundo trimestre de 2009, à medida que as condições no mercado financeiro deram sinais de avanço. Durante o ano, o

QUADRO VIII • SALDO DE CAPTAÇÕES¹ POR MOEDA EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009

(Em milhões de dólares dos Estados Unidos)

Moeda	Montante
Colones costa-riquenhos	\$ 62
Coroas islandesas	14
Dólares australianos	6.761
Dólares canadenses	4.416
Dólares da Nova Zelândia	2.557
Dólares de Hong Kong	97
Dólares dos Estados Unidos	34.271
Euros	3.039
Franco suíço	628
Ienes japoneses	1.343
Libras esterlinas	979
Novas liras turcas	306
Novos soles peruanos	112
Pesos chilenos	59
Pesos colombianos	75
Pesos mexicanos	1.140
Rands sul-africanos	831
Reais brasileiros	504
Rublos russos	38
Rupias indianas	30
Rupias indonésias	379
TOTAL	\$ 57.641

¹ Captações a médio e longo prazos líquidas de descontos não amortizados (antes dos swaps e ajustes baseados na marcação a mercado).

QUADRO IX • CARTEIRA DE INVESTIMENTOS DE CURTO PRAZO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009 E 2008*(Em milhões de dólares dos Estados Unidos)*

Classe de valores mobiliários	2009		2008	
	Valor justo ¹	Ganhos (perdas) a realizar	Valor justo ¹	Ganhos (perdas) a realizar
Obrigações do Governo dos Estados Unidos, suas corporações e agências	\$ 819	\$ —	\$ 1.157	\$ 5
Empresas patrocinadas pelo Governo dos Estados Unidos	540	3	1.539	4
Obrigações de outros governos e agências	6.574	17	771	2
Obrigações bancárias	4.458	57	4.796	(99)
Títulos corporativos	49	7	199	(2)
Títulos lastreados em hipotecas	2.337	195	2.492	(1.079)
Títulos lastreados em ativos	1.558	103	1.715	(427)
Total de investimentos de curto prazo	\$ 16.335	\$ 382	\$ 12.669	\$ (1.596)

¹ Inclui juros acumulados no valor de US\$ 31 milhões e US\$ 56 milhões em 2009 e 2008, respectivamente, apresentados no balanço patrimonial na rubrica de Juros e outros encargos acumulados sobre investimentos.

² Representa ganhos e perdas a realizar incluídos na Receita de investimentos do exercício correspondente.

Banco reconheceu US\$ 528 milhões em ganhos baseados na marcação a mercado de sua carteira de investimentos de curto prazo (2008 – perdas de US\$ 1,6 bilhão), dos quais US\$ 146 milhões (2008 – perdas de US\$ 9 milhões) resultaram principalmente de inversões de perdas reconhecidas de amortizações ao par, de US\$ 753 milhões (2008 – US\$ 753 milhões) em títulos anteriormente depreciados. Esses ganhos de investimento estavam substancialmente relacionados com a parcela de US\$ 3,9 bilhões em títulos lastreados em ativos e hipotecas na carteira. Embora a liquidez dessa parte da carteira permaneça baixa e as avaliações continuem a apresentar elevado deságio, em 31 de dezembro de 2009, 56,1% ainda estavam classificados como AAA, 85,4% como grau de investimento (contra 85,4% e 97,5%, respectivamente, em 2008) e toda a carteira era realizável, com exceção de um valor *de minimis* de perdas de principal em 2009 e uma posição de papéis comerciais lastreados em ativos com valor justo de US\$ 14 milhões, que está inadimplente desde 2007. O Banco realizou perdas de US\$ 32 milhões em 2009, em relação ao preço de compra, comparados aos US\$ 71 milhões em 2008. O risco do conjunto da carteira de investimentos somava US\$ 20,0 bilhões em 31 de dezembro de 2009, comparados aos US\$ 16,2 bilhões registrados em 31 de dezembro de 2008. A qualidade da carteira geral continua alta, com 75,3% da exposição de crédito classificados como AAA e AA, 13,3% com a maior classificação de curto prazo (A1+), 7,2% classificados como A e 4,2% classificados abaixo de A/A1+. O Quadro IX discrimina a carteira de investimentos de curto prazo do Banco em 31 de dezembro de 2009 e 2008, por categoria principal dos títulos, juntamente com os ganhos e as perdas a realizar incluídos no lucro (prejuízo) de investimentos em títulos detidos no fim do respectivo ano.

As carteiras de investimentos do FOE, do Mecanismo de Financiamento Intermediário e de outros fundos administrados pelo Banco, no montante aproximado de US\$ 2,8 bilhões em 31 de dezembro de 2009, que incluíam títulos lastreados em ativos e hipotecas no valor de US\$ 425 milhões, geraram ganhos líquidos baseados na marcação a mercado no valor de US\$ 90 milhões durante o ano (2008 – perdas líquidas de US\$ 134 milhões).

QUADRO X • DEMONSTRATIVO DOS SALDOS DE EMPRÉSTIMOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009*(Em milhões de dólares dos Estados Unidos)*

País membro em cujo território foram feitos empréstimos	Capital Ordinário			Fundo para Operações Especiais ¹	Total
	Com garantia soberana	Sem garantia soberana	Subtotal		
Argentina	\$ 9.530	\$ 90	\$ 9.620	\$ 80	\$ 9.700
Bahamas	106	—	106	—	106
Barbados	153	—	153	7	160
Belize	103	—	103	—	103
Bolívia	124	67	191	392	583
Brasil	13.544	1.342	14.886	195	15.081
Chile	632	14	646	—	646
Colômbia	6.152	125	6.277	80	6.357
Costa Rica	255	178	433	37	470
El Salvador	1.610	50	1.660	386	2.046
Equador	1.608	99	1.707	437	2.144
Guatemala	1.451	69	1.520	310	1.830
Guiana	7	—	7	252	259
Haiti	—	—	—	447	447
Honduras	54	—	54	396	450
Jamaica	707	12	719	28	747
México	7.089	—	7.089	7	7.096
Nicarágua	102	81	183	576	759
Panamá	1.040	—	1.040	19	1.059
Paraguai	717	75	792	271	1.063
Peru	4.046	—	4.046	28	4.074
República Dominicana	1.398	—	1.398	298	1.696
Suriname	68	536	604	1	605
Trinidad e Tobago	376	6	382	6	388
Uruguai	2.370	—	2.370	10	2.380
Venezuela	1.470	—	1.470	—	1.470
Regional	354	139	493	54	547
Corporação Interamericana de Investimentos	100	—	100	—	100
TOTAL	\$ 55.166	\$ 2.883	\$ 58.049	\$ 4.317	\$ 62.366

¹ Exclui participações em empréstimos vendidas ao Fundo Fiduciário de Progresso Social num total de US\$ 31 milhões, sendo US\$ 3 milhões à Costa Rica, US\$ 10 milhões a El Salvador, US\$ 6 milhões ao Equador, US\$ 4 milhões à Guatemala, US\$ 2 milhões ao Panamá, US\$ 5 milhões à República Dominicana e US\$ 1 milhão ao Paraguai.

Conversão dos empréstimos de taxa ajustável do Mecanismo de Moeda Única (MMU) e do Sistema do Fundo Comum de Moedas (FCM) em empréstimos baseados na taxa LIBOR

Como parte dos esforços envidados pelo Banco para continuar a desenvolver produtos flexíveis, baseados no mercado, com os quais os mutuários possam melhorar a administração de sua dívida junto ao Banco, em janeiro de 2009 a Diretoria Executiva aprovou: (i) uma oferta para os mutuários converterem, em datas específicas, em 2009 e 2010, os saldos e valores não desembolsados de empréstimos concedidos com produtos de taxa ajustável no âmbito do MMU e FCM em instrumentos denominados em USD e baseados na taxa LIBOR ou com taxas de juro com base de custo fixa ou qualquer combinação destes; e (ii) a eliminação do produto de taxa ajustável

do MMU a partir de 30 de junho de 2009; o produto de taxa ajustável do DCM foi eliminado em 2003.

Como resultado da primeira tranche, conversões de saldos de empréstimos no valor de US\$ 26,3 bilhões foram realizadas a taxas de mercado com data de efetivação em 1º de agosto de 2009, a saber: conversão de US\$ 1,6 bilhão de FCM em taxa baseada na LIBOR em US\$, US\$ 5,4 bilhões de FCM em taxa com base de custo fixa em US\$, US\$ 1,2 bilhão de MMU em taxa baseada na LIBOR em US\$ e US\$ 18,1 bilhões de MMU em taxa com base de custo fixa. Além disso, o Banco executou swaps de taxa de juro e moeda para um valor conceitual total de aproximadamente US\$ 9,7 bilhões. A execução ocorreu de forma competitiva, com várias contrapartes para os swaps, permitindo a diversificação da exposição de swaps do Banco.

Mudanças no capital

A República Popular da China tornou-se o 48º membro do Banco, subscrevendo oito ações de capital integralizado e 176 ações de capital exigível. Além disso, com o objetivo de ampliar o volume de recursos disponíveis para empréstimos de curto prazo do Capital Ordinário, o Banco aceitou a oferta do Canadá, de acrescentar temporariamente US\$ 4 bilhões a seu capital exigível. Assim, aumentou-se a capacidade de captação (e, portanto, a capacidade de empréstimo) pela mesma margem.

Posição de financiamento dos planos de pensão e benefícios pós-aposentadoria do Banco (os Planos)

Em 31 de dezembro de 2009, o Balanço do Capital Ordinário mostra ativos líquidos de benefícios pós-aposentadoria no valor de US\$ 105 milhões, em comparação com os US\$ 410 milhões em passivos de benefícios pós-aposentadoria registrados em 31 de dezembro de 2008. O aumento de US\$ 515 milhões na posição de financiamento dos Planos reflete um aumento de US\$ 558 milhões nos ativos dos planos, decorrente em grande medida da recuperação das perdas anteriores baseadas na marcação a mercado. Em 31 de dezembro de 2009, os ativos dos planos de pensão e benefícios pós-aposentadoria representavam 107% e 94%, respectivamente, das obrigações de benefícios, comparados com 91% e 82%, respectivamente, registrados no fim do ano anterior. Para obter mais informações, consulte a Nota Q às demonstrações contábeis do Capital Ordinário.

Cópias das demonstrações contábeis básicas do Capital Ordinário, do FOE, do MFI e do GRF encontram-se nas páginas 62-69. O conjunto completo de demonstrações contábeis, inclusive a Discussão e Análise da Administração, os pareceres dos auditores externos (nas versões em inglês e espanhol apenas) e as demonstrações contábeis, bem como as notas correspondentes, constam do *Relatório Anual do BID: Demonstrações Contábeis e Apêndices Gerais*.

**QUADRO XI • SUBSCRIÇÕES DO CAPITAL, COTAS DE CONTRIBUIÇÃO E PODER DE VOTO
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009**

(Em milhões de dólares dos Estados Unidos)

Países membros	Capital subscrito do Capital Ordinário			Porcentagem do número total de votos ^{1,2}	Cotas de contribuição para o FOE
	Integralizado	Exigível	Total		
Países regionais em desenvolvimento					
Argentina	\$ 465,1	\$ 10.393,8	\$ 10.858,9	10,751	\$ 505,4
Bahamas	11,6	198,3	209,9	0,209	10,6
Barbados	5,6	124,3	129,9	0,130	1,8
Belize	7,2	103,5	110,7	0,111	7,6
Bolívia	37,3	834,4	871,7	0,865	48,7
Brasil	465,1	10.393,8	10.858,9	10,751	544,4
Chile	127,7	2.853,9	2.981,6	2,953	157,7
Colômbia	127,7	2.853,9	2.981,6	2,953	153,7
Costa Rica	18,7	417,1	435,7	0,433	23,4
El Salvador	18,7	417,1	435,7	0,433	21,4
Equador	24,9	556,8	581,7	0,577	30,3
Guatemala	24,9	556,8	581,7	0,577	32,8
Guiana	7,8	153,8	161,6	0,162	8,3
Haiti	18,7	417,1	435,7	0,433	21,8
Honduras	18,7	417,1	435,7	0,433	26,5
Jamaica	24,9	556,8	581,7	0,577	28,8
México	299,0	6.681,3	6.980,3	6,912	329,0
Nicarágua	18,7	417,1	435,7	0,433	24,2
Panamá	18,7	417,1	435,7	0,433	25,4
Paraguai	18,7	417,1	435,7	0,433	27,9
Peru	62,3	1.390,7	1.453,0	1,440	79,8
República Dominicana	24,9	556,8	581,7	0,577	33,9
Suriname	5,7	82,9	88,6	0,089	6,3
Trinidad e Tobago	18,7	417,1	435,7	0,433	20,9
Uruguai	49,9	1.114,3	1.164,2	1,154	55,9
Venezuela	249,3	5.568,5	5.817,8	5,761	315,3
Total dos países regionais em desenvolvimento	2.170,5	48.311,4	50.481,1	50,015	2.541,8
Canada ³	173,7	7.906,1	8.079,8	4,001	310,2
Estados Unidos	1.303,0	29.006,7	30.309,7	30,006	4.839,0
Países não regionais					
Alemanha	82,3	1.831,4	1.913,7	1,896	230,0
Áustria	6,9	153,7	160,6	0,161	20,0
Bélgica	14,2	316,8	331,0	0,329	42,5
China	0,1	2,1	2,2	0,004	125,0
Coreia, República da	0,1	2,1	2,2	0,004	—
Croácia	2,1	46,4	48,5	0,050	5,9
Dinamarca	7,3	163,4	170,8	0,171	20,0
Eslovênia	1,3	28,1	29,4	0,031	3,4
Espanha	82,3	1.831,4	1.913,7	1,896	215,8
Finlândia	6,9	153,7	160,6	0,161	19,0
França	82,3	1.831,4	1.913,7	1,896	221,1
Israel	6,8	151,5	158,3	0,158	18,0
Itália	82,3	1.831,4	1.913,7	1,896	215,7
Japão	217,1	4.833,2	5.050,3	5,001	591,9
Noruega	7,3	163,4	170,8	0,171	20,0
Países Baixos	14,6	325,6	340,3	0,338	36,9
Portugal	2,3	51,7	54,0	0,055	7,8
Reino Unido	41,8	929,9	971,7	0,964	175,3
Suécia	14,1	314,8	328,9	0,327	40,1
Suíça	20,4	454,2	474,7	0,471	63,1
Total dos membros não regionais	692,5	15.416,5	16.109,0	15,979	2.071,5
TOTAL GERAL	\$ 4.339	\$ 100.641	\$ 104.980	100,00	\$ 9.762

¹ Devido ao arredondamento dos dados, os subtotais e o total geral podem não corresponder exatamente à soma das parcelas.

² O poder de voto de cada país membro é o mesmo na tomada de decisões referentes às operações do Capital Ordinário e do FOE. Exceto nos casos expressamente contemplados no Convênio Constitutivo do Banco, todas as questões são decididas pela maioria do poder de voto dos países membros.

³ O capital subscrito do Capital Ordinário inclui 334.887 ações temporárias exigíveis sem poder de voto e com valor nominal de US\$ 4.039,9 milhões. Essas ações estão excluídas do cálculo do poder de voto.

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS BÁSICAS

CAPITAL ORDINÁRIO

BANCO INTERAMERICANO DE DESENVOLVIMENTO

BALANÇO PATRIMONIAL

Em milhões de dólares dos Estados Unidos

	31 de dezembro			
	2009		2008	
ATIVO				
Caixa e investimentos				
Caixa — Notas C e T	\$ 242		\$ 301	
Investimentos — Notas D, K e T				
Carteira de curto prazo — Anexo I-1	16.304		12.613	
Mantidos até o vencimento — Anexo I-2	3.810	\$20.356	3.621	\$16.535
Saldo de empréstimos — Notas E e T, Anexos I-3 e I-4	58.049		51.173	
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(116)	57.933	(136)	51.037
Juros e outros encargos acumulados				
Sobre investimentos	64		92	
Sobre empréstimos	496		564	
Sobre swaps, líquido	335	895	43	699
Valores a receber de países membros — Nota F				
Obrigações não negociáveis e não remuneradas:				
Obrigações à demanda	95		356	
Notas a prazo	252		—	
Valores necessários para manutenção de valor de ativos monetários	54	401	79	435
Swaps cambiais e de taxa de juros — Notas J, K e T				
Investimentos — curto prazo — Anexo I-1	—		2	
Empréstimos	248		43	
Captações — Anexo I-5	3.647	3.895	3.415	3.460
Outros ativos				
Ativos por benefícios pós-aposentadoria — Nota Q	173		—	
Imobilizado, líquido — Nota G	306		303	
Custos de captação a amortizar	9		11	
Outros	38	526	30	344
Total do ativo		\$84.006		\$72.510
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO				
Passivo				
Captações — Notas H, I, K e T, Anexo I-5				
Curto prazo	\$ 1.908		\$ 3.067	
Médio e longo prazo:				
Medidas ao valor justo	45.493		34.350	
Medidas ao custo amortizado	12.906	\$60.307	11.977	\$49.394
Swaps cambiais e de taxa de juros — Notas J, K e T				
Investimentos — curto prazo — Anexo I-1	11		10	
Empréstimos	171		107	
Captações — Anexo I-5	1.037	1.219	1.800	1.917
Valor a pagar sobre compra de títulos para investimento		140		156
Valor a pagar por garantias recebidas em numerário		1		—
Passivos por benefícios pós-aposentadoria — Nota Q		68		410
Valores a pagar para a manutenção de valor de ativos monetários — Nota F		556		383
Juros acumulados sobre captações		622		559
Contas a pagar e despesas acumuladas		419		247
Total do passivo		63.332		53.066
Patrimônio líquido				
Capital — Nota M, Anexos I-6 e I-7				
Subscrito 8.702.335 ações (2008 — 8.367.264 ações)	104.980		100.938	
Menos parcela exigível	(100.641)		(96.599)	
Capital integralizado	4.339		4.339	
Lucros retidos — Nota N	15.441		14.647	
Outros resultados abrangentes acumulados — Nota O	894	20.674	458	19.444
Total do passivo e patrimônio líquido		\$84.006		\$72.510

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO E LUCROS ACUMULADOS

Em milhões de dólares dos Estados Unidos

	Exercícios encerrados em 31 de dezembro		
	2009	2008	2007
Lucro (prejuízo)			
Empréstimos			
Juros, depois dos swaps — Notas E e J	\$ 1.934	\$ 2.301	\$ 2.404
Outras receitas de empréstimos	68	54	32
	<u>2.002</u>	<u>2.355</u>	<u>2.436</u>
Investimentos — Nota J			
Juros	303	632	778
Ganho (perda) líquido	528	(1.605)	(291)
Outros	15	11	19
Receitas totais	<u>2.848</u>	<u>1.393</u>	<u>2.942</u>
Despesas			
Despesas de captação			
Juros, depois dos swaps — Notas H, I, J e K	929	1.740	2.074
Custos de captação	24	28	49
Custos (receita) de recompra de dívida	(2)	(4)	12
	<u>951</u>	<u>1.764</u>	<u>2.135</u>
Provisão (crédito) para perdas com empréstimos e garantias — Nota E	(21)	93	(13)
Despesas administrativas — Nota B	530	439	500
Programas especiais	94	69	37
Despesa total	<u>1.554</u>	<u>2.365</u>	<u>2.659</u>
Lucro (prejuízo) antes dos ganhos (perdas) líquidos a realizar sobre instrumentos derivativos exceto os mantidos na carteira de curto prazo e captações com avaliação ao seu valor justo	1.294	(972)	283
Ganhos (perdas) líquidos a realizar sobre instrumentos derivativos exceto os mantidos na carteira de curto prazo e captações com avaliação ao seu valor justo — Notas I, J, K e P	(500)	950	(149)
Lucro (prejuízo) líquido	794	(22)	134
Lucros retidos, início do exercício	14.647	14.576	14.442
Efeito cumulativo da opção de valor justo	—	93	—
Lucros retidos, encerramento do exercício	\$15.441	\$14.647	\$ 14.576

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE

Em milhões de dólares dos Estados Unidos

	Exercícios encerrados em 31 de dezembro		
	2009	2008	2007
Lucro (prejuízo) líquido	\$ 794	(22)	\$134
Outros lucros (prejuízos) abrangentes — Nota O			
Ajustes de tradução	(72)	396	280
Reconhecimento de variações em Ativos e passivos de benefícios pós-aposentadoria — Nota Q	506	(1.371)	130
Reclassificação para resultado — hedges de fluxo de caixa	2	(4)	1
Total dos outros lucros (prejuízos) abrangentes	<u>436</u>	<u>(979)</u>	<u>411</u>
Lucro (prejuízo) abrangente	\$1.230	\$(1.001)	\$545

DEMONSTRATIVO DOS FLUXOS DE CAIXA

Em milhões de dólares dos Estados Unidos

	Exercícios encerrados em 31 de dezembro		
	2009	2008	2007
Fluxo de caixa gerado por atividades de empréstimo e investimento			
Empréstimos:			
Desembolsos de empréstimos (líquidos de participações)	\$(11.424)	\$(7.149)	\$(6.725)
Amortizações de empréstimos (líquidos de participações)	4.542	4.740	5.265
Caixa líquido aplicado em atividades de empréstimo	(6.882)	(2.409)	(1.460)
Compras brutas de investimentos mantidos até o vencimento.	(4.232)	(3.287)	(2.378)
Recursos brutos gerados por investimentos mantidos até o vencimento.	4.253	3.299	2.459
Aquisição de imobilizado	(21)	(22)	(14)
Outros ativos e passivos.	(8)	(4)	(7)
Caixa líquido aplicado em atividades de empréstimo e investimento	(6.890)	(2.423)	(1.400)
Fluxo de caixa gerado por atividades de financiamento			
Captações de médio e longo prazo:			
Recursos gerados por emissões de títulos	16.181	10.793	5.440
Amortizações	(6.086)	(8.321)	(6.595)
Captações de curto prazo:			
Recursos gerados por emissões de títulos	2.571	11.588	5.941
Amortizações	(3.752)	(10.707)	(4.390)
Garantias recebidas em numerário	1	—	—
Valores recebidos de países membros	3	5	5
Recursos líquidos gerados pelas atividades de financiamento	8.918	3.358	401
Fluxo de caixa gerado por atividades operacionais			
Compras brutas de investimentos de curto prazo	(33.542)	(14.210)	(10.639)
Recursos brutos gerados pela venda ou vencimento de investimentos de curto prazo . .	30.475	12.259	10.761
Receita de operações de crédito, após os swaps	2.152	2.412	2.434
Juros e outros encargos sobre captações, após os swaps	(1.009)	(1.415)	(1.953)
Receita de investimentos	305	568	741
Outras receitas	15	11	19
Despesas administrativas.	(446)	(431)	(433)
Programas especiais.	(38)	(20)	(13)
Caixa líquido gerado por (aplicado em) atividades operacionais.	(2.088)	(826)	917
Efeito de flutuações de taxas de câmbio sobre o saldo de caixa	1	(8)	6
Aumento (redução) no saldo de caixa, líquido	(59)	101	(76)
Caixa, início do exercício	301	200	276
Caixa, encerramento do exercício	\$ 242	\$ 301	\$ 200

FUNDO PARA OPERAÇÕES ESPECIAIS
BANCO INTERAMERICANO DE DESENVOLVIMENTO

BALANÇO PATRIMONIAL

Em milhões de dólares dos Estados Unidos

	31 de dezembro			
	2009		2008	
ATIVO				
Caixa e investimentos				
Caixa — Nota C.	\$ 369		\$ 365	
Investimentos — Notas D, E e Anexo II-1.	<u>1.041</u>	<u>\$1.410</u>	<u>990</u>	<u>\$1.355</u>
Saldo de empréstimos — Nota F e Anexo II-2	4.317		4.524	
Provisão para alívio da dívida.	<u>—</u>	<u>4.317</u>	<u>(423)</u>	<u>4.101</u>
Juros e outros encargos acumulados sobre empréstimos		20		23
Valores a receber de países membros — Nota G				
Obrigações não negociáveis e não remuneradas:				
Obrigações à demanda	458		527	
Notas a prazo	146		—	
Valores necessários para manutenção de valor de ativos monetários ..	<u>98</u>	<u>702</u>	<u>283</u>	<u>810</u>
Total do ativo		<u>\$6.449</u>		<u>\$6.289</u>
PASSIVO E SALDO DO FUNDO				
Passivo				
Contas a pagar e despesas acumuladas	\$ 4		\$ 5	
Projetos de cooperação técnica e outros				
financiamentos a desembolsar — Nota H	89		91	
Valores devidos ao Fundo Não Reembolsável do BID	154		73	
Valores a pagar para a manutenção de valor de ativos				
monetários — Nota G.	<u>295</u>	<u>\$ 542</u>	<u>334</u>	<u>\$ 503</u>
Saldo do fundo				
Cotas de contribuição autorizadas e subscritas — Nota I				
e Anexo II-3	9.762		9.636	
Reserva geral (déficit) — Nota J.	(3.966)		(3.952)	
Ajustes de tradução acumulados — Nota K.	<u>111</u>	<u>5.907</u>	<u>102</u>	<u>5.786</u>
Total do passivo e saldo do fundo		<u>\$6.449</u>		<u>\$6.289</u>

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO E RESERVA GERAL (DÉFICIT)

Em milhões de dólares dos Estados Unidos

	Exercícios encerrados em 31 de dezembro		
	2009	2008	2007
Lucro (prejuízo)			
Empréstimos			
Juros	\$ 75	\$ 80	\$ 79
Outras receitas de empréstimos	8	11	11
	83	91	90
Investimentos — Nota D	57	(18)	56
Receitas totais	140	73	146
Despesas			
Despesas administrativas — Nota L	12	62	64
Despesas totais	12	62	64
Lucro antes da cooperação técnica, alívio da dívida e transferências aprovadas pela Assembleia de Governadores	128	11	82
Despesa com cooperação técnica	23	33	23
Despesa com alívio da dívida	(3)	—	—
Transferências para o Fundo Não Reembolsável do BID aprovadas pela Assembleia de Governadores — Nota J	122	50	50
Lucro (prejuízo) líquido	(14)	(72)	9
Reserva geral (déficit), início do exercício	(3.952)	(3.880)	(3.889)
Reserva geral (déficit), encerramento do exercício	\$(3.966)	\$(3.952)	\$(3.880)

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE

Em milhões de dólares dos Estados Unidos

	Exercícios encerrados em 31 de dezembro		
	2009	2008	2007
Lucro (prejuízo) líquido	\$(14)	\$(72)	\$ 9
Ajustes de tradução — Nota K	9	(16)	34
Lucro (prejuízo) abrangente	\$ (5)	\$(88)	\$43

DEMONSTRATIVO DOS FLUXOS DE CAIXA

Em milhões de dólares dos Estados Unidos

	Exercícios encerrados em 31 de dezembro		
	2009	2008	2007
Fluxo de caixa gerado por atividades de crédito			
Desembolsos de empréstimos	\$(414)	\$(415)	\$ (393)
Amortizações de empréstimos	220	229	275
Participações em empréstimos, líquidas	(2)	(5)	(2)
Caixa líquido aplicado em atividades de empréstimo	(196)	(191)	(120)
Fluxo de caixa gerado por atividades de financiamento			
Valores recebidos de países membros	49	22	28
Cotas de contribuição de países membros	125	—	—
Restituição das cotas de contribuição para os países membros	—	(1)	—
Recursos líquidos gerados pelas atividades de financiamento	174	21	28
Fluxo de caixa gerado por atividades operacionais			
Compras brutas de investimentos	(886)	(586)	(572)
Recursos brutos gerados pela venda ou vencimento de investimentos	872	730	625
Receita de operações de crédito	80	91	93
Receita de investimentos	31	23	23
Despesas administrativas	(13)	(63)	(65)
Financiamentos de cooperação técnica e outros	(25)	(27)	(23)
Transferências de caixa para o Fundo Não Reembolsável do BID	(41)	(15)	(12)
Recursos líquidos gerados por atividades operacionais	18	153	69
Efeito de flutuações de taxas de câmbio sobre o saldo de caixa	8	8	8
Aumento (redução) no saldo de caixa, líquido	4	(9)	(15)
Caixa, início do exercício	365	374	389
Caixa, encerramento do exercício	\$ 369	\$ 365	\$ 374

BALANÇO PATRIMONIAL

Em milhões de dólares dos Estados Unidos

	31 de dezembro	
	2009	2008
ATIVO		
Caixa	\$ 1	\$ 1
Investimentos — Notas C, D, e Anexo III-1	227	250
Total do ativo	<u>\$228</u>	<u>\$251</u>
PASSIVO		
Contas a pagar e despesas acumuladas	\$ 7	\$ 3
SALDO DO FUNDO		
Saldo do fundo	221	248
Total do passivo e saldo do fundo	<u>\$228</u>	<u>\$251</u>

DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES NO SALDO DO FUNDO

Em milhões de dólares dos Estados Unidos

	Exercícios encerrados em 31 de dezembro		
	2009	2008	2007
Acréscimos			
Receita de investimentos — Nota C	\$ 12	\$ —	\$ 14
Total de acréscimos	<u>12</u>	<u>—</u>	<u>14</u>
Deduções			
Perdas com investimentos — Nota C	—	7	—
Juros pagos em nome dos mutuários do Capital Ordinário	39	50	48
Total de deduções	<u>39</u>	<u>57</u>	<u>48</u>
Variação no saldo do fundo	(27)	(57)	(34)
Saldo do fundo, início do exercício	248	305	339
Saldo do fundo, encerramento do exercício	<u>\$221</u>	<u>\$248</u>	<u>\$305</u>

DEMONSTRATIVO DOS FLUXOS DE CAIXA

Em milhões de dólares dos Estados Unidos

	Exercícios encerrados em 31 de dezembro		
	2009	2008	2007
Fluxo de caixa gerado por atividades operacionais			
Receita de investimentos	\$ 1	\$ 3	3
Juros pagos em nome dos mutuários do Capital Ordinário	(35)	(47)	(48)
Redução em investimentos, líquida	<u>34</u>	<u>43</u>	<u>47</u>
Caixa líquido gerado por (aplicado em) operações e aumento (redução) no saldo de caixa, líquido	—	(1)	2
Caixa, início do exercício	1	2	—
Caixa, encerramento do exercício	<u>\$ 1</u>	<u>\$ 1</u>	<u>\$ 2</u>

FUNDO NÃO REEMBOLSÁVEL DO BID
BANCO INTERAMERICANO DE DESENVOLVIMENTO

BALANÇO PATRIMONIAL

Em milhões de dólares dos Estados Unidos

	31 de dezembro	
	2009	2008
ATIVO		
Valores a receber do Fundo para Operações Especiais	\$154	\$ 73
Total do ativo	<u>\$154</u>	<u>\$ 73</u>
PASSIVO E SALDO DO FUNDO		
Passivo:		
Doações não desembolsadas — Nota C	\$154	\$ 73
Saldo do fundo	—	—
Total do passivo e saldo do fundo	<u>\$154</u>	<u>\$ 73</u>

DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES NO SALDO DO FUNDO

Em milhões de dólares dos Estados Unidos

	Exercícios encerrados em 31 de dezembro		De 29 de junho de 2007 (criação) até 31 de dezembro 2007
	2009	2008	2007
Acréscimos			
Transferências do Fundo para Operações Especiais	\$122	\$ 50	\$ 50
Total dos acréscimos	122	50	50
Deduções			
Doações	122	50	50
Variação no saldo do fundo	—	—	—
Saldo do fundo, início do período	—	—	—
Saldo do fundo, encerramento do período	<u>\$ —</u>	<u>\$ —</u>	<u>\$ —</u>

DEMONSTRATIVO DOS FLUXOS DE CAIXA

Em milhões de dólares dos Estados Unidos

	Exercícios encerrados em 31 de dezembro		De 29 de junho de 2007 (criação) até 31 de dezembro 2007
	2009	2008	2007
Fluxo de caixa gerado por atividades operacionais			
Transferências de caixa do Fundo para Operações Especiais . .	\$ 41	\$ 15	\$ 12
Desembolsos com doações	(41)	(15)	(12)
Fluxo de caixa gerado por atividades operacionais, líquido . .	—	—	—
Caixa, início do período	—	—	—
Caixa, fim do período	<u>\$ —</u>	<u>\$ —</u>	<u>\$ —</u>

QUADRO XII • DESPESAS ADMINISTRATIVAS CONSOLIDADAS*(Em milhares de dólares dos Estados Unidos)*

Categoria	2007 Efetivo	2008 Efetivo	2009 Efetivo
Assembleia de Governadores	\$ 2.930,6	\$ 2.952,9	\$ 4.046,0
Diretoria Executiva	18.047,4	19.340,5	19.172,2
Escritório de Avaliação e Supervisão	6.691,4	8.194,8	7.171,7
Sede e Representações	438.965,6	437.217,7	482.762,3
Total de despesas administrativas brutas^{1,2,3,4,5,6,7,8}	466.635,0	467.705,9	513.152,2
Reembolso de fundos em administração e da CII	(3.117,3)	(4.018,1)	(4.038,1)
Reembolsos do Fumin e do Intal, receita administrativa	(11.280,1)	(7.230,4)	(5.198,1)
Total de despesas administrativas líquidas	452.237,5	456.457,4	503.916,0
Despesas de capital	15.787,0	27.256,7	25.889,4
Total das despesas administrativas líquidas e de capital	\$ 468.024,6	\$ 483.714,1	\$ 529.805,4

¹ Exclui depreciação, que totalizou US\$ 20,6 milhões em 2007, US\$ 19,8 milhões em 2008 e US\$ 20,7 milhões em 2009.² Exclui aumento (redução) dos custos pré-pagos de benefícios pós-aposentadoria, nos montantes de (US\$ 20,0 milhões) em 2007, (US\$ 12,2 milhões) em 2008 e US\$ 9,0 milhões em 2009.³ Exclui US\$ 4,0 milhões em despesas em 2009 relativas a anos anteriores.⁴ Exclui montantes no total de US\$ 0,5 milhão, referentes à Fundação Interamericana de Cultura e Desenvolvimento, em 2007 e 2009.⁵ Exclui despesas de realinhamento, no montante de US\$ 55 milhões em 2007, US\$ 5 milhões em 2008 e US\$ 11 milhões em 2009.⁶ Inclui despesas pré-pagas de US\$ 3,7 milhões em 2008 e US\$ 5,5 milhões em 2009.⁷ Exclui US\$ 1,1 milhão em despesas em 2009, relacionadas ao 50º aniversário do BID.⁸ Exclui US\$ 1,7 milhão em despesas com Projetos de Capital não capitalizados em 2009.**QUADRO XIII • ESTRUTURA SALARIAL DO PESSOAL DO BANCO INTERAMERICANO DE DESENVOLVIMENTO (WASHINGTON, D.C.) EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009***(Em dólares dos Estados Unidos)*

Grau	Funções representativas	Mínimo	Máximo	Pessoal no grau (%)	Salário/ Grau médio	Benefícios médios¹
13	Apoio Administrativo	32.327	51.723	0,1%	35.964	14.745
12	Apoio Administrativo	36.384	58.215	0,4%	47.895	19.637
11	Assistente	40.522	64.835	3,9%	49.477	20.285
10	Coordenador Administrativo	46.514	74.422	6,6%	62.760	25.732
9	Assistente Sênior/Analista	57.223	85.835	3,5%	71.683	29.390
8	Analista Sênior/Coordenador Administrativo Sênior	64.588	96.882	3,7%	78.367	32.130
7	Associado	73.629	110.444	5,5%	83.717	34.324
6	Associado Sênior	82.874	124.311	10,7%	91.079	37.342
5	Especialista	92.807	139.211	14,8%	103.493	42.432
4	Especialista Sênior	101.865	162.984	18,8%	120.702	49.488
3	Especialista Líder	115.775	185.241	17,4%	144.702	59.328
2	Chefe de Unidade/Especialista Principal	138.726	208.088	6,6%	175.396	71.913
1	Chefe de Divisão	159.319	231.012	3,6%	194.538	79.761
R	Representante no País	159.319	245.915	1,4%	197.539	80.991
E5	Gerente de Setor	196.732	245.915	1,4%	227.751	93.378
E4	Chefe de Escritório Independente	221.478	276.847	0,1%	264.583	108.479
E3	Gerente Geral	251.601	314.501	1,1%	289.842	118.835
E2	Vice-Presidente	269.639	323.567	0,3%	310.579	127.337
E1	Vice-Presidente Executivo	287.230	344.676	0,1%	344.676	141.317
P	Presidente		406.943 ²	0,1%	406.943	166.847

¹ Inclui férias anuais, seguro de saúde, vida e incapacitação, benefícios acumulados de rescisão de vínculo empregatício e outros benefícios não salariais.² Não inclui Subsídio Executivo no valor de US\$72.830.

QUADRO XIV • DEZ ANOS DE OPERAÇÕES DO BID, 2000–2009
(Em milhões de dólares dos Estados Unidos)

	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009
CAPITAL										
Subscrições (fim do ano)										
Capital Ordinário	100.959	100.959	100.951	100.951	100.951	100.953	100.953	100.953	100.938	104.980
Fundo para Operações Especiais	9.635	9.636	9.636	9.636	9.637	9.639	9.639	9.640	9.636	9.762
Outros fundos ¹	2.651	2.728	2.769	2.938	3.026	3.078	2.772	3.274	3.422	4.162
Total	113.245	113.323	113.356	113.525	113.614	113.670	113.364	113.867	113.996	118.904
CAPTAÇÃO DE RECURSOS²										
Saldo (fim do ano)	41.370	42.161	46.859	48.112	46.190	43.999	43.959	44.854	44.624	57.641
Captação anual bruta	8.139	7.097	9.340	9.109	4.710	4.937	5.419	6.089	11.069	17.886
OPERAÇÕES										
Empréstimos e garantias aprovados (acumulado)³										
Capital Ordinário ⁴	89.959	93.518	100.834	110.436	116.799	117.804	124.580	135.006	148.991	162.533
Fundo para Operações Especiais	14.924	15.328	15.774	16.652	17.391	17.486	18.257	18.525	18.519	18.870
Outros fundos	1.724	1.719	1.736	1.769	1.747	1.743	1.751	1.772	1.755	1.768
Total	106.607	110.565	118.344	128.857	135.937	137.033	144.588	155.303	169.265	183.171
Empréstimos e garantias aprovados (anual)⁵										
Capital Ordinário ^{4,8}	4.969	7.411	4.143	6.232	5.468	6.448	5.632	8.577	11.085	15.278
Fundo para Operações Especiais	297	443	406	578	552	410	605	152	138	228
Outros fundos	—	—	—	—	—	—	2	6	3	1
Total	5.266	7.854	4.549	6.810	6.020	6.858	6.239	8.735	11.226	15.507
Desembolsos de empréstimos (anual)⁵										
Capital Ordinário ⁴	6.683	6.037	5.522	8.416	3.768	4.899	6.088	6.725	7.149	11.424
Fundo para Operações Especiais	386	422	313	486	463	424	398	393	415	414
Outros fundos	—	—	2	—	1	5	3	6	44	13
Total	7.069	6.459	5.837	8.902	4.232	5.328	6.489	7.124	7.608	11.851
Amortização de empréstimos (anual)⁵										
Capital Ordinário	2.312	1.926	4.106	7.279	5.199	5.224	8.615	5.265	4.740	4.542
Fundo para Operações Especiais	289	268	256	296	294	301	290	275	229	220
Outros fundos	15	14	13	12	9	5	3	4	4	5
Total	2.616	2.208	4.375	7.587	5.502	5.530	8.908	5.544	4.973	4.767
Saldo de empréstimos										
Capital Ordinário	41.872	44.951	47.958	50.655	49.842	48.135	45.932	47.954	51.173	58.049
Fundo para Operações Especiais	7.025	6.047	6.198	6.670	6.971	6.878	3.733	3.966	4.101	4.317
Outros fundos	146	133	118	104	98	94	94	96	126	135
Total	49.043	51.131	54.274	57.429	56.911	55.107	49.759	52.016	55.400	62.501
Operações não reembolsáveis (anual)⁶										
Capital Ordinário	—	—	—	—	—	12	34	37	68	94
Fundo para Operações Especiais	36	39	36	30	36	36	28	34	43	33
Fundo Não Reembolsável do BID	—	—	—	—	—	—	—	50	50	122
Outros fundos	34	46	45	47	39	57	53	92	109	283
Aprovações (anual)	70	85	81	77	75	105	115	213	270	532
Operações aprovadas do Fundo Multilateral de Investimentos (anual)⁷										
Total	100	90	99	69	116	114	125	135	178	119
ADMINISTRAÇÃO										
Despesas administrativas										
Total – Todos os Fundos do Banco	342	355	376	386	404	473	507	564	501	542

¹ Inclui o Fundo Multilateral de Investimentos.

² Captações de médio e longo prazos líquidas de descontos não amortizados (antes dos swaps e ajustes de marcação a mercado).

³ Menos cancelamentos. Inclui ajustes de transações de câmbio.

⁴ Menos participações em empréstimos sem garantia soberana.

⁵ Com base nos montantes originais, expressos em equivalentes em dólares dos Estados Unidos.

⁶ Inclui o financiamento do Programa de Empreendedorismo Social, cooperações técnicas, programas especiais, financiamentos para projetos específicos e outras operações não reembolsáveis. Exclui o Fundo Multilateral de Investimentos, que é apresentado em separado.

⁷ Inclui cooperações técnicas, empréstimos e investimentos de capital. Também inclui aumentos em operações em curso.

⁸ Em 2009, inclui US\$ 800 milhões em aprovações de empréstimos canceladas durante o ano.



1946-2010



Philippe Dewez

Ex-Representante do BID no Haiti

Falecido no colapso da sede da
ONU em Porto Príncipe

O terremoto que atingiu o Haiti em 12 de janeiro de 2010 causou enormes perdas de vida e destruição em escala catastrófica. O BID tem sido um parceiro do Governo do Haiti desde a adesão do país como membro fundador do Banco, mais de 50 anos atrás, sendo sua maior fonte de financiamentos para o desenvolvimento. Nos meses e anos à nossa frente, concedendo financiamentos não reembolsáveis para investimentos e cooperação técnica, o BID trabalhará em conjunto com o povo e o Governo do Haiti na reconstrução do país.

O Relatório Anual é produzido pela Assessoria de Relações Externas do BID.

Editor responsável: John Ferriter

Gerente de produção: Gerardo Giannoni

Coordenador do projeto: Favio Martínez

Design: Dolores Subiza

Edição em português: Timothy Yuan

Assistentes editoriais: Cathy Conkling-Shaker e Norma Rivera

Créditos das fotografias: capa, cortesia de *Coordinación Nacional del Programa de Desarrollo Humano Oportunidades*; página 1, Paul Constance; página 3, Willie Heinz; páginas 4-5, Arlette Pedraglio; página 6, Federico Delgado; página 11, Anderson Schneider; página 12, Federico Delgado; página 13, cortesia de *Eléctrica del Valle de México*; página 14, cortesia de *Coastal Zone Management Unit*, Bay Street, St. Michael, Barbados; página 15, David Mangurian; página 16, cortesia de PROSAP; página 17, cortesia de INVIAS; página 18, Federico Delgado; página 19, Corwin Williams; página 20, Rafael Álvarez; página 21, Federico Delgado;

página 22, David Mangurian; página 24, Federico Delgado; página 25, Federico Delgado; página 27, cortesia de PROSAP; página 28, Edu Simões; página 30, cortesia de *Empresa Metropolitana de Agua Potable y Alcantarillado de Quito*, EMAAP-Q; página 32, Federico Delgado; página 34, cortesia de SENASA; página 35, Federico Delgado; página 37, Federico Delgado; página 40, Federico Delgado; página 52, Federico Delgado; página 72, Chris Hondros/Getty Images News/Getty Images Photographer Collection/Getty Images, fotografia de Philippe Dewez por Richard Narcisse.

Este Relatório está disponível online em www.iadb.org.



ISSN: 0253-6048